

novos tempos

Colaboração de:

A. GUEDES, CALVINO FILHO, E. CARRÉRA GUERRA, EVALDO MARTINS e PEDRO SALÚSTIO, EROS MARTINS TEIXEIRA, GARCIA RAMOS, HORÁCIO MACEDO, LEÔNCIO BASBAUM, ONALDO FREIRE DINIZ.

Documentos: Artigo de AGILDO BARATA e entrevista de LUIZ CARLOS PRESTES, notas sôbre a dissolução da Internacional Comunista e do Bureau de Informação.

Divulgação: G. A. GURIEV, sôbre Giordano Bruno.
Notas e Comentários.

1

MÊS DE SETEMBRO DE 1957 - PREÇO: Cr\$ 20,00

NOVOS TEMPOS

Redação e Administração:

Av. Rio Branco, 185 — Sala 509
RIO DE JANEIRO, DF — BRASIL

Diretor: OSVALDO PERALVA

Conselho de Redação:

ARMANDO LOPES DA CUNHA,
BENITO PAPI, CALVINO FILHO,
ERNESTO LUIZ MAIA, EROS
MARTINS TEIXEIRA, HORÁCIO
MACEDO, LEÔNICIO BASEAUM,
ROBERTO MORENA e WILSON
LOPES DE SOUZA

Editor: CALVINO FILHO

Representante em São Paulo:

CARLETO FERRER FAVALLI
Rua São Bento, 405 - 13º andar
sala 1625 — São Paulo, S.P.

Preço de cada exemplar: Cr\$ 20,00

Assinatura anual:

Para o Brasil: Cr\$ 240,00
Para o Exterior: Cr\$ 500,00

NOVOS TEMPOS é uma revista marxista sem vinculação orgânica com qualquer entidade política.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

A transcrição de documentos não implica no endosso, por parte da revista, dos conceitos neles emitidos.

Composto e impresso nas oficinas da Companhia Brasileira de Artes Gráficas, rua Riachuelo, 128 — Rio de Janeiro.

ÍNDICE

Editorial — APRESENTAÇÃO	1
Horácio Macedo — MARXISMO E DOGMATISMO ..	2
Leônicio Basbaum — PARA ONDE VAI O GOVERNO?	9
Calvino Filho — REVISIONISMO ECONÔMICO QUE REVIVE	11
Evaldo Martins e Pedro Salústio — QUE É A CORRENTE RENOVADORA?	14
Onaldo Freire Diniz — O CULTO À PERSONALIDADE DE STÁLIN E SEUS REFLEXOS NO BRASIL	19
Eros Martins Teixeira — NOSSA REVOLUÇÃO	23
A. Guedes — ALGUMAS IDÉIAS SÓBRE FRENTE ÚNICA NO BRASIL	30
Garcia Ramos — "BANDEIRANTES E PIONEIROS"	32
E. Carréra Guerra — ASPECTOS POLÍTICO-SOCIAIS DA OBRA DE FAGUNDES VARELA	34
Agildo Barata — PELA RENOVAÇÃO E O FORTALECIMENTO DO PARTIDO	42
Luiz Carlos Prestes — SÓBRE A SITUAÇÃO POLÍTICA E O GOVERNO, O MOVIMENTO SOCIALISTA E A DEFESA DA UNIDADE DO PCB	48
DISSOLUÇÃO DA INTERNACIONAL COMUNISTA	53
CESSAÇÃO DA ATIVIDADE DO BUREAU DE INFORMAÇÃO	55
V.G. — A CRISE NO SEIO DO PCB	56
A PLATAFORMA DE HARICH (e outras notas)....	59
G.A. Guriev — A TEORIA DA MULTIPLICIDADE DOS MUNDOS	62

AOS NOSSOS LEITORES

Esta revista, para sobreviver, terá que obter, no mínimo, 3 000 assinantes. Dessa forma, não teremos que dar desconto aos revendedores, intermediários, pois a base da sua existência é o assinante e não o anúncio ou leitor avulso.

Apelamos, por isso, para quantos se interessam pela sobrevivência de NOVOS TEMPOS, no sentido de nos enviarem, sem compromisso algum, nomes e endereços de prováveis leitores e assinantes, para que possamos dirigir-nos diretamente a êles.

E' favor escrever para

NOVOS TEMPOS

Av. Rio Branco, 185, — Sala 509
C. P. 2 477 — RIO DE JANEIRO, DF

Apresentação

Vem hoje a público o primeiro número de "NOVOS TEMPOS", mensário de orientação marxista, sem vínculos orgânicos com qualquer entidade política, dirigida por seu Conselho de Redação e, seu diretor.

Trata-se de um órgão essencialmente de estudo e interpretação da realidade e do pensamento brasileiros, mas que se dispõe também a divulgar trabalhos de natureza teórica, crítica e informativa sobre assuntos candentes da atividade socialista aqui e no exterior.

Sua finalidade precípua é, na medida do possível, aumentar o acervo ideológico do movimento de vanguarda e ajudar a superar suas contradições internas, contribuindo para que marchem em sentido convergente as várias correntes do pensamento socialista no Brasil. Para isso, a revista promoverá foruns, seminários, debates e mesas-redondas em torno a questões de atualidade, de modo a acelerar a movimentação e o aprofundamento das idéias, esclarecer aspectos obscuros ou controversos e retificar concepções unilaterais.

Levando em conta o caráter democrático geral, pré-socialista, das transformações econômicas, políticas e sociais que estão na ordem do dia em nosso país, "NOVOS TEMPOS" procurará estabelecer contactos com o pensamento avançado, não-marxista, podendo mesmo acolhê-lo em suas páginas, a fim de encontrar a área de ação comum de todas as forças progressistas.

Faz parte igualmente de seus objetivos equacionar, com o auxílio de seus colaboradores, os termos básicos da questão nacional em nosso país e atrair para eles a atenção dos estudiosos. Pretende ainda estimular o estudo da obra dos representantes da cultura brasileira, através dos tempos, buscando assim pesquisar as conexões históricas do pensamento socialista no Brasil.

Finalmente, este periódico manifestará, sempre que fôr preciso, solidariedade aos povos que lutam por sua libertação e pela paz, e procurará despertar a simpatia do povo brasileiro para com todos os Estações socialistas, mantendo, porém, a respeito dos mesmos uma atitude crítica.

Eis o que é "NOVOS TEMPOS" e o que se propõe realizar.

MARXISMO E DOGMATISMO

HORACIO MACEDO

Os traços gerais do pensamento marxista na década de quarenta e princípios da de cinquenta revelam uma série de particularidades causadora, em certo sentido, de uma forte deturpação do processo de conhecimento. No terreno da gnosiologia, na elaboração viva e dialética do conhecimento da realidade, talvez mais do que em qualquer outro, são visíveis deformações cujos efeitos conduziram a equívocos lamentáveis. Tentaremos analisar aqui alguns elementos gerais da questão do dogmatismo, apontando algumas de suas conseqüências e reflexos na atividade prática dos setores mais avançados e atuantes da classe operária.

*

Ao dogmatismo é possível atribuir, sem sombra de dúvida, a maior parcela de responsabilidade como causa imediata e direta dos erros cometidos em filosofia, em política e em economia. Essa posição dominante exige uma caracterização tanto quanto possível aprofundada para uma avaliação detalhada de seus efeitos e de seu alcance.

Não se assimila, nem identifica, o dogmatismo à repetição pedante e acadêmica dos textos dos autores marxistas. Tal repetição é fruto mais da mediocridade dos repetidores, incapazes de um esforço na busca da verdade, do que uma atitude frente à realidade e aos problemas de seu conhecimento. Um trabalho como o de M. D. Kammari, *A Nova e Notável Contribuição de J. V. Stálin à Filosofia Marxista Leninista* (1), por exemplo, onde em cerca de cento e cinquenta períodos apenas cinquenta e dois não contêm o nome de Stálin e onde a parte maciça do texto é de citações de Stálin ou repetições de obras de Stálin não pode ser apontado como obra de marxismo. Tais produções, bastante freqüentes na literatura comunista dos últimos anos, são os aspectos primários aparentes de uma concepção filosófica alheia aos interesses das classes revolucionárias e própria às classes que desejam manter-se e perpetuar-se no poder — a concepção dogmática da natureza e da sociedade. Como caracterizá-la em sua profunda influência no processo do conhecimento?

O conhecimento de um fenômeno ou de um objeto envolve a análise de dois tipos de caracteres: de um lado aqueles gerais, comuns a outros fenômenos e outras coisas, comuns à própria natureza material dos fenômenos e das coisas. De outro, as contradições e propriedades especifi-

cas, próprias dos fenômenos, contradições e propriedades que distinguem um fenômeno de outro fenômeno. O conhecimento, para ser justo e científico, não se limita, não pára, na constatação pura e simples dos traços gerais. Se não desce aos pontos específicos, se não verifica uma e todas as diferenças do objeto, se não o situa frente aos outros objetos e fenômenos, se não o equaciona historicamente, é um conhecimento insuficiente e não científico.

A atitude marxista no processo do conhecimento não está apenas na aceitação dos princípios e propriedades que caracterizam, em plano geral, os fenômenos. Não consiste, somente, na admissão das leis gerais do materialismo e na concordância com as leis da dialética. Esse é um lado da questão. A teoria do conhecimento marxista exige, também, e com a mesma veemência, a descida aos aspectos particulares, o estudo das contradições específicas. A atitude dogmática surge quando se ignora essa exigência e se procura substituir a análise concreta das situações concretas, pela análise geral das situações particulares. Mao Tsé-Tung caracteriza agudamente essa atitude:

“O desenvolvimento do conhecimento humano representa sempre um movimento em espiral e cada ciclo eleva o conhecimento a um grau superior, aprofundando sem cessar (com a condição de que se atenha rigorosamente ao método científico). O erro de nossos dogmáticos nesta questão reside no fato de que eles não compreendem, de uma parte, que é só depois de ter estudado o que a contradição tem de específico e de ter tomado conhecimento da natureza específica das coisas particulares, que se pode ter pleno conhecimento da natureza comum das coisas e que, de outro lado, após ter tomado conhecimento da natureza geral das coisas, precisamos continuar a estudar as coisas concretas ainda insuficientemente estudadas ou que nos apareçam pela primeira vez. Nossos dogmáticos são negligentes que repudiam todo trabalho minucioso de pesquisa sobre as coisas concretas, que consideram as verdades gerais como alguma coisa caída do céu, que as transformam em alguma coisa de incompreensível, em fórmu-

(1) Problemas, n.º 56, página 55.

las puramente abstratas, que negam absolutamente e põem de cabeça para baixo o caráter progressivo normal do conhecimento da verdade pelos homens. Eles não compreendem, tampouco, o laço recíproco que une as duas etapas do conhecimento: do específico ao geral e do geral ao específico. Eles não compreendem absolutamente a teoria marxista do conhecimento." (2)

*

A substituição do conhecimento concreto pelas fórmulas abstratas dá origem a dois tipos de equívocos. O primeiro consiste na caracterização de um determinado fenômeno apenas por sua essência mais geral, historicamente justa e verdadeira. E o segundo em caracterizar uma situação por uma fórmula geral já não mais justa ou inaplicável à situação concreta.

O primeiro equívoco é bem evidente, por exemplo, na atual e debatida questão da hegemonia do proletariado. O papel dirigente que cabe à classe operária na revolução socialista e uma verdade geral decorrente da própria essência do capitalismo e da luta de classe para a derubada do sistema capitalista. A necessidade da quebra e da liquidação das relações de produção capitalistas exige a participação e direção da classe operária, única classe que, no processo geral da produção reúne as qualidades imprescindíveis à execução da tarefa: interesses mais profundos, grau de organização etc. Essa verdade é incontestada e aceita por todos os marxistas. Basta, porém, para determinar a justa política da classe operária numa situação histórico-concreta?, no Brasil, por exemplo, nos dias atuais?

Afirmam os dogmáticos, na prática, que sim. Baseados unicamente nela procuram assegurar, mecânica e formalmente, o papel dirigente para a classe operária, sem ligar às peculiaridades do país, sem considerar cuidadosamente, os interesses das outras classes na situação brasileira, sem determinar qual o elemento essencial com o qual o proletariado poderá assegurar, de fato, a hegemonia na revolução.

Os não-dogmáticos não podem agir assim. Devem, partindo da premissa geral aceita, procurar quais os meios e modos que assegurem uma efetiva direção dos movimentos sociais pela classe operária. Verificar as possibilidades que as outras classes possuem de assumir, temporariamente, a direção do movimento político progressista e os meios concretos que essas classes estão empregando para conquistá-la. Diante disso procurarão quais as reivindicações que devem e podem ser levantadas para permitir e possibilitar à classe operária dirigir as transformações

sociais no país e impedir que a direção seja de outras classes. Devem apontar os objetivos a serem conquistados pela classe operária para assegurar, em etapa posterior da revolução, posições mais fortes e mais determinantes. E distinguir, cuidadosamente e na base da situação real, quais seus aliados fundamentais, quais seus aliados possíveis, quais seus inimigos e qual a forma ou formas de luta a adotar.

A compreensão dogmática do problema da hegemonia levou o movimento operário no Brasil a uma posição bem longe de uma efetiva direção ou até mesmo de uma profunda influência nos acontecimentos, deixando à burguesia amplas possibilidades para procurar conquistar a direção do movimento antiimperialista. E a burguesia, ao contrário de teses freqüentemente repetidas sobre sua incapacidade de dirigir a revolução de libertação nacional, está tentando de fato conquistar a hegemonia inclusive sobre a classe operária.

O segundo tipo de equívoco consiste em elevar à categoria de verdade geral absoluta uma formulação de caráter restrito e eminentemente histórico. É, por exemplo, a questão do golpe principal no esquema estratégico da revolução. Afirmava Stálin que o golpe principal das forças revolucionárias deveria ser dirigido contra os partidos conciliadores, contra os reformistas e oportunistas que tentavam desviar as massas de suas tarefas fundamentais revolucionárias. Essa afirmação teve sua justeza revelada no decorrer da Revolução de Outubro e refletia, em seus vários aspectos e conseqüências estratégicas e táticas, a realidade social da Rússia. Nas mãos dos dogmáticos ela foi elevada à categoria de verdade geral, válida para todos os países e todas as épocas, causando desastrosos resultados para a revolução em âmbito mundial. Com a palavra o Partido Comunista da China:

"...há nas obras de Stálin a seguinte fórmula: nos diferentes períodos da revolução o golpe principal deve ser dirigido no sentido de isolar as forças políticas intermediárias. Essa fórmula stalinista deve ser encarada de modo crítico, do ponto de vista do marxismo. Em alguns casos pode-se considerar acertado o isolamento das forças intermediárias na sociedade; mas sob quaisquer condições isto não é certo. Segundo a nossa experiência o golpe principal da revolução deve ser dirigido contra os próprios inimigos principais, para isolá-

(2) Mao Tsé-Tung. Sobre a Contradição. in Problemas, n.º 41, página 14.

los... Houve um período (o da guerra civil de 1927 a 1936) em que alguns de nossos camaradas, empregando mecânicamente a fórmula stalinista na Revolução Chinesa, dirigiram o golpe principal contra as forças intermediárias, tomaram-nas como os inimigos mais perigosos, em consequência do que foram isolados e derrotados, não os nossos verdadeiros inimigos, mas nós mesmos, o que se tornou vantajoso para os nossos verdadeiros inimigos..." (3)

No Brasil, apesar dessa antiga experiência chinesa, a tese recebeu acolhida e um tratamento especial. Em certos esquemas estratégicos aconselhava-se concentrar o fogo contra o nacional-reformismo e dirigir o golpe principal da revolução contra a burguesia conciliadora. O secretário-geral do P.C.B. assim se expressou:

"Contra o nacional-reformismo, como ideologia da burguesia, dirige-se por isto o golpe principal das forças revolucionárias. Sem essa luta, sem a libertação das massas trabalhadoras da influência da burguesia e do nacional-reformismo, não será possível alcançar a hegemonia do proletariado, condição precípua para a vitória da revolução democrática, antiimperialista e antifeudal. Enquanto o proletariado, as massas camponesas e demais camadas médias não forem libertadas da influência da burguesia e do nacional-reformismo, enquanto não forem desmascarados e isolados todos aqueles que temem a revolução e capitulam diante dos monopólios imperialistas e de seus aliados, os latifundiários e grandes capitalistas, será impossível unir em torno do proletariado e de seu Partido Comunista as forças capazes de realizar as transformações radicais indispensáveis ao progresso dos países submetidos ao jugo colonizador dos monopólios imperialistas." (4)

Consequência inevitável desse errôneo processo de conhecimento foi uma concepção metafísica do mundo em seus aspectos físicos e sociais. De fato. Se em cada fenômeno vemos apenas o geral e caracterizamo-lo exclusivamente por esse geral é impossível não perder de vista a riqueza de peculiaridades através da qual o universal se manifesta no particular. A vida social passa a ser apenas tratada em grandes traços, esquematizada em conceitos gerais, enquadrada em formulações abstratas. Chega-se, enfim, à concepção de um mundo onde tudo já está conhecido, onde nada é realmente novo, onde,

para todos os processos e fenômenos, já existe explicação e interpretação pronta e acabada.

Daí para a construção de um corpo de doutrina, fechado e monolítico, o caminho é curto. Basta atribuir caráter supracientífico a algumas obras. Erigi-las em fonte inesgotável de conhecimentos sobre o mundo. Basta conferir a alguns autores a autoridade suprema de árbitros incontestes em quaisquer questões para se chegar a verdade irrefutável, próxima da teológica verdade revelada. Daí para diante o processo de conhecimento, a função da filosofia, da política, da economia, limitar-se-á à análise e interpretação dos textos ortodoxos. Infelizmente isso aconteceu, em grande parte, com as obras de Marx, Engels e Lênin e, em grau superlativo, nos anos de cinqüenta, com as obras de Stálin.

Estabeleceu-se o princípio da defesa intransigente e truculenta dos "clássicos". Adotou-se como norma de conhecimento e pesquisa a interpretação de toda e qualquer formulação dos "clássicos" em lugar do estudo da realidade. Arraigou-se o método sutil de descobrir "germes de teoria" nos grandes escritores marxistas do século XIX e em procurar detectar previsões geniais para os complexos fenômenos do mundo moderno. Na teoria não se ficou longe do método escolástico do *sic et non* para fazer a exegese dos textos, justapô-los e unificá-los para melhor "explicar" uma determinada situação. Resultado — evidente esterilidade no terreno teórico criador e evidente atraso na interpretação dos fenômenos do mundo atual.

As mais profundas exigências de classe do marxismo colocam em plano elevado a afirmação elementar de que as obras dos grandes pensadores do proletariado não podem conter — nem contêm — explicações satisfatórias e completas para os atuais fenômenos do mundo nem tratam de uma série de questões só agora colocadas pela evolução histórica dos acontecimentos. O reconhecimento dessa verdade não diminui, nem em um só ponto, a extraordinária, imensa e genial contribuição dos grandes pensadores marxistas. As obras de Marx, Engels, Lênin e de outros não ficarão apoucadas pelo fato de se lhes recusar o dom profético que, aliás, não reivindicavam. Muito ao contrário. Ficarão realçadas por um estrito caráter científico e objetivo. Ajudarão ainda mais a revolução socialista pelo precioso ensinamento de materialismo dialético que proporcionarão à classe operária.

(3) Je-Min-Ji-Pao, editorial, in Voz Operária, 21-4-1956.

(4) Luiz Carlos Prestes, É Necessário Combater e Desmascarar os Defensores e Porta-Vozes do Nacional-Reformismo, in Voz Operária, 28-4-1956.

É preciso distinguir aqui com bastante clareza: o combate à adoção estreita, acadêmica e estéril de todas as afirmações dos autores clássicos não significa o combate *a priori* a tais afirmações. Assumir essa atitude seria, também, cair num erro antidialético inadmissível. Seria abandonar a experiência e a prática sociais elaboradas e generalizadas nas obras dos grandes dirigentes do proletariado e desprezar o elevado grau racional a que já chegou o conhecimento da sociedade. Mas não se pode, pela existência desse conteúdo cuja origem é essencialmente científica, aceitar o princípio da inerrância dos escritos dos bons autores. Outra não era a justificativa dos doutores escolásticos ao se basearem nos livros consagrados. A consulta da doutrina dos grandes pensadores é justa, diziam, pois "há a presunção de que elas tenham um fundamento real". Com as devidas proporções é a mesma atitude gnosiológica.

O erro está na premissa falsa do processo do conhecimento da realidade. Combatê-lo é restabelecer o primado dos fatos objetivos e retornar ao método científico empregado com tanta profundidade e êxito por Marx, Engels e Lênin. A atitude crítica e de dúvida salutar frente à teoria distingue-se radical e essencialmente da atitude conservadora e receptiva inerte que caracteriza o dogmático. O problema da pauperização relativa e absoluta da classe operária ilustra as duas posições.

Adotam os dogmáticos a aceitação completa das teses de Marx para os dias de hoje. Ao observar a realidade social procuram elementos para confirmá-las e refutar as afirmações dos que as negam. Diante das dificuldades práticas encontradas procuram adaptar os conceitos. Alargam-nos e generalizam-nos. Interpretam-nos livremente. Negam ou ignoram ou não analisam crítica e objetivamente os elementos estatísticos disponíveis. O essencial na questão é demonstrar que ainda hoje são integralmente válidas as afirmações que Marx fizera como resultado da análise concreta da evolução do capitalismo. Essa posição é aparente no *Manual de Economia Política*, editado pela Academia de Ciências da U.R.S.S., Instituto de Economia. (5)

Qual seria a atitude crítica, marxista e científica, portanto?, seria examinar minuciosamente a realidade social partindo da existência do problema colocado pelas teses de Marx, — a classe operária se pauperiza ou não com o desenvolvimento do capitalismo?, se sim, como?, em que medida?, como se diferencia esse processo da pauperização no período de formação do capitalismo?, quais os dados concretos que demonstram, sem subterfúgios, a pauperização?, se a classe

operária não se pauperiza, por quê?, quais os fatores que influem no processo?, como se comporta a classe operária na apropriação da renda nacional?, quais as novas tendências observadas?, qual a influência da maior organização do proletariado na defesa de seus interesses imediatos?, quais os dados concretos que podem ilustrar a situação? Isto pôsto, e orientados pelos princípios gerais do marxismo sobre o processo da produção capitalista será possível chegar a uma conclusão, retratando realmente a situação da classe operária. Fosse ela contrária às afirmações de Marx, ou pelo menos não as confirmasse, estaríamos diante de uma falência do marxismo?, estariam destruídos seus fundamentos? De forma alguma. Tratava-se apenas de verificar e ressaltar a atuação de fatores novos surgidos na sociedade, de novas formas de luta de classe que permitiram ao operariado fazer parar ou recuar uma tendência dos períodos iniciais do capitalismo. Seria necessário analisar esses novos elementos, estudar suas conseqüências políticas e econômicas, para deles extrair os melhores ensinamentos para a luta revolucionária do proletariado. A descoberta da verdade, mesmo contrariando esta ou aquela tese de Marx, ou de quem quer que seja, não pode de maneira alguma ser contrária aos interesses fundamentais da classe operária. Esses se identificam, no todo, com a verdade social objetiva.

As duas atitudes, a dogmática e conservadora, e a científica e crítica, podem levar a conclusões idênticas. Não importa. No fundamental são opostas entre si e se excluem mutuamente. A primeira poderá chegar a resultados corretos e justos mas não levará sempre a tais resultados. A segunda poderá errar aqui e ali mas acabará chegando à verdade. A primeira é uma atitude idealista, metafísica, anticientífica. A segunda é uma atitude materialista, dialética, científica. A primeira não corresponde aos interesses duradouros e profundos da classe operária e procura, queira ou não, esconder a verdade objetiva. A segunda é uma posição que interessa à classe operária, pois busca a verdade e é um instrumento para a transformação revolucionária do mundo.

★

A formação do corpo de doutrina dogmático arrasta consigo a necessidade ineludível de um corpo de defensores autorizados para garantir a pureza e a ortodoxia dos "princípios". O papel dessas autoridades, a quem são atribuídos poderes para determinar o erro ou a verdade, enciau-

(5) Akad. Wiss. UdSSR. Inst. Oekonomie. Politische Oekonomie Lehrbuch, Berlin, 1955. página 166.

sura ainda mais a livre expansão do pensamento criador e impede a manifestação das forças vivas das massas, muito especialmente na elaboração do conhecimento social. A autoridade, como intérprete último do dogma, passa a funcionar, ao mesmo tempo, como critério último da verdade. A obra *Materialismo Dialético*, editada pela Academia de Ciências da U.R.S.S., Instituto de Filosofia, ilustra com abundância esse fenômeno. Citemos um exemplo particularmente característico.

Depois de uma longa explicação sobre o caráter revolucionário da liquidação dos *kulaks* e da passagem da pequena economia camponesa à grande agricultura socialista, o autor, K. V. Moroz, apela para a autoridade:

“O regime burguês de exploração da terra pelo camponês individual foi substituído pelo regime colcosiano, por meio de passagem gradual, sem explosão, mas o camarada Stálin chama claramente esse período de revolução.” (6)

Quer dizer, a transformação não foi revolucionária devido a transformações concretas e radicais na estrutura social da U.R.S.S. A transformação foi revolucionária porque o camarada Stálin assim a chamou...

O princípio da autoridade aliado ao dogmatismo embotou e refreou o espírito crítico agudo que caracterizava o pensamento marxista nas duas ou três primeiras décadas do século XX (leia-se Plekhanov, Kaustky, Bogdanov, Riazanov, Bukhárin, Trótsky etc.). Os autores teóricos foram incapazes de fazer progredir a teoria e limitaram-se à repetição interminável e enfadonha das formulações “autorizadas”. Diante de um novo trabalho, particularmente se provinha de uma “autoridade”, a atitude era a da prostração e incapacidade de crítica. Isso foi particularmente notável com as obras de Stálin. Vale lembrar a atitude assumida frente ao livro *Problemas Econômicos do Socialismo na U.R.S.S.*, aparecido em 1952 e saudado com uma série de loas talvez sem precedentes na história do marxismo.

“O novo trabalho do camarada Stálin obriga os economistas, filósofos, juristas, historiadores e todos os que estudam os fenômenos da vida social a chegarem a sérias conclusões teóricas e a indicarem tarefas, em cada uma das ciências, com o fim de acabar com os erros e o atraso”,

escreveu o filósofo soviético P. Iudin. (7)

“A obra do camarada Stálin, *Problemas Econômicos do Socialismo na U.R.S.S.*, é um

modelo de desenvolvimento criador do marxismo-leninismo. Todas as teses são ali uma encarnação viva da unidade entre a teoria e a prática. Representam uma profunda generalização científica da riquíssima experiência adquirida com a construção do socialismo, em ligação indissolúvel com as tarefas fundamentais da luta pela vitória do comunismo”,

declarou D. Chepilov. (8)

“Para a teoria marxista-leninista e para todas as nossas atividades práticas, a obra do camarada Stálin, *Problemas Econômicos do Socialismo na U.R.S.S.*, que acaba de aparecer é de magna importância. Este trabalho examina todos os aspectos das leis da produção social e da distribuição dos bens materiais na sociedade socialista, define os fundamentos científicos do desenvolvimento da economia socialista, indica os caminhos da passagem gradual do socialismo para o comunismo. Com sua elaboração das questões da teoria econômica o camarada Stálin fez progredir grandemente a economia política marxista-leninista”,

afirmou G. Malenkov, em informe ao XIX Congresso do P.C. (b) da U.R.S.S. (9)

No Brasil essa posição foi generalizadamente assumida. Afóra a tradução de artigos e trabalhos puramente laudatórios não faltaram os pronunciamentos originais. Luis Carlos Prestes acentuou:

“A justa compreensão, porém, da grandiosa obra do XIX Congresso do Partido Comunista da União Soviética exige que dediquemos uma atenção particular ao estudo da nova obra do camarada Stálin, *Problemas Econômicos do Socialismo na U.R.S.S.*, publicada nas vésperas do Congresso e na qual se inspiraram todos os trabalhos daquele conclave. Síntese genial da experiência histórica do Partido Comu-

(6) K. V. Moroz, *O Desenvolvimento Como Passagem das Mudanças Quantitativas às Transformações Radicais de Qualidade*, in *Materialismo Dialético*, Rio, 1955, página 158.

(7) P. Iudin, “O Trabalho de Stálin, *Problemas Econômicos do Socialismo na U.R.S.S.*, Base do Desenvolvimento das Ciências Sociais”, in *Problemas*, n.º 50, página 56.

(8) D. Chepilov, J. V. Stálin e o Caráter das Leis Econômicas do Socialismo in *Problemas*, n.º 52, página 4.

(9) G. Malenkov, Informe ao XIX Congresso do Partido — Em Marcha Para o Comunismo, Rio, 1953, página 84.

nista da União Soviética e do povo soviético na construção do socialismo, síntese da experiência do movimento operário e democrático internacional na luta contra o imperialismo e os incendiários de uma nova guerra, a nova obra do camarada Stálin ilumina com uma luz nova e poderosa o caminho da humanidade para o comunismo. Obra genial, de importância histórico-universal, que assinala um novo e gigantesco passo para a frente na ciência do proletariado, nela expõe o camarada Stálin, com simplicidade e clareza geniais, as questões essenciais que nos dias que correm preocupam ao mundo inteiro, as questões fundamentais que determinam a situação econômica e política atual e que mostram a perspectiva de seu desenvolvimento ulterior." (10)

E Diógenes Arruda completou:

"Sua genial obra teórica *Problemas Econômicos do Socialismo na U.R.S.S.*, a expressão mais alta do marxismo-leninismo, foi a bússola que norteou todo o trabalho fecundo do Congresso..." (11)

Não é o ar bombástico e laudatório que causa espécie hoje. Mais significativa é a ausência de qualquer espírito crítico, a inexistência de um atuante repúdio ao princípio de autoridade na elaboração teórica. Houvesse essa compreensão, viva e vibrante no movimento marxista do princípio do século e não se chegaria aos dolorosos erros em política internacional e na planificação econômica que agora estão sendo corrigidos. Houvesse corajosa oposição ao dogma e os *Problemas Econômicos* não teriam recebido elogios tão encomiásticos que contrastam vivamente com opiniões formuladas no XX Congresso do P.C.U.S.:

"A propósito não se pode deixar de observar que algumas outras teses dos *Problemas Econômicos* exigem uma análise severa e que nossos economistas as estudem profundamente e as revejam, com espírito crítico, do ponto de vista do marxismo-leninismo." (12)

A ligação do dogmatismo com o espírito de autoridade não constitui episódio secundário no processo de pensamento marxista deformado. É uma séria e profunda característica, ameaçadora ainda agora quando há um esforço mundial para a superação dos erros. Na liquidação dos processos errôneos é visível a tendência à substituição de uma autoridade por ou-

tra, da autoridade de Stálin pela autoridade de Lênin. Tal transformação, sejam quais forem suas intenções, significara sempre a manutenção e um falso método de encarar a realidade, estranho e distante de qualquer procedimento científico. A adoção de Lenin como autoridade suprema, a volta ao leninismo como retorno aos textos de Lênin, em essência é a manutenção do primado do mundo subjetivo sobre o mundo objetivo. O mérito de Marx, Engels, Lenin e todos os outros escritores marxistas reside em terem sabido refletir e analisar esse mundo objetivo; nunca em terem estabelecido um conjunto de normas e princípios para serem compendiados em construção dogmática.

*

O domínio do dogmatismo nas correntes marxistas teve resultados de largo alcance. Sendo correntes políticas de caráter ativo acentuado — que nunca deixaram de influenciar o desenvolvimento social e nunca abandonaram uma posição de atividade política militante — a existência do dogma nos princípios gerais impunha a adoção do empirismo na ação prática. A estrutura dogmática impedia uma análise aprofundada da realidade. Caía-se, assim, facilmente, na superficialidade, na consideração única de elementos secundários ou apenas emergentes. Os dois aspectos se entrosavam e influenciavam mutuamente — de um lado a concepção pronta e acabada, monolítica e imutável no terreno das generalidades. De outro o empirismo superficial e estreito no terreno da ação sobre o mundo exterior. Aquêlo fomentava a este, pois a ação política necessariamente ligava-se ao mundo objetivo. O segundo contribuía para o primeiro, pois a superficialidade no conhecimento do mundo social impedia a verificação minuciosa e concreta dos princípios gerais.

As formulações teóricas de alta generalidade impostas mecanicamente sobre a realidade, soltas no espaço e no tempo, sem conteúdo concreto material e histórico bem definido e determinado, obrigavam necessariamente a uma ação unilateral e sectária, fluida e indefinida, um constante avançar e retroceder na atuação prática. É o que se reflete na instabilidade de linha política de diversos partidos comunistas, pendendo ora para a direita, ora para a esquerda, com

(10) L. C. Prestes, O XIX Congresso do P.C. da União Soviética e as Tarefas de Nosso Partido, in *Problemas*, n.º 48, página 86.

(11) D. Arruda, Forjemos Nosso Partido à Imagem e Semelhança do Partido de Lênin e Stálin, in *Problemas*, n.º 45, página 92.

(12) A. I. Mikoljan, Discurso ao XX Congresso, in *Problemas*, n.º 73, página 319.

guinadas bruscas e inesperadas, fruto de fatores contingentes, de análises apressadas, de ignorância da situação.

A resistência do dogma à mudança exprime-se bem no encarniçado combate ao revisionismo. Essa uma segunda conseqüência do dogmatismo na atuação dos partidos comunistas. O combate ao revisionismo não surge, não se origina, como uma necessidade de defesa dos reais e profundos interesses da classe operária, mas principalmente como uma reação do dogma a qualquer corrente que pretenda modificá-lo. Não é possível confundir essas duas questões.

Atualmente o maior e mais sério reflexo de ideologia e concepções estranhas ao proletariado no movimento marxista é o dogmatismo, a concepção metafísica e idealista do mundo. Foi por esse caminho que as classes hostis à classe operária conseguiram atuar e refrear em muitos aspectos a expansão da teoria marxista. Distingue-se pois, e muito claramente, o combate que hoje os dogmáticos pretendem desencadear contra o revisionismo do combate que, por exemplo, Lênin travou contra diversas correntes do movimento socialista na primeira década do século atual. Combatia ali as concepções estranhas que tentavam impedir e entorpecer o avanço do movimento operário. Tratava-se ali de, reconhecendo as elevadas e radicais reivindicações do proletariado, impedir que sutis teorias desviassem-no, como classe, do caminho revolucionário. Tratava-se ali de apontar, muito concretamente, os erros e equívocos dos que experimentavam levar o proletariado à passividade, ao reboquismo, ao abandono de suas posições de classe.

O combate ao revisionismo nos dias de hoje tem caráter bastante diverso. Sob a capa de formulações pseudo-revolucionárias, procura manter um processo de conhecimento que não favorece o conhecimento da realidade objetiva. Debaixo de uma fraseologia escolhida a dedo nos autores marxistas procura negar, em essência, aquilo que esses mesmos autores têm de mais precioso — a inalterável confiança na evolução do mundo social no sentido dos interesses básicos da classe operária. O temor puritano dos erros, o horror sacrossanto a tudo o que possa parecer heterodoxo, a indignação farisáica diante de qualquer tentativa de reelaboração dos conhecimentos e experiências acumulados pelo movimento operário, indicam muito bem o violento temor do dogmatismo ameaçado.

Não deixa de ser curioso observar o fenômeno no Brasil, país onde, talvez, mais profunda tenha sido a influência do dogmatismo. E onde hoje o mais sério inimigo da filosofia marxista

está sendo caracterizado, pelos dogmáticos, como o revisionismo...

A amplitude do conceito "revisionismo" é muito vasta. É revisionismo duvidar da tese da pauperização absoluta e relativa da classe operária. É revisionismo não aceitar a validade universal dos esquemas estratégicos da Revolução de Outubro. É revisionismo julgar insatisfatórias para os dias de hoje as teses de Lênin sobre o imperialismo. É revisionismo discordar das teses aprovadas como verdadeiras pelos Partidos Comunistas e é revisionismo não aceitar *a priori* formulações de Lênin como antes era revisionismo não aceitar as de Stálin. O conceito estende-se mais ainda a uma série infindável de *ismos*, sempre amparado por uma citação industriosa escolhida dos autores marxistas.

Com esse sentido é absolutamente inaceitável o conceito. Ele presta bons serviços não a defesa do marxismo mas ao seu esclerosamento. Se ao marxismo se atribui caráter científico — caráter que por todos os títulos ele possui e, apesar de tudo, tem demonstrado historicamente — tal conceito de revisionismo é estranho ao marxismo.

A nenhum cientista passaria pela cabeça caracterizar como revisionismo uma discordância, parcial ou não, com uma teoria geralmente aceita. Muito ao contrário. A qualquer cientista é reconhecido o direito e exigida a obrigação de duvidar, duvidar sempre, de qualquer hipótese ou teoria. Venha de onde vier. Provenha da mais alta autoridade científica ou do mais obscuro pesquisador. Em ciência não existem guias geniais infalíveis. Essa atitude concorre, poderosamente, para a eliminação dos erros e defeitos no conhecimento científico. Onde ela desaparece instala-se o charlatanismo, definha e morre a ciência.

Nas ciências sociais, por seu conteúdo de classe, a questão é mais complicada e os julgamentos mais difíceis. A essência da questão permanece, porém, a mesma. Em marxismo, como em qualquer outra teoria científica, o valor de uma tese provém de sua concordância com a realidade, de sua capacidade e flexibilidade em explicar os fenômenos da natureza e da sociedade. É essa característica que assegura a superioridade do marxismo sobre as teorias burguesas. Essa a característica que assegurará, inevitavelmente, sua vitória no futuro. Por isso mesmo as modificações que a teoria de Marx, de Engels, de Lênin, de Stálin e de tantos outros devem sofrer no decorrer da evolução da humanidade constituem a mais alta afirmação de seu caráter científico, de seu horror ao dogma, de sua fidelidade aos interesses progressistas da classe operária.

Para onde vai o Govêrno?

LEÓNICIO BASBAUM

Em seu discurso de 31 de julho último, lamentou-se o Sr. Presidente da República, entre outras coisas, de lhe faltar uma boa cobertura da imprensa, isto é, um número maior de jornais que o defendessem, e aos atos do seu Govêrno, dos ataques pesados e não raro caluniosos da oposição. Com efeito, os maiores diários da imprensa carioca e paulista, para só falarmos de duas cidades — as mais importantes do país — não se têm fartado de atacá-lo num combate sistemático: no Rio, o **Jornal do Comércio**, o **Correio da Manhã**, o **Diário de Notícias**, o **Globo** e alguns outros de menor calado. E em São Paulo, o **Estado de São Paulo** e as **Fôlhas**. E além dêsses tôda a cadeia dos **Diários Associados**, nos quais o Sr. Chateaubriand derrama diariamente suas verrinas contra a Petrobrás e a política petrolífera do Govêrno da União.

Mas não sômente a imprensa tem submetido o Sr. Juscelino a um fogo devastador. No próprio Congresso, onde o seu Partido, o PSD, é majoritário, e principalmente na Câmara dos Deputados, tem êle tido derrotas surpreendentes e sucessivas.

Com essa "falta de apoio da imprensa" e na Câmara, o Sr. Presidente da República pretende, evidentemente, justificar ou, pelo menos, explicar as suas vacilações na solução de determinados problemas dos mais importantes e decisivos para os destinos do Brasil.

Eis, pois, o que há de singular no presente panorama político nacional: um Govêrno eleito por uma massa ponderável da Nação, na qual se destacavam grandes forças populares, à base de um despertar do movimento antiimperialista, nacionalista, depois de derrotar eleitoralmente o Partido dos trustes, entreguistas e reconhecido instrumento do imperialismo norte-americano, a UDN, depois de frustrar uma tentativa de golpe pelo qual essa mesma UDN, derrotada nas urnas, desejava apossar-se do poder, êsse mesmo Govêrno, com apenas ano e meio de vida, já se confessa sem apoio, isto é, sem forças que o encorajem a levar avante o programa do candidato!

Não falta certa dose de razão ao Sr. Juscelino. De fato lhe está faltando êsse apoio. E não sômente lhe falta apoio: há indícios veementes, ou melhor, tudo indica que as forças que lhe são contrárias estão aumentando, senão em quantidade ao menos em virulência, em ardor, em audácia, lançando mão de todos os recursos

— honestos ou não, pois em matéria de política dêsse tipo todos os meios que se prestam para um determinado fim são bons — dispostos a levar a luta até à vitória final, isto é, até à desmoralização completa e talvez à derrubada do Govêrno do Sr. Juscelino ou até que êste resolva ceder aos interesses dessas forças.

Ceder ou não ceder, eis a questão.

Falar em crise no Brasil é hoje um lugar-comum que já perdeu todo e qualquer significado. Para não ir muito longe, desde a proclamação da República que essa inocente palavra figura nas manchetes dos jornais e ocupa os discursos dos parlamentares e chefes políticos nacionais. Temos tido crises econômicas, militares, políticas, morais e até mesmo crises aeronáuticas, sem falar nas crises do café, da borracha, do açúcar e da banha. No fundo são apenas diferentes aspectos de uma mesma crise resultante das contradições existentes no seio das classes dominantes em nosso país. O que agora estamos assistindo, embora o enfado que a palavra nos possa causar, é ainda uma crise, embora em processo de formação. Mas desta vez ela não se restringe a um determinado setor das atividades econômicas, mas a tôda a economia, a tôda a estrutura econômica brasileira em si; não é apenas uma crise no seio das classes dominantes, mas ameaça atingir tôdas as classes; não é apenas uma crise restrita às fronteiras nacionais; ao contrário, reflete, de certo modo, o aguçamento das contradições dentro de todo o sistema capitalista mundial, com centro nos Estados Unidos.

Mas o que aqui desejamos examinar é sômente um dos aspectos dessa crise em formação, o aspecto político, isto é, suas manifestações políticas e seus reflexos na linha política do Govêrno. Nosso objetivo é procurar resposta a essa pergunta: para onde vai o Govêrno? Para onde pretende levar o Brasil?

O centro da crise em tôrno da qual se aguçava e aprofunda a luta entre os diversos grupos políticos — grupos que, por sua vez, englobam alguns setores de diferentes classes e camadas sociais, é perfeitamente visível e já tem sido amplamente demonstrado: é a luta pela posse do petróleo e dos minerais atômicos brasileiros. Outros problemas, pois são inúmeros, surgem, de quando em quando, à tona, desviando a atenção do povo dos problemas fundamentais, embora não

deixem de ter sua importância: há o problema da inflação, que ainda não foi detida, e por isso mesmo não deixou ainda de afetar a vida da população, desvalorizando o seu dinheiro. O da reforma tarifária, cujo projeto, de origem governamental, já aprovado no Congresso, representa inegavelmente os interesses da burguesia industrial brasileira, e que tem aparentemente um caráter progressista. Surge agora o problema da reforma eleitoral, pelo qual a UDN, como já tentou em 1955, deseja destruir a máquina eleitoral do PSD no interior do país. Mas é afinal no problema da Petrobrás, na questão dos minerais atômicos, que está realmente o centro da crise política e é claro que esses dois pontos continuarão a ser o eixo da política nacional, o divisor de águas na vida política brasileira, ainda por longo tempo.

O Sr. Juscelino, como instrumento das forças que o elegeram e ainda o sustentam no poder, viu-se de certo modo obrigado a defender a Petrobrás, a sustentar a entrega dos minerais atômicos, mas cedeu Fernando de Noronha ao governo belicista dos Estados Unidos e ainda parece ceder a todas as pressões para, a título de industrialização do país, abrir as portas aos trustes que sugam o suor e o ouro resultante do esforço de trabalho dos brasileiros, sob a forma de juros, dividendos e "royalties", em detrimento do capitalismo e da indústria nacional.

Essas pressões são exercidas pelos chamados grupos oposicionistas, que assim poderiam ser classificados:

1) os "entreguistas", que se acobertam com a doutrina do "antiestatismo", da "livre empresa", etc. manobrados e subvencionados diretamente pelos trustes do petróleo e pela embaixada americana.

2) A UDN, subdividida em vários grupelhos, entre os quais se destacam os entreguistas, e que representa os grupos financeiros ligados direta ou indiretamente aos grandes trustes industriais e financeiros norte-americanos.

Os dois grupos acima acreditam poder, pela chantagem e pelas ameaças, amedrontar Juscelino e fazê-lo ceder aos seus interesses.

3) Os deputados Carlos Lacerda e Rafael Correia de Oliveira, que pregam abertamente o golpe naval-aeronáutico, constituem a ala radical da UDN e escondem os seus designios entreguistas atrás de uma demagogia pseudonacionalista. A UDN colocou o primeiro como seu líder, com o objetivo de amedrontar o Sr. Juscelino.

4) Pequenos grupos civis e militares, anti-democráticos, de tendências fascistas — não ligados entre si, por enquanto — prontos a transacionar com os trustes em troca do poder. Esses grupos apóiam a UDN ou se servem dela, como se

servem de Carlos Lacerda. Infiltrados no Governo ou dentro dos partidos governistas a que pertencem — PSD, PR, PTB, etc. — votam contra o Governo, e através de um trabalho de sapa, procuram enfraquecê-lo e derrotá-lo.

Por outro lado, quem sustenta o governo do Sr. Juscelino?

Poder-se-ia responder que ele é sustentado, antes de mais nada, pelo poder legítimo e constitucional. Mas todos sabemos, o Sr. Juscelino inclusive, o quanto isso é precário, o quanto a própria Justiça, como a Constituição (poderes abstratos) necessitam eles mesmos de um poder material que os sustenha. Política e socialmente, ele se apóia nos grupos conservadores da burguesia nacional que o elegeram, a burguesia agrária, nos proprietários de terras, nos "coronéis" do interior do país, que constituem o cerne do PSD e do PR. Apóia-se ainda no PTB, que representa alguns setores da burguesia industrial, e nas classes trabalhadoras. Em Jango e na carta-testamento de Vargas. E ainda em alguns Partidos menores, cuja ajuda é oscilante e precária, inclinando-se para onde sopram os ventos, isto é, os interesses imediatos dos seus chefes políticos e respectivas **entourages**. Finalmente tem a seu favor amplos setores das forças armadas, principalmente no Exército, os quais, entretanto, mais do que a legitimidade do poder de Juscelino, estão defendendo a sua linha nacionalista.

Todavia, com todo esse apoio o Sr. Juscelino se sente ainda fraco e parece sempre disposto a negociar com os oposicionistas "para poder governar em paz". E essas negociações nós sabemos o que significam.

O que falta realmente ao Sr. Juscelino, para que se sinta encorajado a enfrentar a pressão das forças udeno-americanas, e que ele mal-interpretou como "cobertura de imprensa", é na verdade o apoio popular, apoio das grandes massas, que nestes últimos anos tem avançado politicamente e que hoje — potencialmente — estão em condições de garantir a segurança de qualquer governo. O Sr. Juscelino desconhece, menospreza, subestima a importância do apoio das grandes massas populares. Tomou atitudes anti-democráticas, mandando fechar várias organizações de massa, não hesitou em entregar Fernando de Noronha aos belicistas americanos, recusou anistia aos comunistas, sua ação no setor do abastecimento e do barateamento da vida foi, para as massas, praticamente nula. Esta culpa lhe cabe.

Mas não somente a ele cabe a culpa da falta de apoio popular ao seu Governo. E essa é precisamente a grande tragédia do Brasil atual. Nunca, como agora, se fez sentir a falta de um partido

(Conclui na pág. 52)

Revisionismo econômico que revive...

CALVINO FILHO

Na "crítica" que fez ao "Manual de Economia Política", editado pelos economistas soviéticos, o Sr. Caio Prado Jr. afirma:

"Não é a capacidade de produção do capitalismo que se acha comprometida, derivando daí a crise geral em perspectiva do sistema; e sim, de certo modo pelo contrário, é um excesso de capacidade de produção, em confronto com a incapacidade relativa de consumo, que tem criado crescentes embaraços para o funcionamento do capitalismo e que já hoje o ameaça de aniquilamento. **Há cem anos, Marx observara e previra isso.**" (o grifo é meu. C.F.)

Entretanto, ao contrário do afirmado, que observara Marx? Apenas o seguinte: "CONSTITUI PURA TAUTOLOGIA DIZER QUE AS CRISES SURGEM DA FALTA DE CONSUMO SOLVENTE OU DE CONSUMIDORES CAPAZES DE PAGAR".

Nesse pequeno trecho acima transcrito, da crítica do Sr. Caio Prado Jr. ao "Manual de Economia Política" soviético, não se encontra um só traço de pensamento marxista, embora o Sr. Caio se diga "marxista" e afirme que Marx desde cem anos atrás esposara as afirmações tão erradas que ele (Caio) acabava de fazer.

Um marxista de verdade afirma, sim, que, na atualidade, o capitalismo está sob o guante da segunda fase da crise geral do sistema e não que há PERSPECTIVA de crise geral do sistema, como diz o Sr. Caio.

Um marxista não explica a causa das crises pela incapacidade relativa de consumo, ou quaisquer outras das suas manifestações, mas pela sua causa fundamental, que é a contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado, individual, da apropriação, do que foi produzido.

Um marxista não afirma que a crise já hoje ameaça de aniquilamento o sistema capitalista. Afirma, sim, que esse aniquilamento é tão inevitável como um processo natural, portanto, nada o salvará.

A seguir, transcreverei trechos soltos de Marx e um de Lênin, para que os meus eventuais leitores possam melhor julgar as afirmações do Sr. Caio Prado Júnior.

Diz Marx: "Contestar-nos-ão, talvez, aludindo ao processo contínuo de ampliação da produção, a qual cresce de ano para ano, por duas razões: primeiro, porque aumenta constantemente o capital invertido na produção e, segundo, porque esse capital se aplica constantemente de

um modo cada vez mais produtivo; ademais, durante a produção e a acumulação se vão introduzindo continuamente pequenas melhoras, que acabam transformando em conjunto a escala da produção. Produz-se uma acumulação de melhoras, um desenvolvimento cumulativo das forças produtivas. Se a isto quiser replicar-se que a produção, ao estender-se constantemente, necessita de mercado que também se vá estendendo continuamente e que a produção se desenvolve mais rapidamente que o mercado, não se faria mais que formular de outro modo, com seu conteúdo real, ao invés de, em forma abstrata, o fenômeno que se trata de explicar. O mercado se estende mais lentamente que a produção; isto é, no ciclo que percorre o capital durante a sua reprodução — um ciclo no qual não se reproduz simplesmente, mas que se reproduz em escala ampliada, não descrevendo um círculo, mas uma espiral — apresenta-se um momento em que o mercado se torna demasiado estreito para a produção. Isto ocorre ao final do ciclo. Que quer isto dizer? Quer dizer que o mercado se encontra abarrotado de mercadorias. O fenômeno da superprodução é evidente. Se o mercado se houvesse estendido paralelamente à produção, o mercado não se encontraria agora abarrotado de mercadorias, não existiria superprodução.

"Sem embargo, pelo simples fato de reconhecer que o mercado tem que se estender necessariamente com a produção, reconhecer-se-ia também, por outra parte, a possibilidade de uma superprodução, já que o mercado, no exterior, se acha geograficamente delimitado, e o mercado interior aparece circunscrito com relação a um mercado que é, ao mesmo tempo interior e exterior e este, por sua vez, em relação com o mercado mundial, o qual, por sua vez, é um mercado delimitado em cada momento concreto, se bem que por si mesmo susceptível de extensão. Se, portanto, se reconhece que o mercado tem necessariamente que se estender e que por essa razão não pode existir superprodução, reconhece-se também, implicitamente, a possibilidade de que a superprodução também exista, já que, sendo o mercado e a produção dois fatores independentes entre si, cabe sempre a possibilidade de que a extensão de uma não corresponda à extensão da outra, de que os limites do mercado não se estendam com a rapidez necessária para a produção ou de que os novos mercados — as

novas ampliações do mercado — sejam absorvidos rapidamente pela produção, de tal modo que o novo mercado ampliado representa um freio para a produção, nem mais nem menos que o antigo mercado restrito.”

“Por isso, êle (Ricardo) não pode reconhecer tampouco que o regime burguês de produção constitui um obstáculo para o livre desenvolvimento das forças produtivas, obstáculo que se manifesta nas crises e, entre outras coisas, no fenômeno fundamental destes, na superprodução.”

“A superprodução em especial tem como condição a lei geral da produção do capital, que consiste em produzir na medida das forças produtivas, isto é, de acôrdo com a possibilidade de explorar a maior quantidade possível de trabalho com uma quantidade dada de capital, sem atender para nada à limitação do mercado nem às necessidades solventes, suscetíveis de pagamento, levando a cabo a reversão constante das rendas em capital, enquanto que, por outra parte, a massa dos produtores se limita, e tem necessariamente que se limitar, segundo as bases da produção capitalista, à medida que as necessidades marcam.”

“Constitui pura tautologia dizer que as crises surgem da falta de consumo solvente ou de consumidores capazes de pagar. O sistema capitalista não conhece nenhuma classe de consumo que não seja solvente, exceto o dos indigentes. O fato de que as mercadorias não se vendam, quer dizer simplesmente que não encontram compradores, isto é, consumidores solventes para elas, tanto faz se as mercadorias se destinam, em última instância, ao consumo produtivo ou se se destinam ao consumo individual. E se se preten-der dar a esta tautologia uma aparência de raciocínio profundo dizendo que a classe operária percebe uma parte demasiado pequena de seu próprio produto e que êste mal pode remediar-se concedendo-se-lhe uma parte maior, isto é, fazendo que aumentem os seus salários, cabe observar que as crises são precedidas, sempre, precisamente, de um período de subida geral dos salários durante o qual a classe operária obtém realmente maior participação na parte do produto anual destinada ao consumo. A rigor, segundo êsses cavalheiros do santo e “simples” bom senso, êsses (aumentos de salários — C.F.) parece que deveriam, pelo contrário, afastar as crises. Isto quer dizer, pois, que a produção capitalista implica condições independentes da boa ou má vontade dos homens, que sòmente deixam margem momentânea para aquela melhora relativa da classe operária, mas que é sempre um pássaro agoureiro das crises.”

Lênin escreveu:

“A terceira conclusão que Sismondi tira da falsa teoria, adotada por êle, de Adam Smith, é a sua doutrina das crises. A concepção de Sismondi, segundo a qual a acumulação (o desenvolvimento da produção em geral) se acha determinada pelo consumo e o seu modo falso de explicar a realização do produto global da sociedade (reduzindo-o à participação dos operários e à dos capitalistas na renda), conduzem natural e inevitavelmente à doutrina de que as crises obedecem à desproporção entre a produção e o consumo. Sismondi abraçava integralmente esta teoria, teoria tomada de Rodbertus, que a formulava com ligeira variação, explicando as crises pelo fato de que ao crescer a produção diminuía a participação do operário no produto, com o que incorria no mesmo êrro de Adam Smith ao dividir o produto global da sociedade em trabalho e “renda” (Renda é, segundo a sua terminologia, a “mais valia”, ou seja, o lucro mais a renda do solo). A análise científica da acumulação na sociedade capitalista e o da realização do produto minou todos os argumentos dessa teoria, demonstrando que é precisamente no períodos que precedem as crises quando aumenta o consumo dos operários; que o consumo insuficiente (com o qual se pretende explicar as crises) existiu sob os mais diversos sistemas econômicos, enquanto que as crises são características de um só sistema, do capitalismo. Esta teoria (marxista — C.F.) explica as crises mediante outra contradição, a saber, a contradição entre o caráter social da produção (socializada pelo capitalismo) e o caráter privado, individual, da apropriação.

“Com efeito, se explicamos as crises pela impossibilidade de realizar os produtos, pela contradição entre a produção e o consumo, chegamos por êsse caminho à negação da realidade, da conveniência do caminho seguido pelo capitalismo, consideramos êste como um “caminho falso”, o que nos obriga a procurar “outros caminhos”. Se julgamos as crises como tendo origem nesta contradição (superprodução e subconsumo, — C.F.), temos que admitir que quanto mais se desenvolve a contradição, mais difícil é encontrar-lhe uma saída. E já vimos com quanta ingenuidade Sismond expressava êsse ponto de vista, ao dizer que o capitalismo era suportável quando o capital se acumulava lentamente, porém que se convertia em insuportável quando a acumulação se desenvolvia com grande rapidez. Pelo contrário, se explicamos as crises pela contradição entre o caráter social da produção e o caráter individual da apropriação, reconhecemos com isso a realidade e o caráter progressista do caminho capitalista, repelindo como um romanticismo absurdo todo o intento de encontrar “outros caminhos”.

Reconhecemos com isso que quanto mais se desenvolva essa contradição **mais fácil** é encontrar-lhe uma saída, e que a saída está precisamente no desenvolvimento da ordem econômica estabelecida" (no socialismo, portanto — C.F.).

Por que, pois, o Sr. Caio revive falsas teorias?

Marx dizia:

"Na medida que a consciência do homem se vai desenvolvendo e tornando-se mais crítica, tem em conta, sem embargo, o caráter historicamente mais desenvolvido das relações de distribuição, se bem que se aferrando mais fortemente ainda ao caráter permanente das relações de produção, que se consideram como obra da natureza humana e independentes, portanto, de toda evolução histórica.

"A análise científica do regime capitalista de produção demonstra pelo contrário, que este regime constitui um regime de produção de tipo especial e que responde a uma condicionalidade histórica específica; que igualmente a qualquer outro regime de produção concreto pressupõe como condição histórica uma determinada fase das forças produtivas sociais e de suas formas de desenvolvimento: condição que é, por sua vez, resultado e produto histórico de um processo anterior e do qual parte o novo tipo de produção como de sua base dada; que as relações de produção que correspondem a esse regime de produção específico, historicamente determinado — relações que os homens contraem em seu processo social de vida, na criação de sua vida social — apresentam um caráter específico, histórico e transitório; e, finalmente, que as relações de distribuição são essencialmente idênticas a estas relações de produção, o reverso delas, pois ambas apresentam o mesmo caráter histórico transitório."

Esse determinismo histórico, que se materializa aos nossos olhos, constitui a tragédia em que se debate o Sr. Caio e a grande burguesia.

No "Manual de Economia Política", soviético, lê-se:

"Ao desenvolver-se o capitalismo e ao aguar-se a luta de classes, a Economia Política clássica burguesa é substituída pela Economia Política vulgar. Assim a chama Marx, porque os seus representantes substituem o conhecimento científico dos fenômenos econômicos pela simples descrição de suas formas externas, propondo-se, como fim, embelezar o capitalismo e dissimular as suas contradições. Os economistas vulgares repeliem quanto havia de científico nas doutrinas dos economistas anteriores, para reter delas (principalmente das de Adam Smith) tudo quanto não era científico, o que se devia à limitação de classe que reduzia o seu horizonte visual.

"Não se tratava, já dizia Marx, de saber se este ou aquele teorema responde ou não à verdade, mas de averiguar se favorece ao capital ou o prejudica, se é cômodo ou molesto, se contradiz ou não às determinações da polícia. A indagação desinteressada cede o posto aos espadachins mercenários; a investigação científica imparcial é deslocada pelos torpes preconceitos e tôrvas intenções da apologética."

Para concluir. O Sr. Caio escreveu, repetamos:

... "a crise geral em perspectiva do sistema (capitalista — C.F.)... é um excesso de capacidade de produção, em confronto com a incapacidade relativa de consumo, que tem criado crescentes embaraços ao funcionamento do capitalismo, e que já hoje o **ameaça** (o grifo é meu — C.F.) de aniquilamento".

Como se viu, além de pura tautologia, evita o Sr. Caio referir-se à tese marxista do aniquilamento inevitável do sistema capitalista, como sistema transitório que é. Redu-la a simples ameaça!

Cuidando de aspectos secundários, renovando teoria já caduca e desmascarada pelo próprio Marx, como simples tautologia, tal como a de que as crises surgem da falta de consumo solvente ou de consumidores capazes de pagar, o Sr. Caio elude, obscurece, omite a causa fundamental da crise que é ser a produção social e a apropriação privada, capitalista contradição que se manifesta sob várias formas, inclusive sob a da necessidade que o capitalista tem de aumentar sempre a sua produção ao mesmo tempo que reduz a procura solvente.

Se o produto da produção social fôsse apropriado não por uns poucos capitalistas mas pela sociedade toda, é claro que não se poderia falar em excesso de capacidade de produção e da incapacidade relativa de consumo.

Por que procura o Sr. Caio esconder a causa fundamental da crise geral do sistema capitalista e salienta, destaca efeitos, manifestações da causa fundamental, atribuindo-lhes qualidades de causa?

Ele não confessa, mas a gente adivinha! O capitalismo, deve ser esta a sua opinião, é capaz de produzir até em excesso. Não sabe é distribuir o produzido. Mas há-de se dar um jeito... Portanto, não há necessidade de revolução, de substituir o capitalismo pelo socialismo, de resolver dessa forma a contradição de a produção ser social e a apropriação privada, capitalista.

Vejamos, mais uma vez, o que diz o "Manual de Economia Política", soviético, sobre essa velha e desmoralizadíssima teoria burguesa do subconsumo:

QUE É A CORRENTE RENOVADORA?

EVALDO MARTINS e
PEDRO SALUSTIO

A Corrente Renovadora não é uma fração do Partido Comunista. É um movimento independente que reúne diversas tendências e grupos marxistas, unidos por um certo número de idéias comuns. O nosso ponto de partida foi o XX Congresso do PCUS. A princípio, considerávamos possível levar a efeito a luta no interior do PCB e renová-lo de acôrdo com as novas concepções. Pouco a pouco, no entanto, chegamos à convicção de que era necessário criar uma força nova, capaz de aglutinar tôdas as correntes marxistas e socialistas. Constatamos que nossas divergências com o PCB eram profundas e diziam respeito a questões de diversas ordens; dentro da sua rígida estrutura não era possível levar a bom térmo a luta contra o dogmatismo e aplicar o marxismo, de modo criador, à realidade do país. Perdemos assim o fetichismo do Partido, que deixou de ser para nós uma finalidade em si mesmo, e passamos a considerá-lo como um instrumento de que se servem as massas em sua luta pelo poder — um instrumento que deve ser adaptado, ou melhor, que deve decorrer das necessidades e características do país e do tempo. Abandonamos por isso a velha máquina, ossificada e comprometida, construída sôbre concepções caducas e princípios deformados, e nos atiramos à tarefa de criar, junto com as demais forças interessadas, o instrumento político do qual, a nosso ver, o Brasil necessita.

PARA ONDE CAMINHA O MUNDO?

O mundo caminha para o socialismo. A época inaugurada pela Revolução de Outubro, na velha

Rússia, prossegue ainda hoje, e com ímpeto cada vez maior, através da expansão do socialismo e do desmoronamento das velhas estruturas capitalistas. Este processo, porém, não é idêntico em tôda parte. Ao contrário: quanto maior é o número dos países que se aproximam do socialismo, mais variam os caminhos e as formas estruturais (partidárias, estatais, políticas e econômicas) que devem levar à socialização. Ao lado da experiência da URSS, conhecemos hoje a chinesa, a iugoslava, a polonesa, etc.; por sua vez, os países subdesenvolvidos libertam-se e, buscando resolver os seus problemas nacionais, ensaiam os primeiros passos no rumo do socialismo: é o caso da Índia, da Birmânia, do Ceilão e da Indonésia, entre outros. No Ocidente, também, as idéias socialistas ganham terreno e as forças de esquerda buscam agrupar-se, com maiores ou menores resultados. Assistimos, ainda agora, à evolução do Partido Trabalhista britânico, que se inclina sensivelmente para a esquerda, enquanto Nenni, na Itália, e o Partido Social-Democrático alemão vêm crescer a sua autoridade. Não é difícil que, pelo menos na Alemanha e na Inglaterra, os governos conservadores sejam derrotados nas eleições próximas; e o menos que se pode esperar de um tal evento, é um clima internacional de distensão mais acentuado e uma presença cada vez mais firme da classe operária no cenário político europeu. Acreditamos, além disso, que os recentes acontecimentos na União Soviética, com o afastamento de alguns dos mais ferrenhos stalinistas, virão facilitar bastante esta evolução política dos países ocidentais.

“As crises são uma seqüela inevitável do modo capitalista de produção. Para acabar com as crises, há que destruir-se o capitalismo.

“Os economistas burgueses negam que as crises sejam inevitáveis sob o capitalismo. Sustentam que as crises obedecem a causas fortuitas, remediáveis, sem necessidade de suprimir o sistema econômico capitalista. A causa final das crises é, para eles, a inflação fortuita da proporção entre os diversos ramos da produção ou o “subconsumo”, para acabar com o qual recomendam meios como a corrida armamentista e a guerra.

“Em realidade, tanto a falta de proporção como o “subconsumo” não são, sob o capitalismo, formas casuais, mas manifestações inevitáveis da contradição fundamental do capitalismo, que não se pode suprimir enquanto subsiste o regime gurguês.”

Antes de terminar estas notas, convém que nos lembremos de que a forma mais perfeita da economia vulgar, revivida entre nós pelo Sr. Caio, é a forma professoral. Contenta-se, limita-se, a traduzir em linguagem doutrinária, sob forma “indiscutível”, dogmática, as idéias mais simples e correntes, **mas falsas.**

Todo esse processo de amplitude mundial, entretanto, dá-se fora dos velhos esquemas e fórmulas do stalinismo. Ao lado da grande contradição entre o socialismo e o imperialismo, que se verifica não só em escala mundial como também no interior dos países capitalistas, outras contradições surgiram e surgem dentro do "campo" do socialismo e do próprio movimento operário. E é cada vez mais evidente que a vitória dos ideais socialistas em todo o mundo, só será possível se soubermos enfrentar e resolver corretamente também estas contradições internas. A tragédia húngara, aliás, assim como o banimento da Iugoslávia em 1948 e numerosos outros fatos menores mostraram-nos que o stalinismo (isto é, a corrente conservadora e reacionária dentro do movimento comunista) pode ser um aliado tão útil ao imperialismo quanto a traição dos socialistas de direita tipo Guy Mollet. Estamos convencidos, de resto, que a própria ação dos social-traidores como o líder do Partido Socialista francês, perderia muito da sua eficácia se fôsse suprimido o stalinismo, ou melhor, se o poderoso movimento operário, socialista e comunista, da França, se libertasse das deformações stalinistas. O stalinismo, com efeito, apesar de todas as declamações em contrário dos seus porta-vozes, é o grande obstáculo à unidade das esquerdas, à unidade do movimento operário e socialista. E esta é, a nosso ver, a grande questão com que nos defrontamos hoje; pois a unidade de todas as forças do socialismo, tornada possível a partir do XX Congresso, é um instrumento indispensável ao triunfo dos nossos ideais em todo o mundo.

AS TRÊS QUESTÕES DE PRINCÍPIO

Ao analisar a realidade no mundo e em nosso país, procuramos levar em conta as teses formuladas no XX Congresso do PCUS, sobre a possibilidade da coexistência pacífica, a inevitabilidade das guerras e as novas formas de transição para o socialismo. Estas teses marxistas, no entanto, fizeram surgir pontos de vista novos em torno de uma série de questões essenciais. Enumeremos alguns dos mais importantes:

Nacionalismo e socialismo — A concepção clássica segundo a qual o nacionalismo tem, forçosamente, um conteúdo burguês, parece ter sido desmentida pela realidade. Analisando a evolução de países como a Índia, a Birmânia e outros, inúmeros autores marxistas e socialistas reúnem-se para apontar como caduca aquela concepção clássica; é o que se pode deduzir até mesmo de certas afirmações de Khrushchiov e Bulgánin, e de alguns estudos de economistas soviéticos. A nosso ver, a definição do caráter obrigatoriamente burguês do nacionalismo pro-

veio do fato de que a formação das nações européias deu-se por força da revolução capitalista. Devemos considerar, entretanto, que as nações que agora completam a sua formação através da luta nacionalista, já o fazem em meio à revolução socialista mundial (e impulsionadas por esta revolução) e, portanto, num momento em que já não há mais perspectivas históricas para o desenvolvimento do capitalismo. Além disso, estas nações que se libertam, encontram a concorrência dos grandes trustes e um processo de produção cuja complexidade e alto nível técnico exigem a aplicação de recursos imensos de que os particulares nacionais não dispõem. Ao mesmo tempo, são débeis as forças políticas da burguesia nos antigos países coloniais e grandes as lutas das massas trabalhadoras, cuja presença política é cada vez mais sensível. Estas massas, se em alguns casos não conduzem o movimento, exercem todavia sobre ele uma pressão constante e crescente, abrindo assim perspectivas para transformações sociais no processo da própria revolução nacional.

Diante dos países subdesenvolvidos, portanto, abrem-se hoje dois caminhos: um, é o caminho canadense que, sob o signo do liberalismo econômico, leva necessariamente à dominação da economia nacional pelos trustes internacionais; o outro é o caminho do nacionalismo que adotaram alguns países da Ásia e para o qual o Brasil se inclina. Neste, a participação política das massas trabalhadoras e dos setores patrióticos força o governo a intervir decisivamente na economia para proteger os interesses nacionais e, mesmo, a chamar a si a iniciativa dos principais empreendimentos em que se deve basear a emancipação econômica do país. Estamos convencidos de que, nas condições do mundo de hoje, e se as massas trabalhadoras souberem lutar pelos seus interesses políticos e econômicos, o movimento nacionalista pode adquirir um nítido sentido socialista e dar, mesmo, os primeiros passos no rumo do socialismo. Evidentemente, não será esse um processo automático ou espontâneo, e muito menos num país como o nosso, onde a burguesia já adquiriu uma importância econômica e política considerável. O movimento nacionalista há de tomar um sentido socialista, na medida em que as massas trabalhadoras e os setores patrióticos encontrarem uma **liderança política socialista** (coisa que até agora não aconteceu, pois nem sequer está esboçado qualquer programa válido nesse sentido) e adquirirem, no curso da luta comum, uma influência predominante.

Questão do poder — ditadura do proletariado: Sem levar em conta a diversidade dos caminhos para o socialismo, os teóricos da ortodoxia stalinista apegam-se monotonamente a algumas

fórmulas vagas sobre a conquista do poder e a ditadura do proletariado. O esquema que apresentam é mais ou menos o seguinte: luta armada, insurreição, partido único, hegemonia do proletariado e aliança operário-camponesa por decreto, ao lado da afirmação de que "nada se pode fazer antes da derrubada do governo **que aí está** e da instituição de um regime democrático-popular e de um governo de libertação nacional, sob a hegemonia do proletariado e a direção do Partido Comunista". Também já aceitamos tudo isso, outrora, sem maior exame. Hoje, porém, estamos convencidos de que com essas poucas e pobres fórmulas não se pode ir muito longe nas condições brasileiras. Procuramos encarar a questão do poder a partir da situação que atualmente existe; concluímos assim que devemos integrar-nos no movimento nacionalista, como nacionalista que somos, para imprimir-lhe o sentido que interessa às grandes massas; e que devemos romper com a política sinuosa e vacilante que tem sido a do PCB, sua tática desligada da realidade, atenta apenas a interesses imediatos, a êxitos temporários. A compreensão do caráter revolucionário e democrático da frente única nacionalista, obriga-nos a basear nossa política na conquista e na ampliação de alianças firmes e duradouras, capazes de obter vitórias antientreguistas e progressistas. E empenhamo-nos não só na formação dessa frente, como na criação de uma força política independente, de esquerda, que represente real e efetivamente os interesses da classe operária e das massas trabalhadoras no interior do movimento.

Não existe ainda no Brasil uma tal força. Nem o PCB, que constitui hoje um grupo estreito e preso a dogmas; nem o PSB, que não conseguiu fazer-se um partido de massas; nem o PTB, profundamente dividido e, em sua cúpula, altamente burocratizado— nenhum desses partidos, embora todos eles possuam valiosos elementos, constitui um instrumento eficaz para a luta pelo poder do povo. Acreditamos, porém, que a frente nacionalista, partindo das posições que já possui dentro e fora do aparelho estatal, poderá chegar à conquista de um governo que realize algumas das reformas de estrutura de que o país necessita. Sem perder sua independência, as forças de esquerda poderiam participar de um tal governo, visando a incentivar as transformações sociais que assinalariam esse período de transição. Tais transformações abririam perspectivas favoráveis à passagem do Brasil para um regime socialista, sem que esse passo venha a implicar obrigatoriamente no uso da violência e assegurando a permanência do sistema democrático pluripartidário. Estamos convencidos de que o socialismo no Brasil pode ser construído em bases democráticas,

apoiando-se na organização e na luta das massas trabalhadoras com o proletariado à frente.

Quanto à hegemonia da classe operária nesse processo, dar-se-á na medida em que o proletariado reforçar as suas próprias organizações de classe, os sindicatos, criar o seu partido político e intervir ativamente na luta nacionalista, apoiando e estimulando ao mesmo tempo a luta das massas rurais pela modificação da atual estrutura agrária. Será portanto conquistada a hegemonia operária **dentro** do processo atual de lutas nacionais, e não antes ou fora dele.

Internacionalismo proletário: Acreditamos que o nacionalismo é a forma que deve assumir a luta pelo socialismo em nosso país, na atual etapa; e estamos seguros de que este nacionalismo, para ser bem sucedido, tem que apoiar-se na luta geral das forças socialistas no mundo. Somos, portanto, internacionalistas. Mas, por isso mesmo, condenamos o falso internacionalismo dos stalinistas, o internacionalismo que estabelece um centro único para o movimento e postula a subordinação de um Partido a outro Partido. Como Engels, consideramos nociva à causa do socialismo a preeminência ou a liderança de um Partido mais forte sobre os demais. Somos favoráveis, portanto, a relações fraternais de absoluta igualdade, baseadas na crítica e na ajuda mútuas, entre todos os partidos operários — e estamos certos de que o repúdio a qualquer forma de paternalismo ou de subserviência é, neste terreno, a condição primeira para a necessária unidade do movimento socialista mundial. Consideramos nosso dever, finalmente, apoiar por todos os meios a luta dos países dependentes e coloniais por sua independência nacional e por sua emancipação econômica.

Reforma ou revolução: Os stalinistas tendem a só considerar revolucionárias as medidas que trazem a etiqueta do PC ou que se processam de acordo com as fórmulas pré-estabelecidas. Pensamos, pelo contrário, louvando-nos nos próprios clássicos marxistas, que a revolução necessariamente assume formas e processos diversos em cada época e em cada país; e que é revolucionário tudo o que leva à destruição das velhas relações de produção e, portanto, das velhas relações de classe. Assim, consideramos revolucionária a modificação de estrutura que se iniciou no Brasil a partir de 1930, e consideraremos revolucionária uma reforma agrária, mesmo se decretada pelo Parlamento. Assim também, a própria transformação industrial do país, tendo como um de seus elementos o capitalismo de Estado, contém a nosso ver germes revolucionários. Lutamos pela transformação completa da estrutura, pelo poder, embora fuçamos aos esquemas

pré-estabelecidos; seguimos assim o caminho de todos os verdadeiros revolucionários.

COMO ENCARAMOS A SITUAÇÃO BRASILEIRA

Ao examinar a realidade brasileira, procuramos fugir ao unilateralismo e ao fatalismo que têm marcado os documentos do PCB. Sem negar a profunda penetração imperialista, particularmente norte-americana, e sem negar outrossim a existência do velho sistema latifundiário que domina grande parte de nossa agricultura, sem negar o baixo nível de vida das massas trabalhadoras, reconhecemos entretanto o grande surto industrial e o sensível desenvolvimento de nossa economia. Este desenvolvimento processou-se nos últimos vinte e cinco ou trinta anos e acentuou-se consideravelmente a partir da Segunda Guerra Mundial; embora sofreado, não somos hoje um mero país exportador de matérias-primas e importador de produtos manufaturados; mas também não somos ainda uma nação altamente desenvolvida. Estamos no meio de um processo de transição em que interesses contraditórios se digladiam. Este processo, que reflete a oposição entre o imperialismo, de um lado, e a nação brasileira, de outro, traduz-se na área política através da luta entre entreguistas e nacionalistas, agravando o clima de instabilidade natural das fases de transição.

A contradição entre as duas correntes — nacionalistas e entreguistas — tem um conteúdo de classe bem definido; as forças entreguistas representam os interesses dos setores da burguesia mais ligados à exportação de matérias-primas e à importação de produtos manufaturados, assim como os setores agrários dependentes do velho latifúndio colonial. Incluem-se aí, ainda, os representantes dos trustes. É inegável que estes setores dominam uma parte do aparelho estatal, inclusive do governo, como acontece com o Itamarati, atuando também vigorosamente no Parlamento e em diversos partidos políticos, como as alas "velhas" do PSD e da UDN. Utilizam-se ainda de importantes e numerosos órgãos de imprensa. São esses setores entreguistas os responsáveis por uma série de tentativas visando à instauração de uma ditadura reacionária no país. Apesar disso, mascaram-se por vezes de defensores da Constituição, como no caso do mandato de Carlos Lacerda, e, em outras oportunidades, afivelam a máscara do nacionalismo. Embora minoritários, concentram em suas mãos enormes privilégios de ordem econômica e política; sustentam a luta pela desvalorização do cruzeiro; defendem os lucros dos trustes e sua remessa sem controle para o exterior; opõem-se indiscrimina-

damente a todas as formas de intervenção econômica do Estado, buscando destruir a própria Petrobrás e facilitando, destarte a ação dos monopólios estrangeiros em ramos essenciais da produção. Só a anulação dos seus privilégios econômicos e o afastamento dos representantes do entreguismo das posições políticas decisivas permitirão completar a independência econômica do país.

O MOTOR DA HISTÓRIA NO BRASIL DE HOJE

Quanto aos setores nacionalistas, esses englobam o proletariado das cidades e do campo, as camadas médias urbanas e rurais, vastos setores da burguesia brasileira, inclusive a industrial e a agrária, e todas as forças interessadas no desenvolvimento econômico do país. Através dos seus representantes, diversos grupos nacionalistas detêm postos-chave no aparelho estatal e no governo, no Parlamento e nos partidos políticos: alas "móças" do PSD e da UDN, boa parte do PTB, o PSB, além de numerosos elementos no PSP e nos pequenos partidos. A ação extraparlamentar e extragovernamental destas forças, concentra-se em boa parte no movimento estudantil e na imprensa, através de "Última Hora", de "O Semanário" e do "Diário de Notícias" do Rio. Sua aglutinação dá-se em torno de certos problemas básicos, tais como: defesa do monopólio estatal do petróleo, combate a determinadas concessões aos grupos imperialistas, luta contra a inflação, defesa das liberdades, reforma agrária para o desenvolvimento de mercado interno, etc.

O objetivo da ação dos setores nacionalistas é, de modo geral, o afastamento dos entreguistas do poder. Enquanto alguns, particularmente os setores civis, procuram atingir esse objetivo através do processo democrático e eleitoral, outros, especialmente certos setores militares, querem afastar os entreguistas por meio do chamado "contragolpe", que poderá tornar-se inevitável se as forças entreguistas conseguirem arrancar do governo concessões decisivas aos trustes. Os grupos militares do "contragolpe" argumentam com a falta de apoio eficaz das massas populares para as medidas patrióticas que lhes parecem necessárias — e só isso bastaria para mostrar-nos a urgência da tarefa de organização da frente única nacionalista.

A nossa ver, a afirmação básica do materialismo histórico, segundo a qual a luta de classes é o motor da história, é perfeitamente válida. Consideramos, portanto, a luta das classes e camadas que constituem o setor nacionalista, contra os grupos sociais que sustentam o entre-

guismo, como o motor da história brasileira na atual etapa. É claro, todavia, que no interior da frente única nacionalista, as contradições de classe também existem e se desenvolvem. Por isso, o proletariado não só deve defender diante da burguesia os seus direitos já conquistados, como procurar ampliá-los. A política de classe do proletariado, dentro da frente única, além dos objetivos políticos a que já nos referimos, deve visar à participação cada vez maior das massas na distribuição da renda nacional. Ou seja: combinar o desenvolvimento nacional com a elevação do nível de vida do povo. Para isso é necessário fortalecer e unificar o movimento sindical brasileiro e ir lutando, desde já, por um programa concreto de reivindicações trabalhistas.

O PROBLEMA DO CAMPO E O CAPITALISMO DE ESTADO

Outra questão de fundamental importância é a questão agrária; sem resolvê-la não se poderá ir muito longe. É bem verdade que, nas duas últimas décadas, assistimos a uma considerável penetração do capitalismo no campo, e que em certas regiões de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás, dominam a pequena e média propriedades. Mas isto é ainda extremamente pouco diante das necessidades do país e da população rural. É necessário, se quisermos imprimir ao desenvolvimento do Brasil um ritmo seguro, libertando-o dos seus atuais entraves, unir todos os setores interessados para a luta por uma reforma agrária democrática que promova e estimule a pequena propriedade e a cooperação no campo. Por outro lado, o proletariado agrícola, organizado em sindicatos, deve fazer valer seus direitos e exigir a extensão da legislação trabalhista ao campo. Estas lutas, desenvolvendo-se dentro da frente única, dar-lhe-ão o necessário conteúdo popular e a combatividade capaz de derrubar os obstáculos que surgirão em seu caminho. A defesa destas reivindicações de classe, porém, terá que ser feita através da aglutinação das forças de esquerda a que já nos referimos.

Dentre os problemas suscitados pelas transformações econômicas que o país atravessa, um dos mais importantes é o capitalismo de Estado. Cremos que o capitalismo de Estado tem, nas atuais condições do país, uma importância econômica e social decisiva, muito embora venha sendo combatido, por vezes, não só pelos setores entreguistas como por alguns setores burgueses do campo nacionalista. Mesmo a Petrobrás é, antes, um fruto da combatividade e da lucidez dos setores mais radicais do nacionalismo. Mas a oposição de determinados grupos da burguesia nacional ao que chamam de "estatismo", resulta principalmente de uma incompreensão: deixam-se

esses grupos envolver pela propaganda dos entreguistas que apresentam o capitalismo de Estado como sendo a liquidação da iniciativa particular, quando, nas condições atuais do Brasil, a iniciativa particular **nacional** só pode ampliar-se ao lado do capitalismo de Estado e protegida por este. A economia brasileira, no momento, não poderia desenvolver-se no ritmo exigido sem o capitalismo de Estado; assim como não pode prescindir, igualmente, da iniciativa privada, que deve ser estimulada e amparada, e dos capitais estrangeiros, desde que disciplinados por leis e contratos sadiamente nacionalistas.

Defendemos, pois, nesse terreno, o princípio do monopólio estatal (com relação aos empreendimentos já existentes, a estatização progressiva) para as atividades fundamentais da nossa economia, incluindo-se aí os serviços básicos, energia, transportes e comércio externo. Diante da ausência de capitais suficientes em mãos de particulares e da pequena contribuição dos capitais estrangeiros neste setor, seria impossível industrializar o país a curto prazo e de acordo com os interesses nacionais, sem a intervenção poderosa do Estado. Por outro lado, os empreendimentos estatais eliminam a possibilidade da ação de grupos monopolistas particulares, nacionais ou estrangeiros, e criam condições melhores para as transformações socialistas, no futuro.

POLÍTICA EXTERNA DE NEUTRALIDADE ATIVA

A política externa brasileira não pode continuar a ser um prolongamento da política externa dos Estados Unidos; deve tornar-se, ao contrário, um prolongamento, uma decorrência no plano internacional, da política interna nacionalista de desenvolvimento nacional. Nas atuais circunstâncias, aliás, parece-nos perfeitamente possível a unificação de todas as forças nacionalistas em torno de uma política de plena afirmação da soberania nacional, de neutralidade ativa, equidistante dos blocos militares, de defesa da paz e de relações com todos os países em base de absoluta igualdade; isto, além da revisão dos tratados, acordos e ajustes, políticos, econômicos e militares, a fim de que sejam revogados os que contrariam os interesses nacionais.

NOSSA PLATAFORMA DE AÇÃO POLÍTICA

Embora ainda nos primórdios da sua organização, deve a Corrente Renovadora voltar-se essencialmente para a ação política junto às massas. Devemos viver voltados para o povo e para a vida política do país. Como núcleo marxista, na medida em que soubermos nos libertar dos
(Continua na pág. 22)

O Culto à Personalidade de Stálin e seus reflexos no Brasil

ONALDO FREIRE DINIZ

No 20º Congresso do P.C.U.S., foram abordadas várias questões que envolvem teses teóricas fundamentais à vida do movimento socialista mundial, e, particularmente, à vida do movimento socialista brasileiro.

Estudá-las e analisá-las é o dever de todos os que se interessam pelos destinos da humanidade e pelo progresso social do Brasil.

Nunca, afora os tempos de Wladimir Ilitch Lênin, surgiram tantas teses novas que, indiscutivelmente, modificam conceitos até então tidos como definitivos.

As teses stalinistas em voga sobre a guerra, a luta de classes, a crise do regime capitalista, o internacionalismo proletário, entre outras, mereceram reparos ou foram formalmente repudiadas.

Igualmente posta em dúvida a tese de que a burguesia em todas as partes do mundo já não tem condições para lutar e defender as liberdades democráticas, os direitos fundamentais do homem, a soberania nacional que, em determinada época, representaram a própria razão de ser de sua existência.

Volta-se a admitir a possibilidade de a classe operária assumir o poder político por meios pacíficos, inclusive por meios parlamentares, e *formas variadas de transição ao socialismo*.

O orgulho nacional de que falava Lênin, e que Dimitrov ressaltara em seu informe ao VII Congresso da Internacional Comunista passa a ser considerado fator necessário à construção do Estado Socialista.

A forma russa ou soviética de socialismo deixou de ser obrigatória. Reconhece-se, de fato e de direito, que a revolução não se exporta: a revolução resulta de condições objetivas e subjetivas existentes em determinado país, em determinada época.

“O leninismo — escreve Kruschiov — ensina que as classes dominantes não cedem o poder voluntariamente. Entretanto a virulência da luta, o emprêgo ou não da violência durante a transição ao socialismo, não dependem tanto do proletariado quanto da resistência que os exploradores oponham, do emprêgo da violência pela própria classe exploradora.”

E aduz:

“A conquista de uma sólida maioria parlamentar que se apóie no movimento revolucionário de massas do proletariado, dos trabalhadores, criaria para a classe operária de alguns países capitalistas e antigas colônias condições que garantiriam a realização de transformações sociais radicais.”

Ou como assinala Mikoyan:

“Assim, o modo de conquistar o poder não pode ser idêntico para países diferentes, em épocas diferentes e com uma situação internacional diferente. Tudo depende da correlação concreta entre as forças de classe, do grau de organização da classe operária e de seu adversário, da capacidade da classe operária de atrair aliados — em primeiro lugar o campesinato — para as suas posições; é necessário, também, levar em conta as instituições, os costumes e as tradições nos diferentes países.”

Nunca é demais lembrar que Marx, como observava Lênin, “não se atava as mãos — e nem aos futuros promotores da revolução socialista — a respeito das formas, dos métodos e meios para a revolução”.

A idéia comunista, que resultara da fusão do que há de mais elevado no pensamento humano, das mais nobres aspirações do homem, volve, após alguns decênios, à sua fonte primitiva, com a força e a impetuosidade de 48 e 17.

Com o 20º Congresso a natureza popular, transformadora e progressista da Revolução de 17, manifesta-se em sua inteireza, renovando em muitos corações a esperança de liberdade e justiça, cultura, paz e felicidade.

Entretanto, os dogmáticos, pretendendo acobertar o atraso ideológico e o procedimento antimarxista que os dominam, procuram deturpar suas idéias renovadoras, dando-lhes interpretações falsas e incorretas.

Resistem a princípio e, posteriormente, quando lhes é impossível justificar essa atitude, tentam sornateiramente retirar ao 20º Congresso seu caráter democrático, revolucionário e dialético, acastelando-se em velhos conceitos, objetivando impedir o livre curso das idéias no movimento marxista.

Tornam-se assim *um impecilho à superação das contradições não-antagônicas* que, por força dos acontecimentos, ali se manifestam, dificultando a unidade de ação necessária à revolução socialista.

E' o que acontece no P.C.B. com os detentores do comando da organizações partidária que, ainda apegados a fórmulas antiquadas e anti-marxista, agem de maneira prejudicial aos interesses da revolução brasileira: eles têm a boca torta pelo uso do cachimbo.

E' indispensável, portanto, enfrentá-los resoluta e corajosamente, criticando-os com severidade e pondo a nu, sem vacilações, seus erros e omissões, *seu anti-sovietismo disfarçado em aparentes manifestações de amor à União Soviética*, para que as bases do Partido, os adeptos e simpatizantes dos ideais socialistas em nossa terra se apercebam da situação e os obriguem a renunciar a seus postos, já que, dificilmente, renunciarão às suas idéias envelhecidas.

Eis por que, a nós nos parece de importância primordial a análise minuciosa de várias das teses examinadas no 20º Congresso.

Se a fizermos, ou se a tentarmos fazer, à luz do marxismo, tendo em vista nossas peculiaridades, as características do Partido e do movimento operário brasileiro, as tradições e os costumes nacionais, teremos contribuído possivelmente para retirar do atoleiro em que se encontra o movimento marxista no Brasil: a pedra do caminho será lançada ribanceira abaixo...

E' o que procuraremos fazer aqui, focalizando o chamado culto à personalidade e seus reflexos entre nós, que, a nosso ver, mais do que erro teórico, *é a grande deformação stalinista da doutrina de Marx, Engels e Lênin*.

Para o marxismo leninismo, que combate o princípio idealista de que o homem é quem faz a história e defende o princípio de que o homem e a expressão das relações econômicas, sociais e históricas, o culto à personalidade, instituído por Stálin, e praticado por todos os dirigentes comunistas do mundo, é corpo estranho.

O culto ao indivíduo teria forçosamente, como aconteceu, de levar à prática de ilegalidades e crimes e, se não afetou as bases do Estado Soviético, é porque, à sua natureza anticientífica se opunham leis científicas sobre as quais estava aquêle assentado.

Os seus efeitos limitaram-se à tragédia narrada no informe secreto de Khrushchiov.

Não esbarrasse Stálin na filosofia de Marx, Engels e Lênin, e seu destino teria sido o de todo grande homem carlyliano: Santa Helena ou o suicídio.

A terrível contradição da vida de Stálin encontra aí sua explicação: ele agia à semelhança de herói burguês numa sociedade socialista, numa sociedade em que as relações econômicas são baseadas na propriedade coletiva ou social dos meios de produção.

Independentemente de sua vontade, a União Soviética atingiria o grau de desenvolvimento em que se encontra.

E' falso, como pensam muitos, que não fôra a capacidade de Stálin e o Estado Soviético teria sucumbido à pressão de seus inimigos internos e externos: sua capacidade enquadra-se dentro do curso geral dos acontecimentos e sua contribuição só foi positiva até o momento em que dele não se afastou.

"Quando determinada situação social — escreve Plekhanov — coloca ante seus representantes espirituais certas tarefas, estas atraem a atenção dos espírito eminentes até que estes as resolvam. Uma vez conseguido isto, sua atenção se orienta para outro objeto. Depois de resolver o problema X, o homem de talento A desvia, com isto, a atenção do homem de talento B deste problema já resolvido para outro problema Y. *E quando nos perguntamos o que teria acontecido se A tivesse morrido antes de conseguir resolver o problema X, pensamos que o fio de desenvolvimento intelectual da sociedade se teria rompido*. Esquecemos que no caso de A morrer, B ou D poderia ter-se encarregado da solução do problema e que, deste modo, o fio de desenvolvimento intelectual não se teria rompido apesar da morte prematura de A."

E acrescenta:

"Há tempos que se fez a observação de que os homens de talento aparecem, sempre e em toda parte, onde existem condições favoráveis ao seu desenvolvimento. Isto significa que todo talento que se manifesta efetivamente, isto é, todo talento convertido numa força social é fruto das relações sociais. Mas, se isto é assim, compreende-se porque os homens de talento, como dissemos, podem fazer variar o aspecto individual e não a orientação geral dos acontecimentos; eles próprios só existem graças a esta orientação; não fôsse por isso, nunca teriam cruzado o umbral que separa o potencial do real."

E' verdade que os talentos não são iguais entre si. Há homens mais talentosos do que outros. Há homens mais capazes do que outros.

Todavia, essa desigualdade natural pode, quando muito, determinar que este ou aquêle indivíduo contribua a seu modo, *mas dentro da tendência geral do desenvolvimento de sua época, da sociedade em que vive e das aspirações de seu povo, para o curso dos acontecimentos*.

A tendência à industrialização do Brasil, por exemplo, que, a nosso ver, caracteriza o período que vem de 30 aos nossos dias, ter-se-ia desenvolvido com ou sem Vargas: êste deu apenas o tom individual, sem contudo modificar seu conteúdo essencial: os que tentaram impedi-la ou sufocá-la desapareceram na voragem dos acontecimentos e sofreram seu "onze de novembro"...

"Os homens fazem sua própria história — dizia Marx: — não na fazem, porém, a seu livre arbítrio ou nos moldes por êles mesmos escolhidos, mas sim nas circunstâncias em que se encontram, que existem e o passado transmite."

Tôdas as vêzes que alguém tenta opor-se a essa verdade, cai no abismo das contradições, dos procedimentos incorretos, dos crimes.

Foi o que ocorreu com Stálin, que pretendeu ser um Napoleão ou um Pedro, o Grande, na União Soviética, onde floresce um tipo de sociedade que, pela sua forma e conteúdo, *não necessita, para estabilizar-se, desenvolver-se e aprimorar-se, da espada salvadora de qualquer grande homem, mas do espirito criador de todos os homens que a constituem, que a integram.*

E — para infelicidade nossa — seu exemplo e suas idéias criaram raízes no Partido Comunista do Brasil.

A formação idealista e semi-anárquica do Partido fêz com que praticássemos o culto na sua forma mais ostensiva, mais radical e mais perigosa.

Abandonamos o espirito de pesquisa essencial a teoria revolucionária e o substituímos por uma passividade ideológica que nos transformou em simples imitadores de tudo o que os soviéticos realizavam, e, em particular, dos métodos e das teses de Stálin, onipresente em todos os nossos atos, oniciente em tôdas as nossas idéias.

Ser igual ou semelhante a Stálin era o desejo da quase totalidade dos comunistas brasileiros.

O prestígio, preponderante em todos os escalões do Partido, encontrava nessa contrafacção do marxismo, o ambiente favorável ao seu desenvolvimento.

A vontade do líder era considerada mais importante do que as aspirações dos liderados; o Partido, na prática, impunha às massas sua orientação que, na maioria dos casos, não correspondia à realidade, não atendia às suas necessidades; o movimento socialista marxista, por isso mesmo, perdia em nosso país a natureza democrática que deve caracterizá-lo, sofrendo repetidas derrotas que, não fôra a verdade de seus princípios e a inexorabilidade das leis do desenvolvimento so-

cial, poderiam levá-lo à estagnação e ao apodrecimento.

Os fenômenos econômicos, sociais e políticos do Brasil eram examinados e interpretados a base exclusiva das concepções stalinistas (Stálin não escreveu uma página sequer sobre problemas brasileiros), resultando daí as falsas e insuficientes conclusões que até hoje temos dos problemas nacionais, o que nos impede de encontrar claramente o caminho da Revolução Brasileira.

Nestes trinta anos de existência, não exageramos em afirmá-lo, afora fórmulas gerais aplicáveis a qualquer país, o Partido nada descobriu de especial que atenda à nossa situação específica, mas, pelo contrário, afogou-se no doutrinismo stalinista, menosprezando determinadas questões de princípio do marxismo sem as quais se torna impossível o socialismo.

Daí, entre outras, a atitude negativista que assumimos em relação ao movimento de 1930; as tentativas que temos feito de herdar mecânicamente o prestígio de Vargas: o levante armado de 1935, o Manifesto de Agosto e o atual Programa do Partido.

Ademais, justificando todos os atos, tivessem ou não cunho ético, como sendo necessários à revolução mundial e brasileira, e procurando adaptar os fatos ao critério pessoal, à vontade ou ao desejo do núcleo dirigente, substituímos Marx por Maquiavel, a lógica dialética pela lógica formal.

E assim o Partido se transformou num instrumento deformador de indivíduos e o movimento marxista brasileiro numa religião em que os iniciados não encontravam, todavia, os atrativos inerentes a outros cultos que, em nossos dias, representam o ópio fornecido pelas classes dominantes.

Mais ainda: a democracia interna — uma das vigas mestras de qualquer partido que se pretende marxista — era relegada a segundo plano, senão absorvida pelo ultracentralismo frenador da luta de opiniões (luta dos contrários) fundamental à unidade consciente do Partido.

As bases partidárias e as massas mais chegadas ao Partido não tinham condições para influenciar decisivamente na elaboração de sua linha programática e tática: êsse privilégio cabia, tão-sómente, ao grupo dirigente.

Dêle, de seu julgamento, é que dependiam o funcionamento da organização partidária e o procedimento dos comunistas em relação ao desenvolvimento histórico do país resultando dessa atitude absolutamente contrária ao marxismo, entre outras coisas, duas sérias contradições que

necessitamos sejam superadas à base de um processo crítico e autocrítico a fim de abrir novas perspectivas ao movimento socialista no Brasil: a primeira, a manifesta contradição entre a tendência conservadora da direção e a tendência renovadora das bases partidárias, e a segunda, a contradição entre a orientação programática e tática do Partido e os interesses e as necessidades do povo brasileiro.

O culto à personalidade de Stálin, isto é, a adoção cãndidamente de suas teses relativas ao funcionamento dos Partidos Operários revolucionários, ao desenvolvimento histórico da sociedade e aos objetivos centrais da classe operária em nosso país, é, sem qualquer dúvida, a causa principal de tudo isso. Precisamos e devemos nos libertar dele, se acreditamos que o movimento socialista depende essencialmente do espírito criador das grandes massas. Do contrário, não sairemos do círculo de giz em que nos encontramos, do pântano a que nos levaram as idéias sta-

linistas, e ficaremos impossibilitados de contribuir para a libertação social de nosso povo.

Resoluções tendenciosas e eivadas do mais alto grau do dogmatismo stalinista poderão, quanto muito, satisfazer ao idealismo de uns tantos; não solucionarão, porém, os graves problemas que temos diante de nós.

Nunca é demais lembrar: "Não é a consciência que determina a vida, é a vida que a determina." (Marx-Engels — **Ideologia Alemã.**)

OBRAS CONSULTADAS :

- "Les Questions Fondamentales du Marxisme" — G. Plekhanov.
- "Pour connaître la pensée de Karl Marx" — Henri Lefebvre.
- "Etudos Filosóficos" — Karl Marx — Friedrich Engels.
- O 18 Brumário de Luis Bonaparte — Karl Marx.
- Que é o Stalinismo — Editorial Vitória.
- Revista Problemas, n.º 73.
- Informe ao VII Congresso da Internacional Comunista — G. Dimitrov.

Que é a Corrente Renovadora?

(Conclusão da pág. 18)

dogmas e das fórmulas caducas, havemos de ter, pela força das nossas idéias, uma grande capacidade de aglutinação. Atuemos, portanto, visando ao desenvolvimento da frente única nacionalista e à unidade das esquerdas. São estas as tarefas dos renovadores. Para o entendimento amplo com as demais correntes e forças interessadas, propomos um programa de ação política consubstanciado nos seguintes pontos:

1. **Ação nacionalista:** defesa da Petrobrás como centro de todo o movimento nacionalista; apoio à resistência patriótica dos setores nacionalistas do governo; apoio às iniciativas da Frente Palamentar Nacionalista, particularmente à sua luta pela revisão da política externa do país e do ajuste sobre Fernando de Noronha; ação em favor do afastamento dos entreguistas do governo.

2. **Ação trabalhista:** defesa de um salário-mínimo condigno, assegurado por uma escala móvel de salários que acompanhe as oscilações do custo da vida e a desvalorização da moeda; defesa da estabilidade; revisão do sistema de previdência social; extensão da legislação trabalhista ao campo; luta contra a carestia; defesa do direito de greve; abolição do decreto 9.070;

defesa da liberdade, da autonomia e da unidade sindicais; combate ao desemprego.

3. **Ação em defesa das liberdades:** preservação dos direitos garantidos pela Constituição: liberdade de imprensa, de reunião, de associação, etc. Anulação dos processos políticos em curso e repúdio a toda e qualquer medida visando à discriminação ideológica. Defesa, em qualquer circunstância, do regime pluripartidário.

4. **Ação em defesa da indústria nacional:** revisão das normas administrativas que asseguram privilégios aos investimentos estrangeiros em detrimento da indústria nacional; apoio à orientação consubstanciada na emenda Sérgio Magalhães; política agrária visando a melhorar o abastecimento e ampliar o mercado interno.

Acreditamos que, em torno dos pontos mínimos que ora submetemos à discussão pelos setores interessados, pode-se processar o entendimento entre as forças nacionalistas. Neste terreno, parece-nos, o essencial é substituir o negativismo e o fatalismo do PCB por uma atitude construtiva que nos permita encarar com lucidez os problemas reais do país e oferecer soluções positivas. Nosso objetivo é a completa emancipação econômica, política e social do país. Até lá chegaremos, e tanto mais rapidamente quanto melhor compreendermos as amplas perspectivas que a realidade atual nos oferece.

Nossa Revolução

EROS MARTINS TEIXEIRA

Constatamos no movimento marxista brasileiro o surgimento de um interesse incomum pelos nossos problemas, percebe-se a intensificação da pesquisa e do estudo científicos no sentido de se desvendar o caminho próprio da Revolução Brasileira. Grandes passos têm sido dados ultimamente com os debates internos e com os documentos da Corrente Renovadora do Movimento Marxista Brasileiro, mas penso estarmos ainda em meio caminho na elaboração de uma acertada linha política.

Falta-nos, no fundamental, caracterizar criteriosamente a composição social do atual governo, definir a frente única interessada na luta pela conquista do poder; não evidenciamos ainda o principal objetivo da revolução em sua etapa atual. Por isto mesmo é que algumas medidas — acertadas, quando tomadas como táticas: apoio à burguesia nacionalista, já participante do atual governo, ou o fortalecimento do nacionalismo como movimento progressista, ao menos nesta primeira etapa da revolução — aparentam ser medidas nacional-reformistas, reboquistas. E isto justamente porque *paramos* nas medidas táticas, fomos ainda incapazes de caracterizar nossa Revolução. Corremos assim um certo perigo: o que é justo taticamente, e só taticamente indicamos, pode ser considerado um grave erro e o será, se for tomado como objetivo estratégico, como fim a alcançar numa etapa determinada. E a falta deste último objetivo leva-nos àquele erro. Estamos, pois, errando por omissão e não por afirmação. Mas estou confiante em que, com muito estudo e com a mais ampla troca de opiniões, em amplos e democráticos debates e, só assim, poderemos encontrar nosso caminho. Outro defeito, para cuja correção devemos contribuir, é a falta de sistematização dos documentos da Corrente Renovadora. E por assim julgar é que me atrevo a este artigo.

Inicialmente é preciso dizer-se que o problema do *caminho nacional*, em nosso entender, não implica absolutamente no desligamento de cada revolução nacional, em cada país, da revolução proletária mundial. E' o que passarei, de início, a abordar.

I — A REVOLUÇÃO MUNDIAL E A REVOLUÇÃO NOS PAÍSES ATRASADOS

O *desenvolvimento desigual do capitalismo no mundo* impossibilitou até hoje o advento des-

te regime em muitas partes do mundo, como é o caso dos países atrasados, coloniais e dependentes, o que impediu, evidentemente, também, o surgimento da burguesia revolucionária nestes países.

O aparecimento no mundo de um novo e superior regime social — o socialismo — quando ainda existem países pré-capitalistas e onde as contradições feudais-burguesas não haviam sido, como ainda não o foram, todas resolvidas e nem mesmo agravadas ao máximo, foi também uma consequência daquela lei social, objetiva.

Esquemáticamente, podemos afirmar que a transformação do regime feudal em regime capitalista se processa através da revolução democrático-burguesa (que é a revolução da burguesia), como podemos dizer que a passagem do regime capitalista ao socialista se realiza através da revolução socialista (que é a revolução do proletariado). Mas sabemos também que a vida não respeita esquemas e, no que se refere às revoluções, mostrou-nos ela a possibilidade de formas transitórias, gradativas, entre as duas clássicas categorias referidas.

Cronologicamente podemos dizer que, além do comunismo primitivo e do escravismo, conheceu a humanidade, em seu curso histórico, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo. Mas a vida nos demonstrou também que o imperialismo, "etapa superior do capitalismo", usa e procura a todo custo manter os regimes feudais ou semi-feudais, dando aos países onde existem estes regimes, novas características: a de colônias ou semicolônias. A vida, pois, além de nos apresentar a coexistência ainda nos dias de hoje, de todos os regimes, desde o comunismo primitivo até o socialismo, apresenta-nos o mundo, dividido em dois mundos, intrincadamente ligados: o mundo socialista e o mundo capitalista. Ele nos mostra mais: um mundo capitalista, por um lado, o mais desenvolvido possível; por outro lado, conservando desesperadamente em seu proveito, justamente, o regime que historicamente o antecede, que lhe foi e é antagonico: o feudalismo.

Lênin, com sua argúcia e genialidade, dominando os ensinamentos dos clássicos, mas também os da vida, dedicou quase que totalmente as suas obras ao estudo das novas condições então criadas para a vitória do socialismo. Assim foi que ele demonstrou teórica e praticamente e pela primeira vez que, antes mesmo da Revolução de

Outubro, já existia uma íntima conexão entre a revolução democrático-burguesa e a revolução socialista. Esta orientação marxista-leninista, nada dogmática, cientificamente flexível, deverá presidir sempre ao estudo da Revolução Brasileira. E' o que tentarei, dentro de minha capacidade, levar em conta.

A Revolução Brasileira é parte integrante da revolução de todos os países coloniais ou semi-coloniais e dependentes que se encontram, uns mais e outros menos, grandemente atrasados em seu desenvolvimento capitalista.

Para caracterizar nossa Revolução é necessário que se considere, não só os ensinamentos de Lênin referentes à íntima correlação existente entre as revoluções democrático-burguesas e socialistas; não só a circunstância acima destacada da existência simultânea no mundo do regime socialista e do capitalista e mesmo de regimes mais atrasados, como é imprescindível levar-se também em consideração outros importantíssimos fatos históricos.

Após a Revolução de Outubro e a I Guerra Mundial, que significaram o 1.º marco histórico no desmoronamento do sistema colonial do imperialismo, acontecimentos outros demarcaram a marcha da humanidade para o socialismo e a luta dos povos oprimidos. Assim é que a II Grande Guerra Mundial e a derrota do nazismo constituíram um 2.º marco; a Revolução Chinesa e o surgimento de todo um mundo socialista, o 3.º marco; e todos influenciaram enormemente os movimentos de emancipação nacional em todos os países.

Não há fronteiras, pois, para o progresso da humanidade. As novas idéias e o entusiasmo resultante de cada vitória correm mundo. Estou convicto de que a REVOLUÇÃO BRASILEIRA É PARTE INTEGRANTE DA REVOLUÇÃO MUNDIAL.

Como já nos referimos, um dos maiores fatores de aceleração da marcha da humanidade para o comunismo é o agravamento da crise mundial do capitalismo que diretamente se manifesta na crescente decomposição de seu sistema colonial. Assim Kruschiov em seu Informe ao XX Congresso do P.C.U.S. destaca a importância desse fator:

"O desmoronamento do sistema colonial do imperialismo no pós-guerra é um acontecimento de transcendência para a história do mundo."

A perfeita compreensão da importância internacional de nossa revolução é que nos possi-

bilitará estabelecer e delinear a sua justa etapa atual, livres do sectário receio de *tendermos para a direita* ou de *não sermos conseqüentemente de esquerda*. Só assim poderemos também entender que, por mais atrasada que possa parecer a etapa revolucinária atual, se ela corresponde objetivamente à realidade, não constitui fruto de elucubrações e teorizações idealistas e, se vitoriosa, será um passo decisivo para o socialismo em nosso país e a melhor contribuição que, internacionalmente, poderemos dar à classe operária, constituirá a maior ajuda à Revolução Mundial.

Lênin já em 1920 destacava a importância da revolução nos países mais atrasados e chamava a atenção para que se tivesse sempre presente...

"...a obrigação de todos os Partidos Comunistas de ajudar o movimento democrático-burguês de libertação nesses países." (*Esbôço Inicial das Teses Sobre o Problema Nacional e Colonial* — Obras Escolhidas, t. IV, pág. 446.)

Evidentemente que a compreensão desse problema foi que permitiu a Mao Tsé-Tung levar a vitória a Revolução Chinesa. Eis como êle a demonstrava, ao escrever em 1935:

"Desde que surgiu o monstro do imperialismo, tudo no mundo se entrelaçou de maneira tão estreita que não é possível — por mais que se queira — separar uma coisa da outra." (*Obras Escolhidas*, vol. I, pág. 208.)

Acentuando, já em 1940:

"Antes disso (da Revolução Socialista de Outubro — EMT) a revolução democrático-burguesa chinesa pertencia a categoria da velda revolução democrático-burguesa mundial e dela fazia parte. A partir destes acontecimentos ela se transformou e pertence à nova revolução democrático-burguesa; e vista do ângulo revolucionário ela forma parte da revolução socialista do proletariado. Por quê? Porque a Primeira Guerra Mundial e a primeira vitória socialista da Revolução de Outubro, transformaram o curso da história universal." (*La Nueva Democracia*, Editôra Austral, pág. 66).

E ainda, concluindo mais explicitamente:

"Na época em que o capitalismo mundial entra em colapso numa sexta parte do globo, enquanto em outras partes tem re-

velado claramente sintomas de decadência; quando a parte restante do mundo capitalista não pode continuar sem depender mais do que nunca, das colônias e semicolônias; quando o Estado Socialista está consolidado e proclama sua decisão de ajudar a luta dos movimentos de libertação de tôdas as colônias e semicolônias; e quando o proletariado dos países capitalistas está-se libertando dia a dia da influência dos partidos social-democratas imperialistas e também se declara desejoso de ajudar êsse movimento de libertação; *numa tal época, seja qual fôr o país colonial ou semicolonial que lute contra o imperialismo, estará lutando, ao mesmo tempo, contra o capitalismo internacional.* Sua revolução não pertencerá mais ao domínio da velha revolução democrático-burguesa mundial. Os países coloniais e semicoloniais revolucionários já não podem ser considerados como aliados da frente capitalista contra-revolucionária, senão como aliados da frente socialista revolucionária mundial." (Obra citada. O grifo é meu.)

Assim, receberemos com gratidão tôda ajuda que os países socialistas e particularmente o povo soviético queiram nos dar. E nesta ajuda está subentendida a liberdade de escolhermos livremente o nosso caminho, aceitando, evidentemente, as idéias que nos ajudem a encontrá-lo.

II — A REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Os marxistas-leninistas, os comunistas, são donos de uma convicção científica da vitória do socialismo no mundo e em seus países em particular. E' o materialismo histórico (a interpretação materialista e dialética da história e das leis do desenvolvimento social) que lhes dá essa convicção. E para se determinar o caminho revolucionário a seguir, o materialismo dialético (que é também um método de estudo) nos obriga antes de mais nada a conhecer a realidade objetiva do país.

Para se caracterizar, portanto, a Revolução Brasileira, é necessário que, anteriormente e ao menos em linhas gerais, sejam determinadas as características de nossa sociedade. E' o que tentaremos fazer, procurando definir AS TESES SOBRE A REALIDADE BRASILEIRA.

Indicarei as que julgar mais importantes, sem pretender neste artigo demonstrá-la, mas apenas indicar alguns elementos que, embora superficialmente, permitem apresentá-las como verdadeiras.

1.º) *Somos ainda um país dependente do imperialismo norte-americano, econômica e politicamente.*

Somos até hoje um apêndice do imperialismo norte-americano. Quase tôda nossa economia lhe é complementar, de suprimento; somos o seu "quintal" fornecedor de matérias-primas, quer industriais quer alimentares. A exportação do café que produzimos, do ferro que extraímos, a importação que fazemos de automóveis, geladeiras, rádios, combustíveis, máquinas de todos os tipos, são exemplos suficientes para definir uma economia dependente e uma política governamental de subordinação.

Obra recente, *O Dólar no Brasil*, de Aristóteles Moura, mostra-nos como penetrou o imperialismo americano profundamente em nosso país, ocupando-se de importantíssimos e variados setores de nossa produção e até mesmo de nosso comércio interno. Também a exportação de nossos produtos mais importantes é feito em grande parte por firmas exportadoras norte-americanas aqui estabelecidas, o que contribui para que sejamos explorados em quatro sentidos pelo "bom" vizinho do norte, no que se refere a exportação:

1.º) Na aquisição, a preços baixos, de grande parte de nossos produtos;

2.º) No fornecimento direto, que nos fazem de seus produtos industriais;

3.º) Na exploração direta da produção e do comércio por parte de firmas aqui estabelecidas, nos mais variados setores industriais e comerciais;

4.º) Na ação intermediária, no comércio exterior de nossos mais importantes produtos, assim como na própria exportação deles, por parte de firmas americanas especializadas que aqui atuam.

Politicamente, é constante a subordinação de nossos interesses aos interesses ianques, mesmo ainda agora, apesar da intensificação da luta pela nossa emancipação. Exemplos foram, para só citarmos dois, o Acôrdo Militar Brasil-Estados Unidos, e, mais recentemente, a cessão de Fernando de Noronha, para fins guerreiros.

2.º) *O latifúndio, intimamente ligado à exploração imperialista norte-americana, constitui outra causa fundamental do atraso econômico e social do país.*

Não só as estatísticas referentes à propriedade territorial no campo, em todo o país, como também os dados relativos à produtividade na agricultura refletem com clareza a concordância

desta tese com a realidade brasileira. Economicamente é certo se afirmar que o nível social de um povo, seu nível de vida, está em função também do atraso nas relações de produção e na exploração da terra, intimamente ligado, portanto, ao grau da produtividade, do desenvolvimento técnico na agricultura.

Como conceito da latifúndio, esclareço, completam-se o atraso da técnica e a concentração da propriedade do solo, em benefício de uma minoria de proprietários. E é com tristeza que se constata ambos os aspectos em nosso caso: uma relativamente pequena parcela cultivada da área cultivável de nosso território (apenas 10,4%), além da concentração de 75% das propriedades (em área) nas mãos de 8% dos proprietários, enquanto que 85% dos proprietários (em geral pequenos e médios) só possuem 16% de todas as áreas apropriadas. Mais escandaloso ainda é que 1,6% dos donos, possuem fazendas de 1.000 hectares ou mais e que representam 51% das áreas apropriadas!

Eis a realidade friamente revelada pelo Recenseamento de 1950. E ano a ano tende a se agravar a concentração da propriedade. Isto nos demonstra a comparação do último recenseamento com o de 1940. Enquanto o crescimento do número de proprietários foi de 8,4%, o número em superfície apropriada foi de 18,1%. Cada vez maior área para, cada vez, menor número relativo de proprietários!

3.º) *Somos um país rico e nosso povo vive na miséria*

Tese já indicada, excepcionalmente com justiça pelo Programa do Partido Comunista do Brasil, aponta a situação paradoxal de nosso país e de nosso povo. Efetivamente, a riqueza de nosso solo e subsolo, nosso grande potencial hidráulico, transformável em energia elétrica, nossa produção, tanto mineral, como animal ou vegetal, apesar de nosso atraso técnico, nos colocam entre os mais privilegiados países, no que se refere a recursos e demonstram esta verdade feliz: *somos um rico país*. No entanto, uma viagem pelo nosso interior ou uma simples vista sobre as zonas residenciais mais pobres, mesmo de nossas mais importantes cidades — os mocambos, favelas e subúrbios — nos convencem, com as suas choupanas e seus barracos, desta verdade infeliz: *nosso povo vive na miséria*.

4.º) *E' ainda precário o nosso desenvolvimento industrial.*

Apesar do aceleração do ritmo que se observa nos últimos anos em nosso desenvolvi-

mento industrial, é de considerar-se, tendo em vista nossas grandes possibilidades, a comparação com outros países ou, mesmo, o seu volume, ainda baixo o nível industrial até então atingido.

Se, como vimos, nossa produção agrícola é pequena em relação ao que poderemos futuramente produzir, também o é a nossa produção industrial. Basta que se diga que ela, tomada em valor de cruzeiros, representou em 1956 pouco mais da metade da primeira (aproximadamente 5/9), assim mesmo tomando para nossos cálculos, como o fizemos, os dados do Anuário Estatístico do IBGE, referentes à *renda líquida* agrícola e ao *produto bruto* industrial, dada a impossibilidade de serem obtidos dados relativos ao *produto bruto* agrícola, o que, se feito, determinaria a queda para abaixo de 1/2 naquela relação.

5.º) *A crescente carestia torna cada vez mais difícil a vida para a imensa maioria de nosso povo.*

Ao examinarmos os dados relativos ao custo da vida, constatamos que as vitórias obtidas pela classe operária e pelo povo no sentido da melhoria de seu nível social não tem acompanhado a carestia que sobe vertiginosamente. Assim, enquanto alguns poucos se beneficiam e enriquecem com a política interna do atual governo, a imensa maioria de nosso povo passa, dia a dia, maiores necessidades. Além dos trabalhadores das cidades e do campo, devido à força da representação social a que estão sujeitas, as classes médias são as que, ao menos subjetivamente, mais "sentem" as dificuldades financeiras.

6.º) *Nossa classe operária e outras parcelas de nosso povo possuem uma tradição de lutas por seus problemas próprios e pela independência nacional, mas não constatamos grande tradição de lutas no campo.*

Nosso proletariado e outras parcelas de nosso povo têm, de fato, uma tradição de lutas econômicas e pela independência do país, sendo, porém, até hoje, pouco expressivas as lutas no campo, mesmo as relativas aos problemas mais sentidos. Eis como Herminio Linhares, em sua *Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil*, refere com entusiasmo a atuação de nosso proletariado nos embates patrióticos:

"O sangue é o rio que move a roda da história. O proletariado brasileiro soube contribuir com êle para o avanço em nos-

sas lutas. Muitas vezes, tingiram-se de escarlata os horizontes, mas este rubro era o sangue do proletariado morto na luta por suas reivindicações. Coube à classe proletária, vanguardeira, abrir caminhos, traçar roteiros, conquistar posições, transformar desejos em realidades, para o bem do povo e a glória do país."

Com exceção de alguns movimentos exparsos, geralmente anteriores a esse século, grande parte ligados à luta antiescravista; de alguns movimentos sertanistas até mesmo místicos, embora quase todos ricos de exemplos de heroísmo que, para orgulho nosso, é apanágio de nossa gente, não se destacam em nossa história, grandes lutas camponesas, como ocorreu com a classe operária e o restante de nosso povo e o que foi, como vimos, quase que poéticamente destacado por Herminio Linhares.

7.º) *Em contraposição à nossa dependência do imperialismo norte-americano, a burguesia nacionalista e mesmo alguns setores de latifundiários lutam contra essa dominação e nesta luta, tentam, com algum sucesso, dirigir a classe operária e ganhar os camponeses.*

Como sempre acontece em toda revolução democrático-burguesa, constatamos que a burguesia, pretendendo dirigir o movimento revolucionário, tenta, como o faz agora, ganhar as camadas populares e o campesinato. Para tanto, levanta a bandeira das reivindicações populares e patrióticas, inclusive a reforma agrária, naturalmente como ela a entende. Tenta mesmo dirigir a classe operária, no que tem tido algum sucesso, pois são essencialmente burguesas as direções dos partidos chamados trabalhistas. Estes esforços, é claro, não superam a profunda contradição entre as aspirações das massas e as direções dos partidos políticos.

Consideramos e denominamos como burguesia nacionalista os setores da burguesia que, embora heterogêneos sob vários aspectos, têm de comum estarem interessados e comprometidos com o processo de industrialização do país. São representantes seus, também, em grande parte, os líderes e representantes dos partidos populares, nas câmaras legislativas de todo o país.

8.º) *Embora a burguesia nacionalista venha dirigindo o movimento de libertação, é e será ela, sempre, vacilante.*

Como vemos, a burguesia nacionalista vem liderando o movimento nacionalista, de libertação, o tentando ganhar cada vez mais as amplas massas populares no objetivo de dar à revolução as características e o sentido que lhe convém. Mas é de sua natureza mesma a tendência à pacificação, o que faz com que, a partir de certo momento, alie-se às camadas mais retrógradas da burguesia. Dificilmente será ela conseqüente até o fim para com seus aliados ou dirigidos. A própria conceituação e limitação do "fim" diferem das que as fazem as camadas e classes populares. De sua parte é provável ou pelo menos possível o "acôrdio" com o imperialismo, pois sempre, na escolha entre a opressão estrangeira, o atraso que a entrava e a divisão do poder com o proletariado e o povo, apela a burguesia, mesmo as suas camadas mais progressistas, para um terceiro, porém intransitável caminho: a conciliação com o inimigo. Mas esta instabilidade pode e deve ser evitada com a pressão das massas, sempre viável quando a classe operária dirige o movimento. O espírito revolucionário da burguesia ou de suas camadas mais progressistas que nos países dependentes são de fato revolucionárias, tem limites que se precisam com a aproximação da classe operária do poder.

9.º) *O governo atual é de composição heterogênea, é a expressão de um regime em processo de mudança, onde a burguesia nacionalista já participa, com os latifundiários, grandes capitalistas e agentes do imperialismo norte-americano oriundos de várias classes sociais.*

Penso errôneo afirmar-se, como o fez o Programa do Partido Comunista, ter possuído o Brasil, ultimamente, governos que representaram, estritamente, os latifundiários e grandes capitalistas ligados ao imperialismo norte-americano. E demonstrará grave incompreensão quem caracterizar também assim o governo atual.

De há muito que a burguesia nacionalista conquistou "o seu lugar ao sol". O presente governo, como os que mais recentemente o antecederam, é de composição heterogênea e, além das classes e camadas mais reacionárias nêle estarem representadas, a burguesia nacionalista, embora ainda debilmente, também o está e não só no poder executivo como, principalmente, nos poderes legislativos de todo o país. Prestes, paradoxalmente com a reafirmação do Programa, e por tanto com a caracterização do governo que faz este documento, em seu último informe ao C.C. do P.C.B. afirma o que acabamos de fazê-lo: que a burguesia nacionalista já participa do poder.

Já a sua entrevista à *Imprensa Popular* é mais confusa.

O capitalismo de Estado, representado por várias empréas: bancárias, siderúrgicas, petrolíferas, etc., que serve aos interesses da burguesia nacionalista é incapaz de, isoladamente, realizar tão grandes empreendimentos fazendo-os, então, socialmente, coletivamente. E' preciso que se diga que estes empreendimentos atendem também, em parte, aos interesses das classes mais reacionárias. Apesar de seu caráter antiimperialista, o capitalismo de Estado em nosso caso não ameniza a contradição fundamental do capitalismo, na esfera da produção social: *a contradição entre o trabalho social e a apropriação individual*. Em nosso capitalismo de Estado o trabalho é de fato social, mas a apropriação pelo Estado significa a apropriação pelas classes dominantes minoritárias, embora ao atender à burguesia nacionalista, obstaculize a exploração estrangeira, no interesse de todos.

10.º) *A burguesia nacionalista e certos setores de latifundiários aspiram a um regime de maiores possibilidades para o desenvolvimento industrial e comercial do país.*

A limitação de nosso mercado externo e o baixo nível aquisitivo de nosso povo, que limita nosso mercado interno, ao lado da concorrência desleal na indústria que os imperialistas também disputam, levam aqueles setores da burguesia e de latifundiários a aspirar um regime que lhes permitam maior expansão. A manifestação pública e quase diária de seus representantes revela esta verdade.

11.º) *São dois os aspectos de nossa revolução: antiimperialista e agrário, sendo que o primeiro vem desenvolvendo-se mais rapidamente.*

Esta tese está intimamente relacionada à 6.ª e à 10.ª e podemos mesmo dizer ser duas correlatas, ser seus reflexos noutro plano social. Evidentemente que o atraso das lutas no campo, nossa tradição de lutas pela independência, a pressão econômica do imperialismo americano e a reação a êle manifestada cada vez mais enérgicamente pela burguesia nacionalista e mesmo por alguns setores de latifundiários desgostosos, ao menos, com nossa política comercial exterior, condicionam o maior desenvolvimento das tarefas antiimperialistas e o relativo atraso das tarefas agrárias.

Aliás, a divisão em dois dos aspectos de nossa revolução: *antiimperialista e agrário*, não deve significar sua classificação em etapas distintas, pois, de fato, não coincidirão, no meu entender, cada um dos aspectos, com uma distinta *etapa*. Penso que dentro de certa graduação, diferente para cada um dos aspectos, ambos serão característicos de *tôdas* as etapas da Revolução Brasileira.

12.º) *A emancipação nacional interessa à imensa maioria de nosso povo e, particularmente, à classe operária e aos camponeses.*

No que se refere aos interesses e portanto, à atuação da classe operária e dos camponeses na revolução, tem razão Agildo Barata quando afirma, embora definindo por "fase" o que certamente será uma etapa:

"Nesta fase deverão surgir melhores condições para a ampliação e consolidação da aliança operário-camponesa, que decidirá da direção, do curso e da profundidade das transformações revolucionárias". (*Pela Renovação e o Fortalecimento do Partido — Voz Operária* de 6 de abril de 1957.)

Particularmente, no que se refere aos interesses dos camponeses, afirma-nos o mesmo camarada, com inteira justeza:

"O desenvolvimento da luta antiimperialista e as conseqüentes reformas na estrutura agrária, facilitando a mobilização e a organização das massas camponesas determinarão um avanço mais rápido e mais seguro no caminho das indispensáveis transformações radicais no campo."

E' com razão que deveremos esperar da classe operária, dos camponeses e da pequena burguesia as ações mais decididas, pois êstes, além de constituírem a absoluta maioria de nosso povo, são as parcelas populares que mais sofrem.

13.º) *A paz corresponde aos anseios de todo o povo brasileiro.*

A paz é até mesmo, atualmente, uma aspiração das classes dominantes em nosso país, pois a guerra moderna significará a destruição do país e exterminará vidas indiscriminadamente. Destruirá fábricas, arrasará plantações, o que significa para aquelas classes possuidoras tanto quanto a vida. Quanto às camadas mais popu-

lares, é delas que surgirão, na guerra, os combatentes, os verdadeiros soldados, as "buchas para canhão".

Está, pois, o povo profundamente interessado na paz.

14.º) *A situação internacional é favorável à Revolução e, portanto, à formação de uma poderosa FRENTE POPULAR NACIONALISTA que lutará contra a exploração norte-americana em nosso país.*

Hoje em dia encontramos já, em vários e poderosos países, o proletariado no poder. Cresce o campo do socialismo, apesar de graves erros cometidos em sua direção. Está em ascenso a luta emancipadora dos povos oprimidos, das colônias e semicolônias. Amplia-se no mundo a frente da paz com a criação da extensa "zona de paz", e a neutralidade de vários governos na arena internacional é favorável ao socialismo. Finalmente, agravam-se as contradições interimperialistas, particularmente entre norte-americanos e ingleses.

A política de "guerra à vista" e da "guerra iminente" é defendida pelo imperialismo para servir de "cortina de fumaça", e assim encobrir as grandes possibilidades que tem a humanidade de se libertar definitivamente da exploração do homem pelo homem, de se manterem desde já em pacífica coexistência os povos que vivem sob diferentes ou mesmo antagônicos regimes sociais.

E' favorável à nossa emancipação política e econômica a situação internacional e isto, aliado à disposição das classes em luta internamente, permite a formação de uma poderosa frente onde se integrarão a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia, a burguesia nacional ou nacionalista e alguns setores de latifundiários, para lutar contra o imperialismo norte-americano. Ao proletariado deverá caber a direção da frente popular nacionalista, mas irá conseguí-lo na medida em que consolide a aliança operário-camponesa e conduza seu mais importante aliado à conquista das particulares e imediatas reivindicações que lhes são próprias.

15.º) *As classes dominantes não entregarão o poder ao povo sem lutas e a violência será sempre iniciativa das classes opressoras.*

Encontramo-nos tão próximo do "colosso do norte" como a Índia o está da pátria do socialismo. Por isso encontramos exploração em forma de "ajuda", enquanto países como o indiano encontram ajuda sem exploração. Além do mais, somos importantíssimos para a economia dos Estados Unidos que ultimamente volta, com mais acentuada ambição, as suas vistas para a América Latina e particularmente para o Brasil, para nossas riquezas.

Não há exemplos históricos de entrega do poder, sem lutas, por parte das classes dominantes às novas classes que surgem. Algumas conquistas táticas poderão certamente ser obtidas pelo "caminho pacífico", mas a substituição no poder das classes dominantes, dando a estas a denominação que se quiser, como "entreguistas" ou "reacionárias" (mas que são, economicamente, os latifundiários e o imperialismo americano representado por agentes oriundos de várias classes), substituição que representará uma etapa revolucionária, só poderá mesmo ser obtida, vencendo-se as mais sérias resistências.

E' fato que os povos de todo o mundo são profundamente pacíficos; somente após longos períodos de espoliações e humilhações, revoltam-se contra as injustiças e estas revoltas, finalmente, dão-lhes o poder. Mas a luta é inevitável, pois contra a violência, só a violência.

Quando me refiro ao poder, refiro-me à mudança do regime, à saída das classes retrógradas do poder, à mudança para um regime nacionalista, e não à simples mudança tática de indivíduos, de governo. Estas últimas poderão ser obtidas, pacificamente. Se elas não significam mudanças de representantes de outras classes. Já as segundas, não o poderão.

Enfim, têm a palavra as classes dominantes.

(CONTINUA)

Algumas idéias sôbre Frente Única no Brasil

A. GUEDES

O dogmatismo no seio do PCB impediu-nos de refletir, no pensamento político, a realidade do país. E sem êste fator — conhecimento da realidade — era impossível ter uma tática elaborada. A tática foi rebaixada à condição de mera agitação; partir das denúncias e, através apenas da propaganda, ganhar as massas para as lutas decisivas, para a mudança de regime. Nunca se levou em conta a importância de participar do movimento real.

Por desconhecer a realidade, inspirada tão só pelos objetivos finais, o PCB realizou sempre, (tomando-se para exame do problema um longo período) uma política voluntarista, com ignorância ou desprezo das leis objetivas.

Nossa política, normalmente, desconhece que a "missão fundamental da tática do proletariado" deve ser determinada em "rigorosa conexão com tôdas as premissas de sua concepção materialista e dialética do mundo".

Na tática dos comunistas brasileiros, em geral, não encontramos esta conexão. Ela decorre de uma concepção falsa do movimento (idealista, metafísica), concepção que desconhece a relação (unidade) entre as duas formas de que êle se reveste, a evolutiva e a revolucionária.

A separação dessas duas formas do movimento conduz sempre, em política, a uma tática oportunista ou a uma tática radicalista. Para a primeira, existe apenas a forma evolutiva; para a segunda, apenas a revolucionária.

Se se parte das premissas materialistas para determinar a "missão fundamental da tática proletária", tem-se que considerar o movimento em suas duas formas, a evolutiva e a revolucionária, considerar a relação entre elas, ou melhor, reconhecer que as modificações lentas, quantitativas, são completadas pelos saltos, constituindo as duas formas um processo único do desenvolvimento.

Partindo dessas premissas, Lênin chegou a uma conclusão geral sôbre a tática:

"A tática do proletariado deve levar em conta, em cada grau do seu desenvolvimento, em cada momento, esta dialética objetivamente inevitável da história humana: de uma parte, aproveitando as épocas de estancamento político ou de desenvolvimento a passo de tartaruga, chamado "pacífico", para desenvolver a consciência, a força e a capacidade combativa da classe de vanguarda

e, de outra parte, orientando todo êste trabalho de aproveitamento para a "meta final" do movimento da referida classe, capacitando-a para resolver praticamente as grandes tarefas nos grandes dias "em que se condensam vinte anos". (V. I. Lênin, *Marx, Engels y el Marxismo*, pág. 43).

Por desconhecer a realidade e abstrair os caminhos peculiares, o Partido tirava sempre os seus elementos táticos dessa premissa — uma estratégia a curto prazo. Daí não dar importância às formas de aproximação, transitória (lei de tôdas as revoluções), não procurar investigar o específico de nossa revolução, a relação entre a luta democrática geral e a luta pelas transformações radicais. Não resolvendo esta questão, não podia solucionar uma outra, derivada: a luta pela mudança de govêrno como forma, caminho para a mudança de regime.

* * *

Assim chegamos até o momento presente. Esses erros refletem-se agora na concepção de frente única, atualmente predominante no PCB, isto é, frente única em tórno de pequenas reivindicações, tendo como fito ganhar as massas para a luta pela **derrubada do regime**. Faz-se frente única (ex.: nas últimas eleições em São Paulo) a fim de obter determinadas vantagens para o movimento (melhores condições para sua agitação e propaganda, etc.) com vistas a um objetivo remoto e não para mudar o tipo de govêrno. A idéia central dessa política é a da relação entre a frente única limitada e a frente democrática de libertação nacional.

Creio, no entanto, que é preciso encarar a questão através do seguinte ângulo: o objetivo não deve ser apenas a frente única por reivindicações parciais; deve visar à ação política pela **criação de um govêrno de frente única antiimperialista** (ou nacional-democrática ou antientreguista ou que nome tenha).

Esta a nova concepção que procura abrir caminho, à medida em que o movimento — ou parte dêle — vai tomando contacto com a realidade: a frente única limitada se funde com a frente única geral (nacional) e a ela se subordina, tendo como objetivo criar, nos quadros do regime, novo tipo de govêrno. No caso atual, um govêrno nacionalista democrático, isto é, um govêrno cujo

conteúdo é — repetimos — de frente única anti-imperialista.

Esse governo não será o de libertação nacional, previsto pelo Programa do PCB. Será, talvez, um governo que levará a democracia, à medida que ela avance, a ter de encarar necessariamente a questão das transformações revolucionárias. Será, antes de tudo, um **governo de luta contra o imperialismo norte-americano** (antientreguista) e democrático. Isso significará o coroamento da luta pela frente única nacional. E tal governo, nascido de um poderoso movimento de massa (em que o proletariado seja a força decisiva) será um governo que não restringirá a atuação do proletariado, mas pelo contrário, terá nele um dos seus pontos de apoio, abrindo o caminho para a ampla democratização da vida do país e tomando medidas firmes contra o imperialismo norte-americano; de outro lado, o aumento da força do proletariado e das massas trabalhadoras em geral. O choque entre o entreguismo e o antientreguismo, a luta da burguesia para orientar a política econômica do Estado em seu benefício, a incapacidade dos latifundiários feudais de manter o monopólio dos postos de comando do aparelho estatal, etc. — tudo isto são fatores que indicam a possibilidade de êxito da luta pela formação de um governo de frente única antiimperialista.

* * *

Nesta concepção a idéia tática é oriunda não de uma estratégia a curto prazo; ao contrário, parte da necessidade das formas de aproximação ou da relação entre o movimento democrático geral e a solução dos problemas da revolução democrático-burguesa (preponderantemente nacional, em nosso caso).

Esta tática necessita cada vez mais do conhecimento da realidade (ela é essa própria realidade, mais a vontade de transformá-la refletida no pensamento político do movimento), é fruto da concepção do **peculiar** de cada revolução.

* * *

No Programa do PCB, pelo fato de não se dar importância às **formas de aproximação da revolução** ou porque se predeterminaram essas formas, a questão da hegemonia é encarada de modo rígido, vendo-se apenas sua fase superior, quando essa hegemonia já é a manifestação plena da aliança operário-camponesa. Daí colocar o problema assim, falsamente: primeiro formar a aliança operário-camponesa e, como prolongamento desta, a frente democrática de libertação nacional, instrumento indispensável para a instauração do governo democrático popular.

Esse esquema pouco explica a situação atual. Em nada ajuda a formação da frente única anti-entreguista e muito menos a luta pela formação

de um governo de frente única. Por isso leva à passividade, ao reboquismo, a não encarar a necessidade da criação de um governo de frente única com a nossa participação, governo que — repetimos — não será evidentemente o de libertação nacional do Programa do PCB.

Então, cabe mais uma vez perguntar: participando de tal governo, ou apoiando-o, o proletariado e seu partido perdem de vista a necessidade de forjar a aliança operária e camponesa? É evidente que não. Ao contrário, ao lutar por semelhante governo, o proletariado busca criar as condições que possibilitem o estabelecimento de **relações definidas** com o movimento camponês, apoiando-o firmemente. O proletariado pode assim assumir a direção da revolução democrática do campesinato (o que constitui o traço fundamental de sua hegemonia).

* * *

E não creio que isso seja fruto da fantasia. Participando do poder (ou apoiando-o), o proletariado disporá de enormes recursos para mobilizar e organizar **de cima e pela base** massas imensas do campesinato, colocando-as sob sua direção.

Daqui uma conclusão: ao participar de um governo de frente única (ou apoiá-lo), o proletariado, através de sua organização política, está **unido e em luta** com a burguesia nacional. Claro que nem sempre esta luta será obrigatoriamente violenta e contra a burguesia em bloco. Ela poderá assumir, também formas não violentas e, em certas ocasiões, dirigir-se contra setores limitados da burguesia, contra os elementos de sua ala direita, aqueles que tendem a um acôrdo com o imperialismo e os latifundiários feudais, para impedir uma vitória definitiva sobre esses dois inimigos (impedir as medidas de emancipação e as medidas agrárias do governo de frente única).

A força do movimento de massas, o grau de organização dessas massas, a força da aliança operário-camponesa — a isso se subordina a intensidade da luta em cada momento, as tarefas a serem cumpridas. O grau de luta depende igualmente da força interna e externa do inimigo.

* * *

Em face de tudo isso, coloca-se agora concretamente o problema da frente única em ligação com a atual situação política. Trata-se de alcançar um governo dessa frente única antiimperialista, mas como? Diante de nós bifurca-se o caminho: 1) existe a possibilidade de transformar o atual governo, alterando sua composição em favor das posições nacionalistas; 2) existe a possibilidade menos imediata, porém mais provável, de formar um governo desse tipo como resultante das eleições de 1958 e 1960.

"BANDEIRANTES E PIONEIROS"

GARCIA RAMOS

A propósito de uma pergunta, traçou-se paralelo entre as culturas americana e brasileira. Como foi possível aos Estados Unidos realizar o progresso quase milagroso, quando o nosso Brasil ainda se apresenta como o incerto país do futuro? Que fatos terão condicionado o processo das duas histórias para ocasionar semelhante contraste? Essas interrogações levaram o Sr. Vianna Moog a escrever **Bandeirantes e Pioneiros**.

As simpatias do autor parecem orientar-se no sentido da preponderância de fatores raciais e religiosos. Apresenta-nos um Ratzel, exposto por Ellen Semple, para chegar a melancólicas afirmativas. O materialismo histórico também nos é revelado em segunda mão. Com donaire, diz-nos: "A moda, agora, a grande moda, é Karl Marx, as estruturas e as superestruturas do fator econômico."

Entretanto, Marx expôs com clareza a sua concepção sobre os fatores determinantes da vida da sociedade. No seu Prefácio à **Crítica da Economia Política**, apresenta a fórmula das teses fundamentais do materialismo histórico: "Na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção (Produktionsverhältnisse) correspondem a um estado determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais (materiellen Produktivkräfte). A totalidade (Die Gesamtheit) destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade (ökonomische Struktur der Gesellschaft), o fundamento real sobre que se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social."

No sistema de condições materiais da vida da sociedade, fundamental é o modo de obtenção dos meios necessários à existência do homem, o modo de produzir os bens materiais. O fator decisivo, afirmou Engels, é o da produção e o da reprodução da vida real.

E conclui, dirigindo-se aos apressados: "quando alguém desvirtua isso, ao ponto de afirmar que o fator econômico é o único elemento, converte tal assertiva em uma frase insensata, abstrata, absurda".

Como se vê, o Sr. Vianna Moog parte de um erro que o arrasta à falsa exposição do materialismo histórico.

Após "refutar" o materialismo dialético, a grande dúvida é lançada: "Prevaleceram os fa-

tôres econômicos na Idade Média na mesma medida que prevalecem nos tempos atuais?" Alinha o Sr. Vianna Moog certos aspectos da ideologia cristã. Tudo se fazia "ad-majorem Dei gloriam". A Idade Média era severa com relação ao capital, ao comércio, ao lucro. E depois de demorado passeio no domínio da escolástica, duvida o Autor de que os acontecimentos históricos fôssem determinados por fatores econômicos. Antes de tudo, preocupa-se em ressaltar a pureza da ideologia cristã, na sua forma mais refinada, a escolástica. Tal elogio importa numa consagração à pureza medieval. Sob o ângulo pragmático, apresentam-se as idéias escolásticas com aquele valor prático, necessário e verdadeiro.

O desenvolvimento do capitalismo erigia, no entanto, a sua obra implacável contra o feudalismo. A quem apontar como responsável por esse triunfo de Satanás? Ao capitalismo nunca, porque seria admitir a predominância de fatores heréticos. Fatores heréticos, materiais, em plena era medieval? Não, porque o Sr. Vianna Moog é um aprendiz de equilibrista. Necessário, por conseguinte, tomar a expressão religiosa que Calvino imprimiu à livre concorrência e aplicá-la a Weber como causa do capitalismo.

A exposição da escolástica significa a exposição da ideologia do feudalismo europeu. A Igreja Católica desempenhava um papel econômico e social na Idade Média, e sua ideologia tinha por objetivo a defesa dos dogmas necessários a seu domínio. O Sr. Vianna Moog cala-se diante das condições materiais do feudalismo, nada diz do processo de desenvolvimento do capitalismo, não enxerga a relação entre o Império da Igreja e o pequeno desenvolvimento da produção medieval.

A finalidade de **Bandeirantes e Pioneiros** exige a aceitação de todas as peculiaridades da colonização inglesa nos EE. UU. Desde a chegada dos primeiros pioneiros, tudo se processou numa ordem lógica. Estamos assim diante do primeiro embaraço do autor. A colonização fôra iniciada e processada pelos malditos protestantes. Como o católico Vianna Moog irá resolver o problema? O retrato do calvinismo está bem vivo; uma fúria santa fôra desfechada contra aquela conciliação que a reforma fizera com o capitalismo em desenvolvimento. Mas agora ficamos sabendo que os povoadores ingleses vieram para o Novo Mundo em busca de terras onde pudessem ler a Bíblia: eram colonizadores. No Brasil, o contrário teria

ocorrido: os portugueses traziam os olhos dilatados pela cobiça; eram conquistadores. Com o abrandamento da fúria, inverteram-se os papéis. Os protestantes partem impelidos por um móvel religioso, os católicos por objetivos mercenários. O pragmático esqueceu-se, na segunda parte, daquilo que o católico escrevera na primeira.

Bandeirantes e Pioneiros vai revelar-se numa história singela: Mr. Ford resolve colonizar o Amazonas; deu-lhe casas, hospitais, "cafeterias", "drug-stores" (sic), aparelhos sanitários. A Fordlândia nasce, com pistas de tênis e outras maravilhas. Os caboclos rêgicamente pagos. Um milhão de pés de seringueiras são plantadas nas terras conquistadas às florestas. Dois anos transcorridos. Os caboclos, de repente, começam por quebrar tôda a "cafeteria"; encaminham-se para os redutos da "elite dirigente", "viram bicho" (sic), bradando qualquer coisa ininteligível. Vianna Moog explica a causa da revolta dos "bichos", como êle chama os nossos caboclos. Não queriam mais vitaminas, nem espinafres, queriam uma "bebedeira de cachaça". Dessa lição de Sociologia, parte-se para a apologia de Mr. Ford. Não ficaria melhor esta história como lição de um catecismo racista?

Preconceitos anti-semitas também estão presentes. De quando em vez, aos judeus atribuem-se coisas feias; ficam sujeitos a freqüentes nivelamentos com os calvinistas. "Entre judeus e calvinistas, concordâncias é que não faltam." E como bom católico, o Sr. Vianna Moog culpa o Velho Testamento.

Não há para o autor circunstâncias particulares atuando em cada colonização. Apega-se a fatores religiosos sem qualquer referência às transformações econômicas e sociais ocorridas na Inglaterra nos séculos XVI e anteriores. Portugal e Inglaterra equivalem-se no plano econômico e social. Partindo dessa base primária, gira o autor impenitente em tórno de paralelos desconcertantes.

A fúria anticalvinista atribui aos protestantes a culpa de pecados católicos. Êstes se acomodaram a certos usos e costumes daqueles e levaram tão longe a adaptação que em muitas igrejas católicas dos EE. UU. ainda se lê êste dístico: "Só para brancos." Cabe, por consequência, aos protestantes tôda a responsabilidade pelos preconceitos dos católicos contra os negros!

O Sr. Vianna Moog, além do mais, é fatalista. Acredita num signo para o nosso povoamento. "Entre os quatro primeiros povoadores brancos da terra de Santa Cruz, dois eram degredados", escreve com ares misteriosos. Os judeus aparecem na história para desejar a nossa ruína e logo se aliam aos protestantes contra o Brasil!

Até o nosso mazombo irá carregar a sua cruz. A descrição que dêle faz o autor é a de um pobre diabo. Não crê na possibilidade de aperfeiçoamento moral do homem, falta-lhe ideal coletivo, enfim é um mazombo metafísico. O mazombo é verberado como se fôsse um desprezível calvinista. Desliga-se, em **Bandeirantes e Pioneiros**, da realidade social. "Não era um ser lógico", proclama sentenciosamente o Sr. Vianna Moog, que revela, à nossa curiosidade já excitada, a existência de um mazombo extraviado em Portugal, o romancista Eça de Queiroz...

Em presença dêstes malfadados exemplares, fácil é explicar o malôgro de um povo semicolonial. O mazombo, como ser metafísico, é um ressentido, continua o Sr. Vianna Moog. Ressentido com os portugueses, com os europeus, e por isso não contribui, de modo algum, para melhorar a civilização, antes concorrendo para saturar o meio colonial de desânimo e derrotismo.

Eis o mazombo, desligado do mundo, atuando apenas num plano ético. A realidade do latifúndio escravocrata não merece do autor senão uma referência distante e aborrecida. O mazombo é inépto para o artesanato e para a técnica industrial. "Para que impressionar-se com problemas reais, quando o tempo era tão pouco para o voltarete e os clássicos, a história sagrada e a profana?" O Sr. Vianna Moog procura inspirar-se no freudismo para esta descoberta: aquêles que no Reino foram artesãos só voltavam à vida profissional de origem se falhassem no ofício de descobrir minas; voltavam como frustrados. Outra vez silencia o Autor diante da realidade social das características ainda mercantis do capital lusitano e da sociedade escravista brasileira.

Não nos compete enumerar a série de conclusões surpreendentes nas apreciações sobre Ética e Economia. Uma há de estarrecer: sem protestantismo, ou melhor, sem calvinismo, não haveria discriminação racial nem capitalismo. Tal teoria a respeito do capitalismo situa nitidamente o Sr. Vianna Moog num mundo de absurdos cômicos.

A exposição das idéias de Gobineau é feita com demorado carinho. Descreve a versão mais nova das idéias defendidas "corajosamente" por Sevier. Ora, Sr. Vianna Moog, onde está a coragem de defender idéias racistas nos EE. UU.?

Expondo as idéias racistas, afirma que no passado vingaram entre nós. Não houve tal projeção em nosso movimento cultural. Para atingir o evolucionismo spenceriano, as correntes do pensamento burguês partiram do ecletismo antropológico, passando pelo positivismo, pelo materialismo vulgar e pelo materialismo naturalista. A corrente spenceriana estendeu-se a vários ramos do conhecimento. A Escola do Recife sofreu

Aspectos Político-Sociais da obra de Fagundes Varela

E. CARRERA GUERRA

1 — A QUESTÃO CHRISTIE E O ESTANDARTE AURIVERDE

Era ministro plenipotenciário britânico junto ao Governo Imperial William Douglas Christie. A Inglaterra de então, sem competidores, dobrava a seus interesses não só o Brasil, como toda a América do Sul. Vimos como interviu, inclusive empregando a força, na questão do tráfico de escravos. O primeiro ministro Gladstone chegara a ameaçar-nos da tribuna do Parlamento britânico, prometendo "obrigar o Brasil ao cumprimento dos tratados a ponta de espada e pela guerra até o extermínio". E seus capitães e almirantes se encarregaram oportunamente de traduzir tais palavras em atos.

Acobertado por tal prepotência, compreende-se o comportamento de um Christie. Em junho de 1861, o malfadado ministro cria o primeiro incidente. Subtrai ao julgamento da justiça brasileira dois tripulantes ingleses da fragata **Esmerald**, surta no Rio de Janeiro, processados por terem assassinado um soldado que servia em nossa Alfândega. No ano seguinte, tendo ocorrido um sinistro com a barca inglesa **Prince of Wales**, nas costas do Rio Grande do Sul, Christie exigiu a intervenção de um capitão inglês, no inquérito promovido pelas autoridades brasileiras. O desmando do petulante ministro culminou, porém, com o incidente de 7 de junho desse mesmo ano. Três oficiais ingleses, da fragata **Fort**, ancorada no Rio, foram presos quando, à paisana, voltando de uma excursão pelas matas da Tijuca, assaltaram, ao cair da noite, a sentinela de um posto policial local, nele penetrando

à força. Reconhecida depois a qualidade de oficiais ingleses, foram os assaltantes logo libertados, dando o governo as explicações de praxe. Christie, porém, não se deu por contente. Rompeu as relações diplomáticas e a 30 de dezembro comunicou ao Ministro dos Estrangeiros (Miguel Calmon du Pin e Almeida, Marquês de Abrantes) que dera ordens e instruções ao Almt. Warren para represálias contra propriedades brasileiras. Warren logo cumpriu o mandato, capturando à entrada da barra cinco embarcações da marinha mercante nacional.

A tanta insolência, respondeu o povo brasileiro, de norte a sul do país, com manifestações de protesto e desagravo, à medida que iam chegando as notícias. Não só a pobreza dos nossos meios de comunicação retardava a propagação de tais notícias. O governo imperial, já bastante comprometido com a finança inglesa, através do expediente dos empréstimos externos, ocultou o quanto pôde a situação.

Na capital paulista, a onda popular se espalhou a 9 de janeiro, conforme relata o **Correio Paulistano**, de 11 do mesmo mês:

"Ainda não se viu em S. Paulo um entusiasmo popular como o que se observou na noite de nove do corrente. Tinham chegado as notícias relativas às questões anglo-brasileiras: toda a capital se pôs em movimento, ao saber que o ministro inglês recuara de suas injuriosas exigências, obrigado pela energia do governo, e disposição do povo em massa do Rio de Janeiro.

Desde as sete horas da noite começou o povo a reunir-se nas praças. Iluminaram-se quase todos os prédios. Nos Quatro Cantos reuniram-se

influências diversas, sem qualquer sentido racista. Onde estaria, então, o acatamento às doutrinas de Gobineau?

Após páginas e páginas, o Sr. Vianna Moog passa à apologia do norte-americano. Esquecido do protestantismo, os elogios crescem e se dirigem aos lanques. Não sofreia o seu entusiasmo mesmo diante do alcoolismo. O norte-americano não bebe durante as refeições, apenas antes e depois. Extraordinário. Prevaricam, sim, mas com discrição e método. (Não explica em que consiste o método.) Tal circunstância é salien-

tada como um sinal de superioridade. O desgraçado mazombo é escandaloso; o norte-americano, discreto. A obra merece restrições mais rigorosas nos capítulos sobre os símbolos. Limitamo-nos, porém, a apresentar apenas alguns aspectos relativos à raça, aos fatores geográficos e econômicos. Acreditamos que as amostras revelam **Bandeirantes e Pioneiros**. O Sr. Vianna Moog merece uma censura pelo seu pouco treino na arte de equilibrar-se, sem embargo do infável esforço. Esforço perdido, porque o livro apenas confunde leitores desprevenidos.

diversos cidadãos acompanhando a bandeira nacional, precedida de uma banda de música. Percorreram as principais ruas da cidade; ouvindo-se diferentes discursos e vivas a Sua Majestade, o Imperador, ao Governo Brasileiro, à Integridade do Império, à União dos Brasileiros, às Nações Francesa e Portuguesa e aos Paulistas. Do Largo do Palácio saiu mais um grupo, que com outra banda de música fez o mesmo trajeto, dando iguais vivas. As bandas de música correram as ruas até depois das onze horas. Não nos consta tivesse lugar desaguisado algum, apesar de estarem completamente cheias de povo as ruas da cidade.

Grande número de pessoas importantes acompanhavam as bandas de música. Em geral o povo procedeu com muita conveniência, aconselhado para que respeitasse os cidadãos ingleses, que existem na capital."

A mesma reação se registrou pelo resto do país.

O nosso Fagundes Varela não foi alheio ao momento. Ao contrário, vibra inteiramente ao diapásão dos brios nacionais ofendidos, comparte dos mesmos exaltados sentimentos da massa popular. Se não faz discursos nos comícios então improvisados, manifesta-se em versos, que era a sua melhor forma de expressão. Rápidamente, compôs naqueles dias **O Estandarte Auriverde**, poema em oito cantos "sobre a questão anglo-brasileira", editado vinte e poucos dias depois da comoção paulista no caso. E o faz de maneira e em circunstâncias que só dizem bem do cidadão e do poeta. A vida lhe era difícil naquele instante. As voltas com as complicações do seu desastrado casamento, sem dinheiro, procurando fugir aos problemas práticos que o afligiam, já meio tolhido pelos abusos alcoólicos, esquece-se de tudo para identificar-se com o clamor público.

Tem plena consciência do que faz. Despido da vaidade de artista — sentimento em que, aliás, nunca se consumiu — via justo no que toca à necessidade e à rapidez da produção daqueles versos: "escritos ao correr da pena, — segundo a leitura dos acontecimentos do dia; — bebidos na exaltação geral, — na indignação de nosso coração de Brasileiros..."

O poema está longe de ser perfeito, mas corresponde à sua própria essência aquela rapidez de composição. Aquela nítida consciência da necessidade é um dos seus méritos intrínsecos. Ou era escrito logo, ao ímpeto do coração indignado, inspirado "na exaltação geral", ou não seria escrito absolutamente.

O fato é que, apesar de todo o mal que já se disse ou se possa dizer dêle, do ponto de vista artístico, o poema resiste, em mais de um trecho, à prova do tempo. A apóstrofe contra William

Christie, as descrições paisagísticas, o "Hino a S. Paulo", notadamente êste, que, depois de musicado, foi cantado pelas crianças das escolas públicas paulistas, até há pouco tempo.

Do acontecimento não ficou melhor reflexo literário, em prosa ou verso. Naquele momento, sob aquela forma mesmo imperfeita, pela voz de Varela "falaram, sem dúvida, todos os brasileiros", conforme, muito bem assinala Edgard Cavalheiro. Correspondendo à vibração nacional, naquele instante uníssona, espelhando-a, o poema teve imediata repercussão e foi entusiasticamente recebido. Não é glória de pouca monta para um poeta e para um poema.

2 — VARELA E A GUERRA DO PARAGUAI

Franklin Távora estranhou que a Guerra do Paraguai (1865-1870) não acendesse no estro de Varela a "chama do patriotismo heróico", como acentecera com a questão Christie.

"No mais aceso da luta com o Paraguai, — observou o crítico — quando, para assim dizer, era todo o Brasil heróico, apareceram **Cantos e Fantasias**, o mais lírico dos livros de Varela. Nenhuma palavra ao menos indica, ainda que por alto, nesse livro as mesmas inquietações e incertezas que traziam suspensa entre a vida e a morte, entre a idéia da vitória e a de uma paz desairosa, a comovida pátria."

Franklin Távora não presume com isso criticar em Varela o que chama de "indiferença fecunda". Não era preciso justificar o poeta com o eufemismo esperto e compassivo. A crítica de Távora padece neste ponto de um erro simples, mas talhante. Um erro de datas. **Cantos e Fantasias** foram entregues ao editor a 6 de dezembro de 1864 e a declaração de guerra ao Paraguai só se daria a 26 de janeiro de 1865. A cincada do crítico provém de ter atentado apenas na data do lançamento do livro (julho de 1865), retardado pelo fato de ter sido impresso em Paris. Mas mesmo que assim não fôsse, o poeta tinha boas razões para não se entusiasmar com aquêlê conflito.

Afrânio Peixoto escreveu:

"A Guerra do Paraguai, o outro grande acontecimento do século, não tivera a expressão literária, por impopular: apenas a honra nos obrigou a gastar cem mil vidas e seiscentos mil contos. Não houve glória em aniquilar um pequeno povo fanático, que nos agredira, e a que, infelizmente, tivemos que combater."

Impopular, sem dúvida. Mas, nesse caso, de quem era aquela "honra" ofendida? Se fôsse a honra do povo, a luta não seria impopular... É preciso recordar a história para saber em "honra" de quem se imolaram cem mil vidas.

“As nossas incessantes intervenções no Prata — escreveu João Ribeiro — eram já um prenúncio da sorte que cabia ao pequeno Paraguai.”

Depois das intervenções contra Oribe e Rosas, repetiu-se a façanha contra Aguirre (1865). O Império realizava no Prata a política do mais forte. Escudava-se para isso no apoio inglês, conforme se depreende das declarações (logo de quem!) do nosso “amigo” Christie. Christie tinha sido plenipotenciário inglês junto ao governo de Lopez, em 1858, e ao ser recebido em Assunção, pronuncia um discurso frente ao chefe paraguaio, em que afiança a política imperial, dizendo entre outras coisas:

“A posição deste Império que se limita com todos os Estados do Prata e de seus afluentes, e banhado pelos mesmos rios, seus grandes recursos e sua riqueza, **lhe asseguram certa influência sobre os destinos de seus vizinhos.**”

As virtudes bem conhecidas e a sabedoria de seu Imperador dão suficiente garantia de que, durante seu reinado, que poderá felizmente ser duradouro, na ordem natural das coisas, a influência de sua política será justa, saudável e benigna.”

Lopez já conhecia aquela estranha benignidade que, para obter liberdade de navegação no rio Paraguai, acabara de ameaçar Assunção com dezessete navios.

No Prata, realizávamos uma política de estancieiros. Muitos dos da antiga Colônia do Sacramento eram ainda brasileiros, conservavam-se de vistas voltadas para o Império, do qual pediam a proteção. Os do lado de cá da fronteira gaúcha imiscuíam-se nas querelas dos vizinhos. O Governo Imperial tomava partido e costumava ser arrogante no trato com aquelas repúblicas.

No caso de Aguirre, tomou o partido dos **colorados** contra os **blancos**, e numa “agressão intempestiva, injusta e inesperada, quando ainda se ultimavam as negociações diplomáticas”, deu início à campanha, que terminaria com a capitulação de Montevideu (28 de fevereiro de 1865) e a deposição de Aguirre, logo substituído pelo General Flores, nosso aliado e chefe dos **blancos**.

Francisco Solano Lopez, que se oferecera e fôra recusado como mediador, julgou-se ameaçado pela nossa aliança com Flores e seu exército, tanto mais que tinha boas razões para temer a “benignidade” imperial. Essa a causa mais imediata do conflito, em que Lopez, ditador à semelhança dos seus vizinhos platinos, se precipitou.

A verdade é que, apesar de combater ao lado das repúblicas da Argentina e do Uruguai (Tratado da Triplíce Aliança), o Brasil não se livrara de aparecer antipaticamente aos olhos do mundo, como uma monarquia sufocadora de repúblicas.

Essa antipatia só fêz crescer com as delongas da guerra, chegando, por ocasião da publicação do Tratado da Triplíce Aliança (feita pelos ingleses!), a manifestações claramente hostis por parte do Peru e da Bolívia. A solidariedade internacional só se manifestou em favor do Paraguai.

Internamente, passados os primeiros entusiasmos patrióticos, consequência natural dos atos agressivos de Solano e, também, em grande parte, da falta de esclarecimento popular quanto aos antecedentes da questão, compreende-se que arrefecesse a chama.

Depois do desastre de Curupaiti (22-9-1866), em que tomaram 4.000 soldados aliados, a guerra do Paraguai arrasta-se mês a mês, ano a ano. As vitórias são obtidas à custa de ingentes sacrifícios. Os aliados se desentendem. Mitre, primeiro, Flores, depois, se retiram. Mitre volta à sua retaguarda para fazer face ao descontentamento e à rebelião de seus patricios. Flores volta para encontrar a morte, assassinado. O Brasil suporta quase sozinho todo o peso da campanha. E esta é crudelíssima, tanto pelo terreno em que se desenrola, quanto pelo heroísmo dos nossos adversários que, na defesa de seu território, se agigantam na disputa de cada palmo de chão, sem se renderem.

Tivemos voluntários e patriotas alistados em grande número, é verdade. Mas também é verdade que a conscrição militar de tal maneira era antipopular que até hoje ainda se encontram pelo nosso folclore rastros do pavor que ela se-meu pelos sertões.

De um exército de mais de 40.000 homens, dos quais uns 35.000 eram brasileiros, metade foi dizimada no ataque às linhas de Lomas Valentinas, num esforço sangrento de seis dias (21 a 27 de dezembro de 1865).

Isso significava o luto, a viuvez, a orfandade para milhares de brasileiros e, se era sacrifício suportado apenas com resignação pelo povo, que não sabia por quem e para que se batia, não podia ser motivo de entusiasmo para os poetas. A guerra pesava econômica e politicamente sobre o povo, e, com suas delongas, ia revelando as mazelas do regime. Foi um longo pretexto para a suspensão e adiamento das reformas democráticas, principalmente no que se referia à questão servil. Adentrava-se pelo sertão paraguaio e, de lado a lado, parecia não ter fim, nem explicação aquela luta obstinada, já reduzida a guerrilhas, não menos ferozes todavia do que as batalhas em campo aberto.

A guerra injusta e cruel era, por tudo isso, antipopular. Varela fêz bem em não cantá-la. É possível que não lhe ocorressem tôdas as razões conscientes para recusar-lhe seu entusiasmo.

Bastava-lhe intuir a coisa. Auscultar o sentimento, que êle mesmo partilharia, de aversão à luta inglória. Não lhe faltavam cordas guerreiras na lira, nem ânimo de combatente no peito, quando estava em jôgo a boa causa. Isto já o demonstrara em **O Estandarte Auriverde** e havia de demonstrá-lo depois, reiteradamente.

Poetas de menor envergadura, como um Victoriano Palhares ou mesmo um Tobias Barreto, se exaltaram com a Guerra do Paraguai. Franklin Távora apontou-os como exemplo. Mesmo em tais casos, resta contudo apurar o momento e a duração do entusiasmo.

Por outro lado, Castro Alves, incontestavelmente a maior fôrça épica de nossa poesia, pouco escreveu motivado por aquela guerra infeliz. Conforme salienta Edison Carneiro, apenas quatro poesias dedicou Castro Alves à guerra que durou cinco longos anos. E das quatro, era "uma de caráter particular, para um amigo que seguia para a frente, outra inteiramente esquecida, uma não para publicar". A única que permanece, "Quem Dá aos Pobres Empresta a Deus", incluída em **Espumas Flutuantes**, e escrita em 1867, tem um sentido antiguerreiro. Celebra o sacrifício heróico do povo para mostrar o abandono em que estavam as famílias dos soldados mortos e solidarizar-se com elas.

Varela fica, pois, na melhor companhia. Mas, num poema pelo menos, lhe passa pelos versos a sombra da Guerra do Paraguai. É no "mais vale tarde que nunca", cuja circunstância se assemelha a uma das que motivou o poeta baiano. Endereçou-o Varela ao amigo José Leite da Costa Sobrinho que, ao que se depreende dos versos, fôra seu contemporâneo na Academia paulista. A ocasião não é a da partida, mas a da volta inesperada do amigo:

"Apareces decente, airoso e limpo,
Quando todos julgavam-te em pedaços,
Atirado aos monturos!"

.....
.....

"Tu — sequioso de glória,
Prêso ao carro da vitória
Voaste aos campos da guerra,
Eu — triste, desanimado
Como um sombrio exilado
Fiquei num canto da terra!"

O poema está na 2.^a edição dos **Cantos Meridionais**. Aproximava-se o fim da guerra. Só para expressar a alegria pelo regresso de um amigo benquisto é que se moveu a pena do "triste", é que brotou o entusiasmo no "desanimado".

Não é, pois, como pretende Edgard Cavalheiro, a falta de lógica e coerência, que explicaria o alheamento de Varela quanto à Guerra do Paraguai.

Veremos a seguir que, a despeito das aparências em contrário, em geral sugeridas pela vida particular do poeta, Fagundes Varela foi, no campo das idéias e da poesia, surpreendentemente lógico e coerente, mantendo-se do princípio ao fim nas posições do pensamento liberal, vanguardista, de seu tempo.

3 — VARELA E A ABOLIÇÃO

Fagundes Varela foi, sem dúvida, dos primeiros poetas brasileiros a colocar a poesia a serviço da causa dos escravos.

Silvio Romero confere o "mérito da antecedência" ao desconhecido poeta maranhense Trajano Galvão de Carvalho (1830-1864), que, em 1861, publicou alguns poemas ("O Calhambola", "A Crioula", "Nuranjã" e "Jovino, o Senhor d'Escravos") de tema escravo. Mas, pelo que diz o próprio mestre sergipano, e pelo teor dos poemas citados, trata-se apenas da introdução do tema escravo, sem manifestar o poeta qualquer sentimento antiescravista.

Já Fernando de Azevedo registra o interesse pela sorte dos escravos, expresso por José Bonifácio, o môço, em algumas das suas poesias de 1850. Deve caber-lhe, pois, a prioridade ao lado de Luís Gama, com quem, por sinal, aparece associados nas duas primeiras edições (1859 e 1861) das **Trovas Burlescas**.

Entre os pioneiros, conte-se logo depois a Paulo Eiró (1836-1871), cuja abundante produção, tôda anterior a 1861, foi desde muito cedo coerentemente abolicionista e republicana. A tradição guardou notícia do escândalo que, no Seminário (1859) causaram as poesias abolicionistas e republicanas de Eiró, mas, como se sabe, os originais perderam-se, em sua maior parte, e não foram publicadas em vida do autor.

O principal poema antiescravista de Varela é "Mauro, o Escravo", que abre o volume **Vozes d'América**. Os originais do livro foram entregues ao editor em junho de 1864, o que significa que o poema foi provavelmente composto, entre novembro de 1861 — data da 1.^a edição das **Nocturnas** — e junho de 1864. Embora seja impossível precisar a data, pode-se afirmar que Varela forma entre os primeiros poetas abolicionistas.

Castro Alves, então apenas um menino, publicaria o seu primeiro poema em prol dos escravos ("A Canção do Africano") a 19 de maio de 1863.

Dispensamo-nos da análise do poema que todo se entrega numa leitura atenta. "Mauro, o Escravo" é um drama em versos, com todos os

sinais do gôsto, da sentimentalidade e das idéias românticas. O negro ali aparece como um branco pintado de pixe, sofrendo metamorfose poética análoga à dos índios de Gonçalves Dias ou Alencar. Assinale-se, porém, que, se o abolicionismo não se encontra ali expressamente formulado, decorre natural e concludentemente da ação. O vigor do protesto, lavrado em termos e figuras que só exaltam a dignidade humana do negro, basta para induzir ao abolicionismo. Aliás, Varela fez uso freqüente desta técnica, por assim dizer, de abordagem indireta do tema.

Um contemporâneo, pelo menos, percebeu imediatamente o valor daquela nota nova na lira de Varela e instou-o a que por mais vêzes a fêrisse. Foi o poeta Quirino dos Santos, seu amigo e editor, que, prefaciando *Vozes d'América*, escreveu:

"Este canto (refere-se a "Mauro, o Escravo") só por si é uma lágrima de compaixão vertida à cabeceira de tôda uma raça (...) Salvo uma ou outra asserção mais exagerada, é uma cena muito bem descrita da escravidão entre nós (...). Para quem se estréia como o Sr. Varela com tão esperançosos recursos (...) não é impossível tentar em mais vasta escala outro poema em que, sondando tôda as faces de um assunto, até hoje fracamente explorado como a escravidão no Brasil..."

Por três vêzes Varela ainda voltaria ao assunto, porém não "em mais vasta escala". "A Escrava", incluída nas *Avulsas* e "O Escravo" e "A Bahia" nos *Cantos Meridionais*, são peças menores, que reiteram os sentimentos abolicionistas do vate e completam a sua contribuição à nobre causa, o bastante para dar-lhe um pôsto condigno entre os precusores.

Observe-se mais de perto o tempo e o meio em que Varela se mostrou abolicionista e o porte de sua contribuição se engrandecerá. O tema ainda não se tornara "moda". Não estava na ordem do dia. O clima espiritual da Academia paulista não estimulava os estudantes ao debate das idéias sociais. Este papel caberia a Recife. A influência literária principal recebida pela geração de Varela ainda foi o byronismo. Os estudantes se dissipavam na imitação do lendário poeta-lorde e se imbuíam do ceticismo, do cinismo dos seus extravagantes personagens.

A causa abolicionista ainda não ganhara o sentimento popular. Abolicionismo era palavra mais que perigosa. Um crítico, só muitos anos mais tarde, pôde testemunhar: "Em 1868, abolição era palavra execrada, incendiária, sacrílega, que ninguém se animava a proferir em voz alta; não tinha curso no vocabulário do jornalismo." Se assim era em 68, pior seria em 64 ou antes. A discriminação contra os negros, mesmo livres, era

radical. Basta dizer que o grande Luis Gama, em 1869, não pôde cursar a Faculdade de Direito de São Paulo, em virtude da sórdida campanha que contra êle moveram os alunos, sob as vistas complacentes dos professôres. Para a mentalidade escravocrata dominante, negro não era gente, mas apenas um "fôlego vivo", um bruto. Negro era marcado a fogo, como o gado. As leis contra o tráfico, a chamada Lei do Ventre Livre, foram objeto da mais deslavada e prolongada chicana, por parte dos ministros, juizes e demais autoridades.

Com tôda a razão salienta Sud Mennucci:

"Nós andamos, hoje, todos empenhados em abrandar, em adoçar, em evanescer os aspectos da escravidão no Brasil, citando os casos de bom tratamento que alguns senhores, em tôdas as províncias, proporcionavam aos seus servos. Queremos iludir-nos a nós mesmos, porque não podemos aceitar, com a nossa mentalidade moderna, de respeito sagrado à vida alheia, se houvessem os nossos maiores desgarrado tanto da boa razão, do reto proceder, dos ensinamentos da religião que sempre foi a do povo brasileiro."

O próprio Imperador — em quem tantos querem ver um partidário da emancipação gradativa — opinou, certa vez, pela devolução de um escravo ao senhor que o reclamava, alegando que o mesmo se alistara sem o seu consentimento. O negro fôra lutar como voluntário na Guerra do Paraguai, distinguira-se em diversos combates, voltava com galões inferiores, mas, ainda assim, D. Pedro II foi de parecer que se entregasse o soldado, para que o senhor não especulasse em tôrno do caso...

Um juiz do interior paulista chegou a admitir, sentenciando contra uma negra: "não achar ilegal que a Autora fôsse, ao mesmo tempo, mãe e escrava do seu senhor".

Diante de fatos como êsses, arremata Sud Mennucci:

"A mentalidade brasileira, em matéria de escravidão, raiava pela insânia."

E note-se que São Paulo, onde escrevia de início o poeta, disputava às demais províncias o troféu do mais impenitente escravismo. Vimos que, depois da extinção do tráfico, só a zona cafeeira do centro-sul podia pagar o subido preço do braço escravo e que os cafeicultores tornaram-se o sustentáculo do escravismo. Assim é que cinco anos antes da vitória abolicionista, Raul Pompéia ainda podia escrever:

"A província mais escravocrata dêste infeliz império é sem discussão, sem concorrências ao lugar de honra, sem a mais fugitiva névoa de dúvida, a muito adiantada província do apóstolo das gentes (...) São Paulo está na vanguarda. É o porta-estandarte da bandeira negra."

A Guerra do Paraguai foi pretexto para sustação do movimento emancipador, que só iria recrudescer muito mais tarde, sobretudo a partir de 1879, quando foi dado por Jerônimo Sodré o primeiro brado parlamentar em favor da "abolição sem condições nem delongas".

Num meio adverso e num instante pouco propício, ganha relêvo a contribuição poética de Varela ao abolicionismo. Seu nome merece ser inscrito entre os dos precursores, coisa de que freqüentemente se esquecem os críticos e historiadores da nossa literatura.

Este, como muitos outros aspectos da obra de Varela, demonstra que o poeta, não só negativamente no alheamento ou no desdouro do vício, sabia reagir, opor-se às injustiças dominantes no seu tempo.

4 — VARELA E A INDEPENDÊNCIA MEXICANA

Outra manifestação inequívoca do caráter liberal, avançado, da poesia de Varela está na sua justa e fervorosa simpatia pela causa da independência do México.

Benito Juárez, herói e chefe do movimento nacional mexicano, mereceu do poeta brasileiro seu contemporâneo, por duas vezes, celebrações entusiásticas. A primeira em "Versos Soltos" (*Cantos e Fantasias* — 1865), a segunda em "O General Juárez" (*Cantos do Êrmo e da Cidade* — 1869).

Não eram cantos ao homem poderoso, mas hinos ao líder popular momentaneamente derrotado, no ostracismo (1863-1867).

Em 1863, os exércitos de Napoleão III, comandados por Lorencez, Forey e Bazaine, apoderaram-se da república mexicana. De 64 a 67, instalou-se, com o apoio das baionetas francesas, o trono do chamado segundo império mexicano, de Maximiliano d'Áustria. Juárez, homem de grande prestígio popular, por sua origem índia e por sua posição progressista, fôra magistrado da Côte Suprema, pôsto a que ascendera pelos seus próprios méritos de hábil juriconsulto. Lutara contra o General Zuloaga, chefe conservador. Vencera-o no combate de Calpulhupã (1860), restaurara o regime da Constituição liberal democrática de 1857 e fôra eleito presidente da república em 1861. Deposto por tropas estrangeiras, invasoras, era natural que para êle se voltassem as simpatias dos democratas de todo o mundo.

Nessa conjuntura, foi o nosso Varela — já então poeta consagrado — quem melhor representou os sentimentos da solidariedade brasileira. O entusiasmo do poeta por Juárez foi sem reservas. Cumula-o de atributos heróicos, revolucionários, canta-lhe as glórias, confere-lhe a immortalidade e vergasta seus inimigos, tudo ao

inflar de imagens condoreiras ("condor soberbo", "jaguar das soledades", "águia do porvir", etc.) e apóstrofes violentas. Para o títere Maximiliano nem uma referência nominal, como se não quisesse perpetuar nos versos a nome de um tirano. Exímio nos versos brancos, fá-los fluir, com a ênfase do entusiasmo sincero e do protesto viril, na hora do infortúnio, da derrota do herói, revelando uma confiança absoluta na vitória final, assumindo mesmo tons proféticos.

Mas não se reduziu à figura de Juárez o interesse de Varela pela independência do povo mexicano. Ainda em *Cantos do Êrmo e da Cidade* dedica ao assunto o extenso poema "A Sêde", no qual relata um episódio heróico de 1810.

A insurreição de 1810, chefiada pelo padre mestiço Miguel Hidalgo, foi o primeiro movimento de envergadura em prol da independência mexicana. Chegou a levantar 80.000 homens, embora mal armados e mal comandados. Hidalgo e seus generais não souberam organizar e dirigir tão grande massa de patriotas, índios e mestiços na grande maioria e conduzi-la à vitória. Permitindo e cometendo desatinos, vacilando, acabou Hidalgo fuzilado, em Monchón, a 30 de julho de 1811.

O poema de Varela conta, em quinhentos e sete decassílabos brancos, a história de um corpo de tropa nativista, que se vê atormentado pelo suplício da sêde. O inimigo inutilizara tôdas as fontes próximas e só deixara, para seu próprio uso, uma, dentro do recinto fortificado de uma fazenda. Depois de um primeiro assalto infrutífero, feito por cem homens resolutos e no qual o chefe nativista é decapitado, segue-se um segundo, terrível, furioso, da massa dos soldados, possuída agora também da sêde de vingança. A vitória é completa e as duas sêdes de que padeciam os guerreiros são plenamente saciadas.

Não conseguimos apurar se o episódio tem alguma base histórica ou se é de inteira invenção do poeta. Que se refere ao movimento encabeçado por Hidalgo, a data sob o título o indica, sem deixar margem a dúvidas. O interesse entusiástico pelo assunto, a reiteração do tema e, sobretudo, a esmerada fatura do poema, fazem-nos supor que Varela tenha andado a estudar; a ler coisas sôbre a história do México.

Fato significativo é o cuidado de não dár nome à figura do comandante, registrando, no entanto, o de sua mulher, Evelina e o de dois índios guerreiros, Valdívia e "Rei das Sombras". Tal omissão sugere a hipótese de não historicidade do episódio. Mas, e os outros? Serão inventados ou pertencerão a alguma crônica da história mexicana? Não o sabemos. Por outro lado, a extensão mesma do poema, sua forma elaborada, o equilíbrio de sua composição, revelam que a matéria foi para o poeta objeto de carinho espe-

cial. É possível, pois, que Varela tenha pilhado, senão procurado, em algum livro ou jornal da época, o trecho heróico que lembrava 1810. Bastar-lhe-iam alguns elementos do drama, que o resto poderia compô-lo com a imaginação.

Seja como fôr, neste passo da história americana, o nosso Varela ainda uma vez viu justo e colocou sua poesia a serviço da boa causa.

5 — VARELA, POETA REPUBLICANO

O republicanismo de Varela deduz-se com tôda a segurança de alguns de seus poemas. Não há em sua obra um voto republicano expresso, como em Castro Alves: "República, vôo ousado / Do homem feito condor!" Não. Como já assinalamos, sua técnica é indireta. Nunca nomeia o inimigo que detesta, a não ser por metáforas. Não diz que é abolicionista, não clama abertamente pela abolição, mas combate a escravatura, denuncia seus crimes e solidariza-se com o escravo. Glorifica Juarez e despreza Maximiliano. E assim procede também na indicação de suas simpatias republicanas. O processo não se explica apenas pelas particularidades do subjetivismo do poeta. Não participava êle do preconceito do apoliticismo da arte, mas, certamente, cuidava de que os versos não fôsem sobrecarregados de referências circunstanciais mais efêmeras do que o canto. Talvez não seja outro o sentido do reparo que põe às *Peregrinas*, de Otaviano Hudson, quando diz: "Seria de desejar que o poeta fôsse mais parco de alusões políticas, principalmente quando se dirige à graciosa Musa São Joanense." Acresce que, tratando da abolição ou da república, não estava Varela cantando temas do momento, assuntos da moda, vivificados pela popularidade. Antes, fazia obra de precursor, adiantava-se ao tempo, de modo que seu estro aquecia-se, apenas na contemplação de uma idéia generosa e justa, sem todavia receber o impulso dos embates e dos exemplos reais. Tanto assim que, em *O Estandarte Auriverde*, composto no calor da refrega, vemo-lo abrir excessão e atacar de frente o assunto.

O republicanismo de Varela deduz-se do desprezo que vota ao trono. O antimonarquista de então só poderia ser republicano. Nos anos sessenta a idéia republicana era considerada perigosa, logo acoimada de "subversiva". Sabe-se que o jovem estudante Álvares de Azevedo teve de dar explicações ao pai, a cujos ouvidos chegara que o menino fizera um discurso pelo menos imprudente, reclamando para o país a ampliação dos benefícios da cultura, coisa que cheirava a republicanismo.

Três poemas de Varela dão testemunho inequívoco de sua posição republicana: "Estátua

Equestre" (1861), "O Resplendor do Trono" (1869) e a ode "Dois de Dezembro", peça avulsa que até agora não constava de suas obras e cuja história curiosa somos obrigados a contestar.

Conta Almeida Nogueira que, já no fim de seus dias, andava o poeta por Niterói e pela Côrte, e, vez por outra, publicava versos em *A República*, jornal dos mais lidos naquela época. *A República* não era jornal de pouca monta. Viveu de 3 de dezembro de 1870 a fevereiro de 1874. Sob a direção do português Luís Barbosa, inaugurou na imprensa carioca o sistema da venda avulsa — 40 réis, ou sejam 2 vinténs, era o seu preço — e alcançou a tiragem de 12.000 exemplares diários. Tinha como colaboradores entre outros: Salvador de Mendonça, Quintino Bocaiuva, Aristides Lôbo, Lúcio de Mendonça e Ferreira de Menezes, êste amicíssimo do poeta, todos, republicanos históricos.

Pedro II aniversariava a 2 de dezembro e lembrou-se o poeta de oferecer ao *Jornal do Comércio*, por 20 mil réis, um poema de louvor ao natalício do monarca. O título era pomposo como convinha a tão alto personagem: "Ao Fausto Aniversário Natalício do Excelso Monarca, etc".

Relata Almeida Nogueira que o vate recebeu a quantia estipulada e que o poema foi publicado em lugar de honra, em tipo 10, duas colunas. Qual o escândalo, porém, quando no dia seguinte *A República* reproduz o poema, assinalando as letras iniciais de cada verso, que compunham o acróstico: O BÓBO DO REI FAZ ANOS.

A ser verdadeira, seria façanha audaciosa, cobrindo de ridículo a pessoa do imperador. Seria um gesto de partidatismo ousado, correndo o risco de represálias.

Reparamos, porém, que Almeida Nogueira não registra a data da publicação do poema, quer no *Jornal do Comércio*, quer em *A República*. Dois de dezembro, sim, mas de que ano? Só podia ser num dos natalícios imperiais de 1871, 72 ou 73, período útil de circulação de *A República*, para êste efeito.

Fomos consultar as coleções dos dois jornais existentes na Biblioteca Nacional e, para nossa surpresa, não encontramos rastro do escandaloso poema. Mais ainda: não encontramos sinal da colaboração de Varela em *A República*.

Assim, até prova em contrário, a curiosa história dessa ode deve ser tomada como uma das muitas lendas que se criaram em tôrno da figura de Varela.

Entretanto, não há razão para contestar a autoria do poema. Escrever ao sabor da ocasião largar os originais por onde ia passando, perdê-los ou voltar à sua cata para enfeixá-los em li-

vro, foi procedimento habitual do poeta andejo, displicente e boêmio.

O desprezo ou a aversão manifestados no acróstico não era matéria nova em sua lira.

Dir-se-á, no entanto, que Varela também escreveu versos de verdadeiro louvor ao monarca: as estrofes "A D. Pedro II" de **O Estandarte Au-ri-ver-de**.

A conjuntura política explica o fato. É que, no instante da crise provocada por Christie, esboçou-se logo, diante do perigo externo, um movimento de união nacional em torno do trono. Este manobrava, retardava a notícia do incidente, encobria-lhe a gravidade, tudo para não desagradar seus amigos e credores ingleses. A nação esperava do Imperador um revide imediato, à altura, e o poeta, se o louva, é para incitá-lo nesse rumo, é para pô-lo em brios, para que não siga o "desonroso trilho". Condiciona-lhe a grandeza e a glória, ao gesto intemerato que dêle espera. O poeta mostrava-se também político, capaz de manobrar hábilmente... em versos.

A efervescência republicana começa com o célebre manifesto de 1870, data em que Varela já publicara todos os seus livros, exceto o **Evangelho nas Selvas**.

Varela dependia economicamente do pai e este, nas funções de magistrado ou de deputado, ligava-se à coroa, o que não deixaria de influir na atitude menos franca do poeta.

Não obstante, que idéia senão a republicana podia inspirar-lhe, já em 1861, os versos de "A Estátua Eqüestre"?

"Por que reledes o passado escuro
Quando deveras derribar os tronos
Cantando a liberdade?"

O tema reaparece nos versos de "A um Monumento" — talvez a mesma execrada estátua eqüestre — embora a idéia antimonárquica seja desta vez menos virulenta.

"O Resplendor do Trono" confirma plenamente o antimonarquismo de Varela. Era preciso já ter sobre a cabeça o rubro barrete frígido para enxergar, por detrás das aparências pomposas, a mentira da realeza, o mito do sangue azul, seu fim inelutável e, sobretudo, a inerência do mal já não acusada na pessoa do reinante, mas na natureza do regime:

"São sempre incertos do reinante os passos!
Ame embora a verdade, ocultos laços
Prendem-no cego aos cálculos dos maus!"

Dois Documentos Políticos

O leitor achará, ao dobrar a página, dois documentos de indiscutível interesse: o artigo de Agildo Barata, aparecido na imprensa em março deste ano, e a entrevista de Luiz Carlos Prestes, de julho último.

O aludido artigo representou, no período que precedeu à sua publicação, e depois desta, uma plataforma de unidade dos que, no seio do Partido Comunista, lutavam pela renovação dos métodos e concepções ali vigorantes. A evolução dos acontecimentos, na qual se inscrevem os desligamentos voluntários de Agildo Barata e de inúmeros companheiros seus, que hoje integram a Corrente Renovadora do Movimento Marxista Brasileiro, tornam superados certos conceitos e partes do artigo, inclusive todos os que objetivavam o desenvolvimento da luta interna do PCB. Sua parte fundamental — conceitos políticos e táticos — permanece válida, entretanto, segundo se depreende das declarações do autor, repetidas em várias entrevistas. Esse motivo e o valor documental do artigo justificam sua inserção.

Quanto à entrevista de Prestes, não há como obscurecer-lhe a importância, de vez que expressa uma reviravolta de seu partido em face do movimento nacionalista brasileiro e de outros problemas nacionais. Na parte referente às questões internas do PCB, o entrevistado emprega, à guisa de argumentos, termos injuriosos contra alguns ex-militantes pecebistas — o que contraria frontalmente as normas éticas adotadas por "NOVOS TEMPOS", disposta a só servir de arena para a batalha das idéias, e não para o corpo-a-corpo dos doestos pessoais e do terrorismo ideológico.

Abrimos exceção, no presente caso, levando em conta a projeção de Prestes no movimento socialista, mas sobretudo para facilitar aos leitores um cotejo de posições dos dois dirigentes políticos.

Pela Renovação e o Fortalecimento do Partido

AGILDO BARATA

As condições atuais do mundo se caracterizam fundamentalmente pela existência de um sistema de países socialistas em florescimento, ao lado de um sistema capitalista em decomposição, pela desintegração efetiva do sistema colonial do imperialismo, assim como pelo surgimento de um grupo de Estados neutralistas na Europa, na Ásia e na África.

O poder de atração das idéias socialistas, nesta situação, influencia grandes movimentos de massas, quer nas metrópoles imperialistas, quer nas colônias e semicolônias.

Tudo isso confirma brilhantemente as idéias geniais do socialismo científico elaborado por Marx, Engels e Lênin.

O esforço para uma justa interpretação da situação e das mudanças operadas na correlação de forças dos dois sistemas, da nova realidade objetiva e de seu processo de desenvolvimento, determinará necessariamente um considerável enriquecimento da consciência socialista, da teoria marxista.

Nesse sentido grande foi a contribuição do XX Congresso do PCUS.

Tanto para a correção dos graves erros e deformações revelados pelo XX Congresso do PCUS e que se estenderam com maior ou menor intensidade a todo o movimento, como para fazer com que a ação dos comunistas, em cada país, corresponda às exigências da realidade objetiva, faz-se mister desenvolver no seio dos partidos a mais intensa e extensa assimilação e propaganda dos princípios fundamentais do marxismo-leninismo, estimular o livre espírito de pesquisa científica, de debate fecundo e a luta de opiniões.

A democratização dos partidos comunistas é uma exigência básica, ideológica, dêsse indispensável movimento renovador.

É claro que num debate livre surgirão alguns inconvenientes, mas como já aconselhava Engels, em 1.º de maio de 1891, em carta a A. Bebel, é preciso aceitar os inconvenientes desta liberdade: "Vocês e o Partido têm necessidade da ciência socialista — escrevia Engels — e esta não pode viver sem a liberdade no interior do movimento. É preciso, portanto, aceitar os inconvenientes desta liberdade e o melhor é fazê-lo decentemente, sem resmungar".

* * *

O Projeto de Resolução do Comitê Central representa um significativo êxito dêste impulso

renovador em nossas fileiras. Concordo inteiramente com o espírito de que se encontra penetrado êste importantíssimo documento e o defendendo, por isso, como o **ponto de partida** para uma efetiva democratização da vida partidária, para a elaboração de uma correta linha política e das questões orgânicas dela decorrentes e como atual bandeira de luta pela democratização do Partido.

Infelizmente, o Projeto de Resolução do Comitê Central não está sendo discutido como devia e os próprios camaradas responsáveis por sua elaboração, com raras exceções, abstiveram-se, inexplicavelmente, de participar dos debates para fundamentar e desenvolver as teses ali expostas.

Com o intuito de contribuir — o que é dever de todos — para que a luta interna possa seguir um curso normal, dentro do espírito democrático do Projeto de Resolução, sugiro neste artigo, à apreciação dos camaradas, as questões que se seguem. Elas estão, em sua maioria, contidas, em germe, no próprio Projeto de Resolução e sistematizam opiniões de grande número de membros do Partido, expressas inclusive através do debate que ora se trava em nossas fileiras. Muitas dessas idéias e opiniões foram despertadas pelos problemas levantados no XX Congresso do PCUS e nas discussões realizadas, a seguir, em vários outros partidos irmãos. A sabedoria coletiva do Partido, na discussão destas e outras questões, enriquecerá o conteúdo das mesmas e retificará o que nelas houver de incorreto.

— 1 —

IGUALDADE, SOLIDARIEDADE E INDEPENDÊNCIA ENTRE OS PARTIDOS OPERÁRIOS E COMUNISTAS — O princípio da igualdade entre os partidos comunistas e da independência de cada um deles na aplicação do marxismo à realidade concreta de cada país é condição básica nas relações entre os partidos.

O internacionalismo proletário se exprime pela mais completa solidariedade fraternal entre os Partidos comunistas e operários e implica no direito de crítica recíproca. A teoria revolucionária é a experiência condensada, sistematizada e generalizada, do movimento revolucionário. Por isso, nenhum Partido pode prescindir da crítica e dos ensinamentos dos demais Partidos comunistas, particularmente daqueles mais experimentados. A teoria, contudo, traduz-se na prática

acertada. E se as leis gerais se revelam através das leis particulares, é claro que nenhum partido poderá subordinar-se a outro, ser orientado por outro, pois isto seria a negação do próprio marxismo-leninismo, de seu caráter crítico e revolucionário.

Isto não quer dizer que "no decorrer destes 39 anos a União Soviética", como diz o editorial do Jeminjipao, "Novamente Sobre a Experiência Histórica da Ditadura do Proletariado", não tenha "sido o **centro** do movimento comunista internacional, em virtude de constituir o primeiro Estado socialista vitorioso, o país mais poderoso e experimentado do campo socialista desde o seu surgimento, capaz de prestar a mais valiosa ajuda aos demais países socialistas e aos povos dos diversos países do mundo capitalista". E acrescenta: "Isso não é o resultado de uma decisão arbitrária de quem quer que seja, mas a consequência natural de condições históricas. No interesse da causa comum do proletariado dos diversos países de uma resistência unida aos ataques do campo do imperialismo, dirigido pelos Estados Unidos contra a causa socialista, do ressurgimento econômico e cultural de todos os países socialistas, devemos continuar fortalecendo cada vez mais a **solidariedade proletária** para com a União Soviética como **centro**. (O grifo é meu — A.B.)

O internacionalismo proletário reside na defesa dos interesses comuns aos trabalhadores de todos os países, e hoje se expressa particularmente no apoio ativo às nações do sistema socialista e aos povos que se batem contra a dominação imperialista. O internacionalismo proletário reclama o mais amplo respeito ao princípio da igualdade nas relações entre os Estados socialistas e ao princípio de autodeterminação. Por isso acho que é fundamental a completa independência política e orgânica dos Partidos operários e comunistas, sem interferência em seus assuntos internos, e o estabelecimento de relações mútuas e diretas, em pé de igualdade, entre os partidos, a fim de facilitar a troca de críticas e experiências.

— 2 —

O CARÁTER DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

— Creio justa a caracterização, há muito feita, da revolução brasileira: anti-imperialista e agrária antifeudal.

Embora o problema das fases de desenvolvimento da revolução agrária e anti-imperialista seja de capital importância, e deva ser melhor precisado através de um estudo mais profundo da realidade brasileira, é inegável, no momento atual, o avanço mais rápido da luta anti-imperialista em nosso país, em relação ao movimento

camponês que se encontra em grande atraso. Este fato indica um desenvolvimento preponderante das tarefas anti-imperialistas no processo atual da luta revolucionária, tarefas que possivelmente não coincidirão com as medidas agrárias de caráter radical formuladas pelo Programa do PCB, mas que podem e devem coincidir com algumas reformas na estrutura agrária. O desenvolvimento da luta anti-imperialista e as conseqüentes reformas na estrutura agrária, facilitando a mobilização e a organização das massas camponesas, determinarão um avanço mais rápido e mais seguro no caminho das indispensáveis transformações radicais no campo.

Teremos, assim, no desenvolvimento da revolução, uma fase inicial, de **acumulação de forças**, na qual o proletariado pode e deve desempenhar um papel decisivo. Nesta fase deverão surgir melhores condições para a ampliação e consolidação da aliança operário-camponesa, que decidirá da direção, do curso e da profundidade das transformações revolucionárias.

— 3 —

A VIABILIDADE DE UM CAMINHO PACÍFICO PARA A REVOLUÇÃO BRASILEIRA —

Uma série de fenômenos surgidos no mundo e em nosso país, faz-me sentir a necessidade de um reexame da tese de ser fatal e inevitável o caminho da luta armada e da guerra civil como único para o cumprimento das tarefas da revolução anti-imperialista e agrária antifeudal. Não obstante o peso do aparelho-estatal de repressão e das limitações às liberdades, é minha opinião que há também no Brasil possibilidades (condicionadas por circunstâncias históricas especiais), de um caminho pacífico, não violento, para as transformações progressistas que se colocam na ordem do dia. Estas possibilidades decorrem, entre outros fatores, dos seguintes: a) — a transformação do socialismo num sistema mundial; b) — a desagregação do sistema colonial do imperialismo; c) — o crescimento, a concentração e o desenvolvimento do proletariado e de sua consciência de classe, com a presença e a atuação de seu partido de vanguarda — o PCB; d) — o rápido desenvolvimento da economia brasileira, particularmente nos últimos anos, e o conseqüente crescimento e fortalecimento da burguesia nacional, cujos interesses se chocam com as dos imperialistas e em certa medida com os restos feudais no campo, burguesia cada vez mais influente no aparelho do Estado e em muitos partidos políticos e bancadas parlamentares; e) — o aguçamento das contradições entre o imperialismo norte-americano e seus agentes mais empedernidos, de um lado, e a esmagadora maioria

da nação; f) — a tradição democrática e patriótica das forças armadas, particularmente o Exército, onde se desenvolve uma consciência nacionalista, anti-imperialista; g) — a radicalização de camadas cada vez mais amplas da pequena burguesia urbana — intelectuais, estudantes, profissionais liberais, etc., — cujas tradições de luta patriótica e democrática estão assinaladas ao longo da história de nossa gente; h) — as franquias constitucionais, que embora nem sempre respeitadas, podem ser mantidas e ampliadas através de grandes movimentos de massas, assegurando condições para uma ativa participação das forças populares nas lutas políticas; i) — a força de atração dos ideais socialistas, consequência do contínuo fortalecimento do socialismo; j) — o estímulo à luta anti-imperialista dado pelos países que tomam o caminho da independência nacional, beneficiando-se particularmente da ajuda e do apoio dos Estados do sistema socialista; k) — a relativa distensão internacional, com possibilidades de acentuar-se e consolidar-se; l) — começo, ainda que pouco sensível, da mudança na correlação de forças, no país, em favor da democracia e do progresso.

Está claro que a minoria que se opõe a nosso desenvolvimento independente procura agir por todas as formas, dentro e fora do governo, para impor, inclusive pela violência, uma política de conteúdo essencialmente antidemocrático, entreguista.

Cabe, portanto, às forças patrióticas e, entre elas, os comunistas, tomar em suas mãos a defesa da legalidade democrática, apoiando-se na própria Constituição, a qual, embora esteja a exigir várias modificações, é importante instrumento de luta pelas liberdades na etapa atual de nosso desenvolvimento.

É óbvio que o caminho pacífico para o desenvolvimento da revolução brasileira, tanto em sua etapa atual como na passagem necessária à etapa socialista só será assegurado como o resultado da força, do grau de organização e de consciência da classe operária e de seus aliados, de amplos, crescentes e ininterruptos movimentos de massas.

Não obstante, se essas condições não forem conquistadas, o inimigo terá a possibilidade real de impor ao proletariado e às forças democráticas a luta armada e a guerra civil. O proletariado e seus aliados lutando por um caminho pacífico estarão também preparados para enfrentar essa emergência. Nós, comunistas, que olhamos sempre os interesses fundamentais do povo, devemos utilizar todas as possibilidades de um caminho pacífico. "Devemos ir para os nossos objetivos por todas as vias possíveis" (Lênin, Obras Escolhidas, T. I., pág. 866).

POLÍTICA DE FRENTE ÚNICA — O caráter da revolução brasileira e a desigualdade do desenvolvimento de suas correntes (avanço da luta anti-imperialista e atraso do movimento camponês) impõem modificação no esquema estratégico do atual Programa do PCB. O Projeto de Resolução do Comitê Central sugere esta modificação, ao reduzir no momento atual o campo do inimigo ao imperialismo norte-americano e seus agentes internos mais renitentes e reconhece a possibilidade de alianças, para ações específicas, inclusive com certos setores de latifundiários.

Dadas as modificações que se operam na agricultura brasileira (a penetração do capitalismo no campo), a política de espoliação do imperialismo norte-americano, particularmente através do quase monopólio do comércio exterior, e as possibilidades de melhores preços que o mercado socialista pode oferecer a produtos agrários nossos, é muito provável que até setores de latifundiários possam participar, por um dado período, da frente de luta anti-imperialista, pelas liberdades constitucionais e por medidas, ainda que limitadas, contra as sobrevivências de relações feudais no campo. O mesmo sucede em relação a setores ainda mais numerosos da grande burguesia cujos interesses entram freqüentemente em choque com o exclusivismo reclamado pelos monopólios ianques para a pilhagem de nosso país e com a atual estrutura agrária que retarda o desenvolvimento mais rápido do mercado interno. A participação desses setores na frente única será, certamente, limitada, mas útil e necessária.

Assim, em sua fase atual, o movimento revolucionário brasileiro pode e deve ser impulsionado por uma ampla frente única, **nacional e democrática**, que inclua desde o proletariado e o campesinato até elementos da grande burguesia e latifundiários. Pela mesma razão por que a análise das condições objetivas nos permitiu reduzir, acertadamente, o campo dos inimigos externos ao imperialismo norte-americano, a realidade brasileira impõe a redução do campo dos inimigos internos unicamente aos latifundiários feudais (e não a toda a classe de latifundiários) e aos elementos da grande burguesia que atuam como agentes da dominação norte-americana em nosso país.

Estas diferenciações que se verificam nas classes dominantes do Brasil e mais o poderoso impulso dos movimentos patrióticos possibilitaram a formação da ampla frente antigolpista vitoriosa no pleito de 3 de outubro e em novembro de 1955. Tais vitórias, por sua vez, evidenciaram a possibilidade de participação no governo, mesmo sob o atual regime, de influentes correntes

democráticas e nacionalistas, dispostas a enfrentar, se para tanto contarem com a necessária pressão das massas, as investidas e exigências do imperialismo norte-americano e de seus agentes de dentro e de fora do governo.

Estas correntes têm representação expressiva no atual governo e no Parlamento, onde se encontram também, com maior pêsô, as tradicionais correntes reacionárias e entreguistas. Seria por isso um grave êrro encarar o atual governo como um bloco homogêneo, reacionário e entreguista, desconhecer as possibilidades de se fortalecer, dentro dêle, através de vigorosos movimentos de massas, as posições das forças patrióticas e democráticas e golpear as posições das forças mais reacionárias e submissas ao imperialismo norte-americano.

Levaríamos, porém, o proletariado e demais forças populares a uma simples posição reboquista se não tivéssemos — como não o teve nosso Partido — uma clara compreensão do **tipo de governo** de que necessitamos na fase atual da luta pela independência nacional e a democracia. Êste não é, nem o governo democrático de libertação nacional, proposto no Programa do PCB, nem o governo atual, como está constituído. As forças patrióticas e democráticas devem ter em vista — creio eu — a conquista, ainda dentro dos quadros do atual regime, de um **governo nacional e democrático**, que realize uma política de soberania nacional e de coexistência pacífica, não entregue nenhuma parte do território nacional a qualquer potência estrangeira, defenda nossas riquezas naturais e a indústria nacional, adote medidas agrárias progressistas que favoreçam o movimento camponês, mantenha e amplie as conquistas da classe operária, tome medidas efetivas para deter a carestia da vida e a inflação e assegure, plenamente, sem discriminações, as liberdades constitucionais. Êste governo introduzirá na vida do país um democratismo que elevará o movimento de massas a mais alto nível possibilitando a que se coloquem na ordem do dia as transformações radicais por que lutamos, transformações que abrirão caminho para o socialismo.

Na luta pela conquista de um **governo nacional e democrático** tôdas as forças interessadas no progresso e na independência do país, inclusive as que se encontram dentro do atual governo, têm tôdas as possibilidades de unir-se numa ampla frente nacional e democrática contra o imperialismo norte-americano. Há necessidade imediata de constituir-se essa frente única para opor uma resistência decidida ao imperialismo lanque, para deter e revogar os atos entreguistas ultimamente impostos pelos setores reacionários do governo Kubitschek. A medida que dela participem as massas fundamentais da população — o prole-

tariado e o campesinato — acentuar-se-á o seu caráter democrático e ela poderá ter não sômente influência decisiva nas eleições, no Parlamento e na administração, mas também no exercício direto do poder, através de um governo nacional e democrático. Tal governo, tanto pode surgir do atual, através de modificações que alijem dos postos-chave os elementos reacionários e servis ao imperialismo norte-americano, como de sua substituição através de eleições. Esta frente nacional e democrática seria, também, o instrumento através do qual as forças democráticas e anti-entreguistas poderiam enfrentar, com êxito, quaisquer tentativas de retrocessos reacionários na vida política do país.

Considerando inadiável a luta pela constituição desta frente única, acho completamente errônea a tese de que devemos “desferir o golpe principal” contra as tendências nacionalistas (nacional-reformismo, nacionalismo burguês, etc.) que surgem dentro de todos os partidos políticos legais e dentro do próprio governo. O golpe principal deve ser dirigido contra o imperialismo norte-americano e seus agentes mais caracterizados. Nas condições concretas atuais do Brasil, o nacionalismo, como corrente política e ideológica, exerce um papel indiscutivelmente progressista até certo ponto, e é, sem dúvida, uma das forças indispensáveis na frente de luta contra o imperialismo norte-americano. Tentar enfraquecer esta corrente, é, na verdade, debilitar a frente única, dificultar sua constituição, fazer o jôgo do imperialismo e afastar as possibilidades de conquistar a hegemonia para o proletariado.

— 5 —

Regime Pluripartidário — Ê justo o reconhecimento, que se faz no Programa do PCB, da necessidade de que se efetuem tôdas as tarefas da revolução anti-imperialista e agrária antifeudal dentro de um regime pluripartidário, de liberdade de associação política. Acho mesmo que, inclusive numa etapa posterior, na construção das bases do socialismo, se mantenha a necessidade de um sistema pluripartidário.

O desenvolvimento do mundo contemporâneo, em particular o grande exemplo da moderna China, evidencia que a tese do Partido único, mesmo durante o regime de transição, não pode ser válida para todos os países. Enquanto fôr necessário, podem coexistir com o Partido Comunista outros partidos, exercendo um contrôlo mútuo, dando expressão aos interesses das classes e camadas que constroem a nova sociedade e às próprias tendências que se desenvolvem dentro da classe operária.

Assim encarando, creio que o Partido Comunista, defendendo seus pontos de vista e propagando sua ideologia deve, ao mesmo tempo, estabelecer relações inteiramente novas, compreensivas e amistosas com os outros partidos que, na sociedade brasileira, assumam posições patrióticas e democráticas. Creio que devemos trabalhar com as massas desses partidos para que nelas preponderem as tendências unitárias e democráticas.

— 6 —

Política externa independente e de neutralidade ativa — Tendo em vista a situação histórico-mundial, a posição geográfica do Brasil, a necessidade de impedir a guerra e fortalecer a paz e os interesses nacionais, creio que devemos defender para nosso país uma política internacional independente e de neutralidade ativa, de luta pela cessação do estado de guerra fria, pela coexistência pacífica dos países de regimes políticos e sociais diferentes.

É esta a maneira de melhor atender, nas circunstâncias atuais, aos interesses fundamentais do povo brasileiro e, também, aos interesses do proletariado de todos os países, que se bate, na vanguarda das forças amantes da paz, contra a ameaça de nova guerra. A "teoria" da guerra à vista é falsa e busca a intimidação das correntes anti-imperialistas menos firmes. A guerra tornar-se-á cada vez menos provável à medida que um maior número de países — principalmente grandes países como o Brasil — se integram na "zona da paz", em que se incluem países como a Índia, o Egito, a Birmânia, a Finlândia, etc., que fortalecem a ação pacífica do sistema socialista. Esta é, também, a meu ver, a melhor maneira de lutar-se, nas condições concretas do Brasil, pela independência e soberania nacional e contra atos como a cessão de Fernando de Noronha ao imperialismo norte-americano e de fortalecer o movimento libertador que anima todos os povos oprimidos pelo imperialismo.

— 7 —

Modificação do Programa do PCB — É claro que os pontos de vista acima enunciados põem em discussão algumas das teses básicas do Programa do Partido, teses que, a meu ver, já foram contrariadas pelo próprio confronto com a prática de nossa ação política nesses últimos dois anos.

Creio que não se trata de elaborar, às pressas, um novo Programa. Um Programa deve ser fruto do trabalho e da experiência coletiva de todo o Partido, do estudo sistemático e aprofundado da

realidade brasileira, da livre investigação científica e do livre debate. Foi isso exatamente o que não fizemos com a elaboração do atual. Manter nas presentes condições o Programa seria enterrar a elaboração de uma justa linha política.

Penso, por isso, que mantendo em aberto a discussão das teses do Programa atual ou de outras que possam vir a ser elaboradas e estimulando as investigações sobre a realidade nacional, o conjunto do Partido e, apoiando-se nêlo, o Comitê Central, deveriam elaborar os elementos essenciais de uma linha política adequada ao avanço do movimento democrático e de emancipação, linha que nos aproxime da realização posterior das tarefas da revolução anti-imperialista e agrária antifeudal no país. Tal documento, a ser elaborado o quanto antes, deveria ser incorporado às teses para o V Congresso e servir para a elaboração do novo Programa do Partido.

— 8 —

A democratização do Partido — Creio que somente a democratização do Partido — democratização efetiva e não de palavras — permitirá a nosso movimento sair das dificuldades em que se encontra.

Não tenho dúvida que foram violadas, entre nós, durante todos esses anos de vigência do culto à personalidade, os princípios marxistas-leninistas do Partido. Ainda agora, esses princípios não estão sendo, a meu ver, observados.

Não se trata de um pequeno erro na atividade partidária, mas de um sério desvio ideológico, de violações grosseiras do princípio diretor do Partido: o centralismo democrático. E não sou eu quem o diz, é o próprio C.C. no Projeto de Resolução: "Um excessivo centralismo, a arrogância e a auto-suficiência dos dirigentes, um sistema de mandonismo de cima para baixo, uma disciplina algo militar ao invés de disciplina consciente e voluntária, uma falsa e injusta política de quadros, críticas violentas e intempestivas, que criavam um ambiente de intimidação — predominavam em nossa atividade, caracterizando mesmo a vida do Partido, e levaram ao afastamento muitos quadros e militantes. Tal sistema e tais métodos tolhiam a democracia interna, a liberdade de opinião e de crítica e o desenvolvimento do pensamento criador em todo o Partido".

O centralismo, no Partido, não pode ser ditatorial, mas democrático, isto é, o centro único, dirigente, não pode impor sua vontade ao Partido, mas, pelo contrário, deve subordinar-se à vontade coletiva do Partido, expressar a opinião coletiva do Partido, sistematizá-la e assegurar sua aplicação por todos os organismos partidários. A democracia, no Partido, não pode ser anárquica,

mas uma democracia centralizada — isto é, cada militante ou organismo tem o direito de defender e expressar seus pontos de vista sobre qualquer problema do Partido, sem temor a represálias ou punições, porém, ao mesmo tempo, deve subordinar sua atuação prática às decisões da maioria e observar o princípio da subordinação dos organismos inferiores aos organismos superiores, dentro das normas democráticas que regem, estatutariamente, esta subordinação.

O centro da luta pela democratização e o fortalecimento do Partido reside, a meu ver, no esforço para a correção da anomalia que ainda prevalece nas atividades partidárias quanto às relações entre a democracia interna e o centralismo. Trata-se de restabelecer a base da democracia interna, sacrificada pelo centralismo arrogante, mandonista e auto-suficiente.

Visando à democratização da vida partidária e ao restabelecimento, em sua plenitude, dos princípios do Partido, acho que deveríamos lutar, em conjunto, pelas seguintes medidas imediatas:

1 — **“Linha de massas”** — Adoção como método de direção coletiva da chamada “linha de massas” aplicada, com tanto êxito, pelos camaradas chineses. A orientação do Partido, particularmente em questões fundamentais, não deve ficar somente a cargo de um coletivo de dirigentes: o Secretariado, o Presidium ou mesmo o Comité Central. Sempre que haja condições para isto, e creio que há quase sempre, o coletivo do Partido deve ser ouvido sobre linha política, flexões táticas, eleições, questões orgânicas, etc. Sistematizando essas opiniões, os órgãos dirigentes do Partido poderiam conhecer melhor a realidade, aproveitar-se da sabedoria coletiva do Partido, evitar o subjetivismo em suas decisões, ao mesmo tempo que preparariam o conjunto do Partido para aplicar com rapidez, entusiasmo e espírito de iniciativa as suas resoluções.

2 — Execução de forma imediata das correções de erros que o Projeto de Resolução apontou: a) o Partido deve ser dirigido por organismos que funcionem de modo regular e **coletivo**; b) impedir que as funções do Comité Central continuem sendo, na prática, usurpadas pelo Presidium e pelo Secretariado, assim como as funções dos Comités Regionais, Zonais e Distritais o sejam pelos respectivos Secretariados; c) elaborar e adotar normas que impeçam, efetivamente, o método do excessivo centralismo e cominem penas para os dirigentes (camaradas e organismos) que violarem as regras da democracia interna e cometerem repetidamente atos de mandonismo, de repressão aos que critiquem e de incentivo à prática do culto à personalidade; d) assegurar o livre debate, na imprensa do Partido, dos problemas teóricos e políticos, sob responsabilidade

pessoal; e) assegurar à minoria o direito de manter e defender sua opinião, sem prejuízo do princípio que estabelece o rigoroso cumprimento, por parte da minoria, das resoluções tomadas pela maioria.

3 — Além dessas medidas constantes, em tese, do Projeto de Resolução do Comité Central, algumas outras poderiam desde logo ser postas em execução, tais como: a) aproximar as direções das bases e das massas adotando como orientação que uma parte dos membros dos organismos dirigentes, inclusive do Comité Central, seja ligado à produção, o que implica também num combate ao burocratismo; b) assegurar no mais curto prazo as eleições de baixo para cima em todo o Partido, eliminando a prática das cooptações ou nomeações de cima para baixo; c) garantir o cumprimento do dispositivo estatutário de prestações periódicas de contas de todas as atividades, de cima para baixo, ressalvadas as questões de segurança; d) eliminar as medidas punitivas à base de “delitos” de opinião, partindo da preliminar de que quem deve julgar a todos nós é nosso Partido e que isto breve poderá ser feito no V Congresso; e) encurtar os prazos entre as reuniões plenárias de organismos dirigentes e usar o método de convidar camaradas mais ligados ao trabalho prático dando-lhes o direito de voz; f) estimular o debate, repondo-o nos termos estabelecidos pelo Projeto de Resolução e da orientação traçada na carta de Prestes. A censura deveria limitar-se tão-somente aos problemas da segurança, dos princípios do Partido e à linguagem, respeitada a ética jornalística; g) criar nesta fase pre-congressual de debate um clima democrático capaz de assegurar que os trabalhos do futuro V Congresso se realizem num ambiente diverso daquele em que se processaram os do IV Congresso.

Creio que as sugestões acima propostas contribuirão para desenvolver o espírito de camaradagem entre os comunistas, para estimular a crítica e a autocrítica, para o fortalecimento da unidade e combatividade do Partido, para o reforço e ampliação de nossos efetivos, para a construção de um grande Partido de massas.

* * *

Eis, camaradas, algumas idéias e sugestões que exponho ao debate. Creio que elas — se justamente encaminhadas — poderão criar as condições para a luta e para a vitória da legalidade do Partido e ajudar um pouco o processo revolucionário do nosso povo em busca de um futuro melhor.

Rio, 15 de março de 1957.

Entrevista de Luiz Carlos Prestes

Sobre a situação política e o Govêrno, o movimento nacionalista e a defesa da Unidade do PCB.

O secretário geral do PCB, Luiz Carlos Prestes, concedeu ao jornal "Imprensa Popular", de 21 de julho de 1957, a seguinte entrevista:

PERGUNTA — Que pensa da atual situação política do Brasil e do govêrno do sr. Juscelino Kubitschek?

RESPOSTA — São numerosos os elementos positivos na atual situação política. Eles nos permitem prever novos e maiores êxitos na luta do povo brasileiro pela independência, pelas liberdades e pelo progresso. Citemos apenas a amplitude e a profundidade que ganha no país inteiro a luta em defesa dos interesses nacionais, particularmente em defesa da Petrobrás, e que não pode deixar de ser acompanhada da luta em defesa das liberdades democráticas e do nível de vida dos trabalhadores. Essa luta se manifesta principalmente através da organização do chamado movimento nacionalista que surge, independentemente e acima de divergências políticas e de quaisquer diferenças de classes, como fruto da iniciativa popular e sob as mais variadas formas, e avança inexoravelmente no sentido da unificação em escala nacional. São os mais profundos anseios do povo que começam, assim, a tomar forma. São os grandes ideais de independência econômica do Brasil, de liberdade e progresso que ganham as massas e tendem a transformar-se em força que nada nem ninguém poderá deter.

O que há de negativo, porém, na situação política está na contradição cada vez mais profunda entre esses anseios do povo, que traduzem os supremos interesses nacionais, e a política que vem sendo realizada pelos governantes em geral, mas particularmente pelo govêrno federal. O sr. Juscelino Kubitschek subiu ao poder com amplo apoio popular e dispunha, assim, de tôdas as condições para realizar um govêrno progressista que colocasse o Brasil no pósto que lhe cabe no concôrto das nações que lutam pela coexistência pacífica, pela democracia e pelo progresso. Preferiu, no entanto, tomar o caminho oposto, servir de instrumento aos setores mais reacionários e aos agentes do imperialismo norte-americano. Como não podia deixar de ser, essa política antinacional e antipopular levou-o, em menos de dezoito meses no poder, à difícil situação atual, de desprestígio e crescente impopularidade.

Com a cessão de Fernando de Noroíha aos militaristas ianques, o govêrno do sr. Juscelino Kubitschek colocou-se abertamente a serviço da política guerreira e agressiva do govêrno dos Estados Unidos e, embora ainda vacile, declarando-se partidário da Petrobrás e recuando, como no caso de Capuava, ou cedendo, como vem em geral fazendo, diante da pressão organizada de cada setor social — dos operários que reclamam melhores salários, dos fazendeiros que exigem melhores preços para o café ou para o cacau —, na verdade enleia-se cada vez mais nas tramas do imperialismo norte-americano. Este, porém, faz exigências crescentes e, quando o govêrno não cede, pressiona ainda mais — não desiste de apossar-se das riquezas nacionais, a começar pelo petróleo, e desejaria evidentemente um "govêrno forte", capaz de esmagar o movimento operário e patriótico no país. De outro lado, a experiência comprova que nenhum govêrno pode, na atual situação do mundo e do país, ser insensível às exigências populares e que um poderoso movimento de massas pode derrotar a atual política do sr. Kubitschek, já que este não faz o que quer mas o que pode para servir aos imperialistas e a seus agentes brasileiros.

Isto explica a situação de incerteza, de instabilidade, de desconfiância generalizada, de descontentamento crescente, que atravessa o país e que não pode deixar de ser transitória. Como será ela, porém, superada?

Ao que parece, o sr. Juscelino Kubitschek e outros políticos estreitamente ligados aos círculos mais reacionários e aos monopólios ianques ainda supõem possível vencer as dificuldades do momento através de um acôrdo entre os dirigentes dos partidos políticos. Apelando para uma suposta "pacificação", desejam uma espécie de "união sagrada" contra o povo e os interesses da nação. É evidente, no entanto, que só os políticos mais reacionários e desligados do povo poderão concordar com isto. Não é por acaso que tôdas as tentativas até agora realizadas de semelhante "pacificação" tiveram como consequência mais imediata o aprofundamento das contradições que dividem os partidos políticos e se refletem no seio do próprio govêrno. Trata-se, pois, de uma solução praticamente inviável e que mesmo no caso de um êxito momentâneo só poderia precipitar a crise política no país. Não tem, na ver-

dade, nenhum futuro qualquer governo que não se apóie no povo, que se conserve surdo aos reclamos dos trabalhadores e demais setores progressistas da população e que pretenda realizar uma política antinacional.

Nós, comunistas, pensamos que a solução é outra. Os interesses nacionais reclamam efetivamente o entendimento e a aproximação de todas as correntes e tendências políticas, mas em benefício do povo e em defesa dos supremos interesses da nação. Estamos convencidos de que a unidade dos patriotas e democratas, acima de quaisquer divergências políticas, incluindo representantes de todas as classes sociais — inclusive naturalmente a classe operária e seu partido político, o Partido Comunista do Brasil —, pode conseguir modificações importantes no sentido democrático e progressista da política interna e externa do país. O que o povo brasileiro reclama é uma política externa de paz e entendimento com todos os povos, a denúncia do ajuste indecoroso que permite a transformação de Fernando de Noronha em base militar dos Estados Unidos, é a defesa intransigente da Petrobrás, são medidas efetivas de reforma agrária e contra a carestia da vida, é a proteção da indústria nacional, é a eliminação dos entraves no comércio com todos os países, a garantia, sem discriminações injustas e inconstitucionais das liberdades democráticas.

Dirigimo-nos por isto a todos — líderes e partidos políticos — que queiram lutar por estas e outras reivindicações patrióticas, convidando-os a entendimentos que permitam coesionar em torno de uma plataforma comum os mais amplos setores da população. Estamos prontos a marchar com todos, acima de quaisquer divergências políticas, e a participar de ações comuns e daremos nosso inteiro apoio ao governo que se dispuser a realizar a plataforma comum.

No mundo inteiro são cada vez mais poderosas as forças que lutam pela paz e não há dúvida que é no sentido da preservação da paz e da diminuição da tensão que evolui neste momento a situação internacional. Os belicistas norte-americanos não desistiram, no entanto, de seus planos agressivos e continuam ameaçando a paz mundial. No momento, tudo fazem no sentido de conter e dificultar o movimento emancipador de numerosos povos em luta contra o colonialismo e tratam de reforçar suas posições — econômicas, políticas e militares — em todos os países da América Latina. Com este objetivo, estimulam os golpes de Estado e incitam a instauração de ditaduras militares, através das quais pensam poder intensificar a exploração de nossos povos e a pilhagem das riquezas naturais de nossos países, assim como liquidar suas incipientes

indústrias nacionais. Diante do desprestígio crescente do governo do sr. Juscelino Kubitschek, já se fala em sua possível renúncia ou — o que é pior — em golpes de Estado e em ditaduras salvadoras. É necessário evitar esse perigoso caminho. Sem precisar rasgar a Constituição ou ameaçar o país com uma ditadura militar, é possível conseguir modificações no sentido democrático e progressista da política externa e interna do país. A unidade e a luta da classe operária e demais forças patrióticas, entre elas, dentro do atual governo, o setor nacionalista, cujo representante mais autorizado é, no momento, o general Teixeira Lott, poderão realizar tais modificações.

De qualquer maneira, é indispensável que todos os democratas e patriotas se mantenham vigilantes. Só a força das massas poderá salvaguardar as liberdades democráticas e impedir a instauração de uma ditadura, só as massas na rua poderão defender vitoriosamente o petróleo brasileiro do assalto da Standard Oil e conseguir que abandonem o território pátrio os militaristas ianques.

PERGUNTA — Qual a posição do Partido Comunista do Brasil em face do movimento nacionalista em curso?

RESPOSTA — O que se denomina hoje de movimento nacionalista em nosso país constitui como que o início da cristalização dos anseios patrióticos, democráticos e progressistas de amplos setores da população, incluindo desde operários, camponeses e intelectuais até industriais, comerciantes e fazendeiros.

Esse movimento, que estava em gestação e já se manifestara sob diversas formas, agora, após a entrega de Fernando de Noronha aos militaristas ianques, ganha novo impulso e irradia-se pelo país inteiro, como resposta vigorosa do povo à política antinacional e antipopular do atual governo. Nós, comunistas, que sempre lutamos pela independência econômica do Brasil, pelas liberdades e pelo progresso social, vemos com satisfação que essas idéias ganham os mais vastos setores da população e que agora já é das próprias massas que vem a iniciativa, são as próprias massas que em cada caso tratam de encontrar as justas formas de organização para a luta.

Com diferentes origens e as mais diversas denominações, todos os movimentos nacionalistas que hoje surgem pelo país identificam-se por uma finalidade comum — todos refletem a mesma preocupação de defesa do petróleo brasileiro, dos minerais atômicos e demais riquezas nacionais, ameaçadas de pilhagem pelos monopólios norte-americanos; traduzem os anseios patrióticos e o desejo de paz e de relações amistosas com todos os povos da maioria esmagadora da nação; ex-

primem as aspirações democráticas e progressistas de amplos setores da população.

Os comunistas que lutam pelos interesses dos trabalhadores e apóiam as reivindicações progressistas da burguesia nacional e demais setores da população, participam com entusiasmo do movimento nacionalista, seja qual fôr a forma em que se manifeste, e tudo farão para impulsioná-lo, para transformá-lo em verdadeiro movimento de massas, conseqüente e capaz de alcançar seus nobres e elevados objetivos. Dentro do movimento nacionalista, os comunistas procuram cumprir o seu dever de patriotas e democratas, tudo fazendo para reforçar cada vez mais a unidade em tôrno da plataforma comum, para aproximar as tendências divergentes e para pôr de lado tudo que possa separar e, portanto, enfraquecer a frente única contra os monopólios norte-americanos e seus agentes brasileiros.

O movimento nacionalista é evidentemente um movimento de frente única do qual participam em tôrno de bandeiras patrióticas, democráticas e progressistas pessoas das mais diversas classes sociais e de tôdas as tendências, correntes e partidos políticos. Assim como é falso chamar de comunistas a todos os que lutam em defesa do petróleo brasileiro, como fazem os entreguistas e os jornais da reação, é igualmente errôneo supor que os comunistas possam por motivos de classe ou doutrinários ser contrários ao movimento nacionalista. Como comunistas, somos internacionalistas e inimigos irreconciliáveis do nacionalismo burguês no que tem de exclusivista e reacionário, mas jamais deixamos de apoiar o conteúdo democrático e progressista que tem o nacionalismo nos países economicamente dependentes ou semicoloniais, como o Brasil.

Participando ativamente do movimento nacionalista, dentro dêle mantemo-nos sempre vigilantes contra as tentativas daqueles que ao invés da luta intransigente contra o opressor estrangeiro defenderem a conciliação com os monopólios norte-americanos e quiserem afastar o povo do caminho da luta conseqüente pela independência econômica do Brasil, contra a dominação imperialista e contra o regime político em que esta se apóia.

Não ocultamos jamais as divergências que nos separam da burguesia porque estamos convencidos de que só são fortes os que lutam apoiando-se em interesses reais. No movimento nacionalista, operários e patrões unem-se na luta contra o opressor norte-americano e seus agentes brasileiros, mas é evidente que lutam por interesses de classe que não são os mesmos e com objetivos que não podem deixar de ser diferentes. Tudo que encubra êsses interesses e objetivos só pode enfraquecer os que lutam. Tôda aliança para ser

proveitosa precisa ser leal — devemos ter consciência do que nos une, mas também daquilo que nos separa. Além disto, é ingenuidade supor que a luta em frente única de operários e patrões possa apagar os antagonismos de classe.

Enfim, a nós, comunistas, não nos interessa de forma alguma ocultar os fatos. Não enrolaremos jamais nossa bandeira revolucionária e reclamamos, antes e acima de tudo o direito de dizer a verdade ao povo. Participamos com entusiasmo do movimento nacionalista que ganha o país inteiro, mas sabemos que dentro dêsse movimento marcham ombro a ombro os que defendem o atual regime político e almejam por simples reformas e os que estão convencidos, como nós, comunistas, que para garantir a independência econômica do Brasil e o bem-estar do povo, é indispensável substituir por um novo regime político, efetivamente popular e democrático, o atual regime de latifundiários e grandes capitalistas, em que se apóia a atual dominação do país pelos monopólios norte-americanos. Através da luta contra o jugo imperialista e da livre troca de opiniões, as massas serão ganhas para uma ou outra solução. No momento, o essencial é que nos unamos contra o inimigo comum — o imperialismo norte-americano e seus agentes brasileiros. E está nisto, fundamentalmente, a importância histórica do movimento nacionalista em curso no país.

PERGUNTA — Como está sendo enfrentado o problema da unidade do Partido na atual emergência?

RESPOSTA — Mais uma vez, enfrentamos com êxito, com firmeza e serenidade, a tentativa do inimigo contra a unidade do Partido. Um grupo divisionista, embora tenha conseguido durante algum tempo utilizar-se dos principais órgãos da imprensa do Partido para difundir suas opiniões contra a linha do Partido e para atacar a direção do Partido, não pôde enganar como desejava os militantes do Partido, chocou-se com o invencível sentido de unidade, essência do amor ao Partido e do espírito de Partido que, como comprovam os fatos, já estão fortemente enraizados em nossas fileiras.

Após seis meses de debate público, o sr. Agildo Barata convenceu-se de que não poderia impor suas opiniões ao Partido, viu-se completamente só no Comité Central e como não queria submeter-se democraticamente à decisão da maioria, por mais que encha a bôca com democratização do Partido, preferiu tomar pelo caminho da deserção e emprestar seu nome para servir de bandeira a um grupo divisionista. Renega, assim, o seu passado de revolucionário e por mais que se diga nacionalista e disposto a prosseguir na luta pela independência e pelo progresso do Brasil,

coloca-se de fato com os seus ataques ao Partido Comunista ao lado dos inimigos de nosso povo. Quem assim procede não pode ter por objetivo a realização da unidade patriótica e democrática do povo, por mais que diga ser êste o seu objetivo. Todos os verdadeiros patriotas sabem que na luta contra a dominação imperialista, pela independência econômica do Brasil e pelo bem-estar do povo é indispensável a participação da classe operária e do seu partido político — o Partido Comunista do Brasil — na frente única patriótica e democrática. Não se pode ser por essa frente única quando se procura quebrar a unidade do Partido Comunista, quando se faz uma vergonhosa campanha de insultos e calúnias contra o partido político da classe operária e seu Comitê Central.

Não deixa de ser melancólico ver um homem com o passado revolucionário do sr. Agildo Barata, cego certamente pela vaidade e por um exagerado personalismo, enveredar pelo caminho de um Pena Boto qualquer. Chamar-me e a outros dirigentes comunistas de "agentes de Moscou", como faz agora o sr. Barata, não passa de uma asneira, que não tem mesmo o mérito da originalidade. Isto foi sempre dito por todos os que desertaram da luta revolucionária e é diariamente repetido pela imprensa reacionária. O patriotismo dos comunistas está muito acima de quaisquer calúnias, de todos os insultos policiais, tem sido comprovado diariamente nos 35 anos de vida do Partido, pela dedicação e espírito de sacrifício de seus militantes. Não por acaso, contra o Partido Comunista sempre foi concentrado todo o peso da reação policial de um regime a serviço dos monopólios norte-americanos e seus agentes brasileiros.

Como um dos dirigentes do Partido, reconheço que não fizemos os necessários esforços no sentido de conseguir que o sr. Barata durante os 12 anos em que permaneceu em nossas fileiras assimilasse a ideologia da classe operária. Mas, de outro lado, os fatos mais recentes mostram que êle nas fileiras do Partido sempre tratou de ocultar hábilmente seus próprios pensamentos. Como confessa agora perante a justiça das classes dominantes, jamais concordou com o Programa do Partido, embora da tribuna do IV Congresso do Partido tivesse declarado, conforme consta em "Problemas", n.º 64, página 305, o seguinte: "De posse do Programa e dos Estatutos, sob a direção de nosso experimentado C.C., com os olhos fitos nos exemplos gloriosos do valoroso Partido Comunista da União Soviética e sob a direção de nosso querido camarada Prestes, marchemos para a derrubada do governo de latifundiários e grandes capitalistas ligados ao imperialismo norte-americano e para a conquista de um go-

vêrno democrático de libertação nacional, sob a bandeira de nosso Programa, programa de salvação nacional e da felicidade de nosso povo". Quando terá o sr. Agildo Barata falado a verdade? Em 1954, no Congresso do Partido ou agora perante o juiz que o processa criminalmente? Não há dúvida que qualquer que seja a resposta será ela incompatível com a dignidade de um homem com o passado revolucionário do sr. Barata. Será, na melhor das hipóteses, a resposta de um renegado.

Sobre isto não deixarão certamente de meditar os militantes honestos que foram iludidos e envolvidos pelo sr. Barata e demais participantes do grupo divisionista. Êstes violaram deliberadamente e com a intenção de causar dano ao Partido a disciplina partidária, mas diversos militantes foram envolvidos pela atividade fracionista por mera incompreensão a respeito do que seja a disciplina do Partido. É necessário insistir que a disciplina do Partido consiste na submissão do membro do Partido à organização do Partido; em segundo lugar, na submissão da minoria à maioria; em terceiro lugar, na submissão das instâncias inferiores às superiores; e em quarto lugar, na submissão de todo o Partido ao Comitê Central. Evidentemente, a disciplina férrea nas fileiras do Partido pressupõe, além da subordinação consciente e voluntária, a crítica e a livre luta de opiniões dentro do Partido. Estamos certos de que, à medida que isto fôr sendo melhor compreendido, muitos dos camaradas que se deixaram envolver pelo grupo divisionista avaliarão o erro cometido e saberão encontrar o caminho da volta às fileiras partidárias, onde serão recebidos como camaradas que se equivocaram, mas portadores de uma nova experiência pessoal que os ajudará a contribuir de maneira nova no fortalecimento do Partido e na efetiva correção de nossos erros.

Enfim, tudo indica que a luta que agora travamos contra o grupo divisionista, que tem como figura de proa o sr. Agildo Barata, ao invés de enfraquecer o Partido, como desejavam e esperavam os inimigos da classe operária e do nosso povo, consolidará a unidade de nossas fileiras, ajudará a ampliar a luta pela democracia interna, reforçará a disciplina partidária, estimulará a educação política e ideológica dos quadros e militantes do Partido e muito contribuirá para acelerar a luta pela correção dos maus métodos de direção que aplicávamos e pela abolição do sectarismo e do dogmatismo em nossas fileiras. Partindo sempre do desejo de salvaguardar a unidade do Partido, cabe a cada comunista lutar infatigavelmente contra os defeitos na atividade partidária, contra o arbítrio e o mandonismo dos dirigentes, contra qualquer discrimi-

nação por motivo de divergências de opinião, exigir o respeito aos Estatutos do Partido, propugnar pelo desenvolvimento da democracia interna e pela prática efetiva da direção coletiva, visando com isto chegar através da crítica a uma nova unidade em nova base. Em nosso Partido não há dirigentes vitalícios e, dentro das regras estatutárias, cabe ao Partido, sempre que julgar necessário, substituir aqueles dirigentes que, pelos erros cometidos ou pela incapacidade de compreenderem as mudanças havidas na situação, não mereçam mais a confiança do Partido. O que não é admissível é, a pretexto de corrigir erros, tentar desacreditar os comunistas e o comunismo, ou preconizar a liquidação do Partido. E tentar contra a unidade do Partido é tentar contra o próprio Partido.

Em apoio desta tese aí está a resolução do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética contra a atividade fracionista de ve-

lhos e conhecidos membros do Partido como Molotov, Malenkov e Kaganovitch. Esses exemplos de firmeza dados pelo Partido Comunista da União Soviética, quando se trata da defesa do Partido e de sua unidade, não pode deixar de ser aplaudido pelos comunistas do Brasil. Se na União Soviética é um grupo sectário e dogmático que tenta dividir o Partido, no Brasil o crime contra o Partido não é menor porque os que tentam contra sua unidade são oportunistas e revisionistas que dizem lutar contra o sectarismo e o dogmatismo. Em nosso Partido foram efetivamente cometidos erros de caráter sectário e dogmático, como já foi reconhecido pelo Comité Central em documento público, mas a luta contra o dogmatismo nada tem de comum com a tolerância com o revisionismo ou com a aceitação de uma interpretação oportunista das decisões do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e não pode de forma alguma justificar ataques à unidade do Partido.

Para onde vai o Governo?

(Continuação da pág. 10)

das grandes massas, de um partido do proletariado, capaz de aglutiná-las, de liderá-las, de afastá-las dos demagogos e falsos nacionalistas, de indicá-lhes o rumo da independência nacional, da luta antiimperialista e da solução dos grandes problemas brasileiros. Esse Partido, se existisse, seria capaz de dar ao governo o apoio, a força de que ele necessita para derrotar o entreguismo e os seus agentes.

Hoje, que a idéia nacionalista está a caminho de se apoderar das massas e transformar-se em força, o rumo do Governo está claro e iluminado. Mas ele não o tomará espontaneamente, porque esse nacionalismo é ainda uma idéia esparsa, dividida em grupos de vários líderes e várias cores. Entretanto, esse nacionalismo somente poderá sobreviver, vencer, conduzir, ou melhor, arrastar o Governo para o rumo certo, se organizado e impulsionado por um partido do proletariado, que leve a idéia nacionalista às grandes massas não só das cidades mas também do campo: um Partido Comunista.

A China, a Índia a Indonésia, a Argélia e tantos outros países onde se lutou e ainda se

luta pela independência nacional, são um exemplo vivo do papel dos Partidos Comunistas.

Históricamente, esse papel caberia ao Partido Comunista do Brasil, mas há pelo menos cinco anos que ele deixou de existir como força política nacional, menos por culpa da repressão policial que pelo peso dos seus próprios erros.

Nessa encruzilhada decisiva da História do Brasil, a necessidade da presença de um Partido Comunista é vital não somente para o proletariado, mas para a própria burguesia nacional, cuja sobrevivência está dependendo de que sejam derrotados os instrumentos dos trustes estrangeiros e a influência do imperialismo em nosso país.

Assim, quando perguntamos para onde vai o Governo, só o Partido Comunista do Brasil poderia nos dar a resposta. Mas esse partido na prática não mais existe.

Desse modo, pesa nessa emergência uma responsabilidade tremenda nos ombros dos comunistas brasileiros, reerguer o movimento comunista no Brasil ou depurando o que ainda resta do PCB atual, que já demonstrou não estar à altura da tarefa histórica que lhe é destinada, ou fundando outro. Não há terceiro caminho.

DOCUMENTOS INTERNACIONAIS

DISSOLUÇÃO DA INTERNACIONAL COMUNISTA

I

O PRESIDÍUM DO C.E. DA INTERNACIONAL COMUNISTA PROPÕE A TODOS OS PARTIDOS A DISSOLUÇÃO DA I.C.

Primeiro: O papel histórico da Internacional Comunista, fundada em 1919 em conseqüência do fracasso político da esmagadora maioria dos velhos partidos operários de anteguerra, consistiu em defender a doutrina do marxismo contra sua degradação e falsificação pelos elementos oportunistas do movimento operário; em haver contribuído para agrupar, numa série de países, a vanguarda dos operários avançados em autênticos partidos operários; em ajudá-los a mobilizar as massas de trabalhadores para defender seus interesses econômicos e políticos, para lutar contra o fascismo e contra a guerra que este preparava, assim como para apoiar a União Soviética como o baluarte fundamental contra o fascismo. A Internacional Comunista desmascarou oportunamente o verdadeiro significado do "pacto anti-komintern" como instrumento de preparação da guerra pelos hitleristas. Desmascarou infatigavelmente, muito antes da guerra, o trabalho de sapa dos hitleristas nos Estados estrangeiros, trabalho mascarado sob campanha contra uma pretensa ingerência da Internacional Comunista nos assuntos internos desses Estados.

Mas já muito antes da guerra era cada vez mais patente que à medida em que se complicava a situação de cada país, tanto interna como internacionalmente, a solução dos problemas do movimento operário de cada país, emanada de qualquer centro internacional, encontrava dificuldades insuperáveis.

A profunda diversidade de caminhos históricos no desenvolvimento dos diferentes países do mundo, como o caráter diverso e inclusive contraditório de seus regimes sociais, a diferença de nível e de ritmo de seu desenvolvimento social e político, e finalmente a diversidade de grau de consciência e de organização dos operários, impuseram também tarefas diferentes à classe operária dos diversos países.

Segundo: toda a marcha dos acontecimentos durante o último quarto de século, assim como a experiência acumulada pela Internacional Comunista, demonstraram de modo convincente que a forma de organização para agrupar os operários, escolhida pelo Primeiro Congresso da Internacional Comunista — forma que correspondia às necessidades do período inicial do renascimento do movimento operário — ia caducando à medida que se desenvolvia este movi-

mento e devido à complexidade de suas tarefas em diferentes países, chegando inclusive a ser um obstáculo para o fortalecimento ulterior dos partidos operários nacionais.

A guerra mundial desencadeada pelos hitleristas aprofundou ainda mais a diferença na situação dos diversos países, abrindo profunda linha divisória entre os países portadores da tirania hitlerista e os povos amantes da liberdade agrupados na poderosa coalizão antihitlerista. Enquanto que nos países do bloco hitlerista a tarefa fundamental dos operários, dos trabalhadores e de todas as pessoas honradas, consiste em contribuir por todos os meios para a derrota desse bloco, socavando de dentro a máquina de guerra hitlerista, coadjuvando para a derrocada dos governos culpados pela guerra, nos países da coalizão antihitlerista o dever sagrado das amplas massas populares, e sobretudo o dever dos operários de vanguarda, consiste em apoiar por todos os meios os esforços militares dos governos desses países, para o mais rápido aniquilamento do bloco hitlerista e para garantir a amizade recíproca das nações na base da igualdade de direitos. Não se deve perder de vista tampouco que os diferentes países componentes da coalizão antihitlerista também têm suas tarefas específicas. Assim, por exemplo, nos países ocupados pelos hitleristas, países que perderam sua independência estatal, a tarefa fundamental dos operários avançados consiste em desenvolver a luta armada até transformá-la em guerra nacional de libertação contra a Alemanha hitlerista.

Terceiro: Ao mesmo tempo, a guerra libertadora dos povos amantes da liberdade contra a tirania hitlerista, ao pôr em movimento as mais amplas massas populares — que se unem, sem distinção de partidos e crenças religiosas, na poderosa coalizão antihitlerista — evidenciou com toda a clareza que o surto do movimento geral nacional e a mobilização das massas para acelerar a vitória sobre o inimigo, podem ser realizados de modo melhor e mais fecundo pela vanguarda do movimento operário de cada país, dentro do marco de cada Estado.

O Sétimo Congresso da Internacional Comunista celebrado em 1935, levando em conta as transformações produzidas tanto na situação internacional como no movimento operário — transformações que exigem grande mobilidade de autonomia das Seções para resolver as tarefas colocadas diante delas sublinhou já a necessidade de que o Comitê Executivo da Internacional Comunista, ao solucionar todos os problemas do movimento operário, "se baseasse nas condições

e particularidades concretas de cada país, evitando, como regra geral, imiscuir-se diretamente nos assuntos orgânicos internos dos partidos comunistas”.

Essas mesmas considerações foram as que moveram a Internacional Comunista a aprovar, uma vez conhecida, a resolução adotada pelo Partido Comunista dos Estados Unidos, em novembro de 1940, sobre sua saída das fileiras da Internacional Comunista.

Os comunistas, guiados pela doutrina dos fundadores do marxismo-leninismo, nunca foram partidários de conservar as formas caducas de organização; sempre subordinaram as formas de organização do movimento operário e os métodos de trabalho dessa organização aos interesses políticos vitais do movimento operário em seu conjunto, às peculiaridades da situação histórica concreta e às tarefas que emanam diretamente dessa situação.

Quarto: Os comunistas recordam o exemplo do grande Marx, que aglutinou os operários de vanguarda na Associação Internacional de Trabalhadores, e depois, quando a Primeira Internacional havia cumprido sua missão histórica, estabelecendo os alicerces para a edificação dos partidos operários nos países da Europa e da América, e uma vez amadurecida a necessidade de criar partidos operários nacionais de massas, procedeu à dissolução da Primeira Internacional, pôsto que esta forma de organização já não correspondia àquela necessidade.

Partindo das considerações citadas, e tendo em conta o crescimento e a maturidade política dos diversos países, e considerando, além disso, que durante a guerra atual uma série de Seções levantou a questão de dissolver a Internacional Comunista como centro operário dirigente do movimento internacional, o Presidium do Comitê Executivo da Internacional Comunista, impossibilitado de convocar, em consequência da guerra mundial, um Congresso da Internacional Comunista, se permite submeter à aprovação das Seções da Internacional, a seguinte proposta:

Dissolver a Internacional Comunista como centro dirigente do movimento operário internacional, libertar as Seções da Internacional Comunista das obrigações derivadas dos estatutos e resoluções dos congressos da Internacional Comunista.

O Presidium do Comitê Executivo da Internacional Comunista exorta todos os partidos comunistas a concentrarem suas forças para apoiar por todos os meios — e dela participarem ativamente — a guerra libertadora dos povos e Estados da coalizão antihitlerista, a fim de acelerar a derrota do inimigo mortal dos trabalhadores, o fascismo alemão, seus aliados e vassallos.

OS MEMBROS DO PRESIDÍUM DO COMITÊ EXECUTIVO DA INTERNACIONAL COMUNISTA: — DIMITROV, ÉRCOLI (*), FLORIN, GOTTWALD, KOLAROV, KOPLENIG, KUUSINEN, MANUÍLSKI, MARTY, PIECK, JDANOV E THOREZ.

A esta resolução aderiram os seguintes representantes de partidos comunistas: BIANCO (Itália); DOLORES IBARRURI (Espanha); LEHTINEN (Finlândia); PAUKER (Romênia); RAKOSI (Hungria).

Moscú, 15 de maio de 1943.

II

RESOLUÇÃO DO PRESIDÍUM DO COMITÊ EXECUTIVO DA INTERNACIONAL COMUNISTA

Em sua última sessão, de 8 de junho de 1943, o Presidium do Comitê Executivo da Internacional Comunista analisou as decisões recebidas de suas Seções, a respeito da resolução de 15 de maio de 1943 sobre dissolução da Internacional Comunista, e comprovou: 1.º) Que a proposta de dissolver a Internacional Comunista foi aprovada pelos partidos comunistas da Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, Bulgária e Canadá, pelo Partido Socialista Unificado da Catalunha, pelo Partido Comunista da Colômbia, pela União Revolucionária Comunista de Cuba, pelos partidos comunistas da Tchecoslováquia, Chile, China, Espanha, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Hungria, Irlanda, Itália, México, Partido Operário da Polônia, partidos comunistas do Uruguai, Iugoslávia e pela Internacional Juvenil Comunista, filiada à Internacional Comunista com direitos de Seção; 2.º) Que de nenhuma das Seções da Internacional Comunista foi recebida qualquer objeção à proposta do Presidium do Comitê Executivo.

Considerando tudo isto, o Presidium do Comitê Executivo da Internacional Comunista resolve: Primeiro — Declarar que a proposta de dissolver a Internacional Comunista foi aprovada por unanimidade pelas Seções da Internacional Comunista que tiveram possibilidade de comunicar suas decisões, entre as quais se encontram tôdas as Seções mais importantes.

Segundo — Considerar que a partir de 10 de junho de 1943 ficam dissolvidos o Comitê Executivo da Internacional Comunista, o Presidium e o Secretariado do Comitê Executivo e a Comissão Internacional de Contrôlo.

Terceiro — Designar uma comissão composta por Dimitrov, presidente; Ércoli, ManuÍlski e Pieck, para levar à prática a liquidação dos assuntos pendentes relacionados com os organismos, os serviços e os bens da Internacional Comunista.

(*) Nom de guerra de Palmiro Togliatti. (N da R).

COMUNICADO SOBRE A CESSAÇÃO DA ATIVIDADE DO BUREAU DE INFORMAÇÃO DOS PARTIDOS COMUNISTAS E OPERÁRIOS

A fundação do Bureau de Informação dos Partidos Comunistas e Operários em 1947 desempenhou um papel positivo para eliminar a dissociação que havia surgido entre os Partidos Comunistas depois da dissolução da Internacional Comunista; constituiu importante fator para o fortalecimento do internacionalismo proletário nas fileiras do movimento comunista internacional e para o desenvolvimento da coesão da classe operária e de todos os trabalhadores na luta por uma paz duradoura, pela democracia e pelo socialismo. O Bureau de Informação e seu órgão de imprensa, o periódico "Por uma paz duradoura, por uma democracia popular!", desempenharam um papel positivo no desenvolvimento e fortalecimento dos vínculos fraternais e no intercâmbio de experiências entre os Partidos Comunistas e Operários, no esclarecimento dos problemas da teoria marxista-leninista em função das condições concretas dos diferentes países e no esclarecimento das experiências do movimento comunista e operário internacional. Isso contribuiu para o robustecimento ideológico, orgânico e político dos Partidos irmãos, para a consolidação da influência dos Partidos Comunistas entre as massas.

Ao mesmo tempo, as transformações operadas durante os últimos anos na situação internacional — o socialismo ultrapassou os limites de um só país e se converteu em sistema mundial; formou-se uma vasta "zona de paz" que inclui Estados pacíficos, socialistas e não socialistas, da Europa e da Ásia; cresceram e se fortaleceram muitos Partidos Comunistas nos países capitalistas, dependentes e coloniais e se intensificou sua atividade na luta contra o perigo de guerra e contra a reação, pela paz, pelos interesses vitais dos trabalhadores e pela independência nacional de seus países; finalmente, na atualidade se impõe com singular vigor a tarefa de liquidar a divisão do movimento operário e de reforçar a unidade da classe operária para lutar com êxito pela paz e pelo socialismo — criaram novas condições para a atividade dos Partidos Comunistas e Operários. O Bureau de Informação dos Partidos Comunistas e Operários já não corresponde a estas novas condições, nem por sua composição nem pelo conteúdo de sua atividade.

Os Comitês Centrais dos Partidos Comunistas e Operários integrantes do Bureau de Informação, depois de trocarem opiniões sobre os problemas da atividade deste, consideraram que o Bureau de Informação que fundaram em 1947 esgotou suas funções, em vista do que tomaram de comum

acôrdo a decisão de fazer cessar a atividade do Bureau de Informação dos Partidos Comunistas e Operários e a publicação de seu órgão, o periódico "Por uma paz duradoura, por uma democracia popular!".

Os Comitês Centrais dos Partidos Comunistas e Operários que constituíam o Bureau de Informação consideraram que cada partido ou grupo de partidos, na luta pelos interesses da classe operária, pela causa da paz, da democracia e do socialismo, desenvolvendo sua atividade de acôrdo com os objetivos e as tarefas comuns dos partidos marxistas-leninistas e com as particularidades nacionais e as condições de seus respectivos países, encontrarão novas formas úteis para estabelecer vínculos e contactos entre si. É indubitável que, daqui por diante, os Partidos Comunistas e Operários também trocarão opiniões, segundo seu critério e levando em conta as condições concretas de sua atividade, acerca dos problemas comuns da luta pela paz, pela democracia e pelo socialismo, da defesa dos interesses da classe operária e de todos os trabalhadores, da mobilização das massas populares para a luta contra o perigo de guerra e, ao mesmo tempo, examinarão as questões da colaboração com os partidos e tendências que se orientam para o socialismo, assim como com outras organizações que aspiram a consolidar a paz e a democracia. Tudo isto fortalecerá mais ainda o espírito de mútua colaboração entre os Partidos Comunistas e Operários na base dos princípios do internacionalismo proletário e estreitará os vínculos fraternais entre eles, no interesse da causa da paz, da democracia e do socialismo.

- O Comitê Central do Partido Comunista da Bulgária*
- O Comitê Central do Partido Húngaro dos Trabalhadores*
- O Comitê Central do Partido Comunista Italiano*
- O Comitê Central do Partido Operário Unificado Polonês*
- O Comitê Central do Partido Operário Rumeno*
- O Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética*
- O Comitê Central do Partido Comunista da Tchecoslováquia*
- O Comitê Central do Partido Comunista Francês*

17 de abril de 1956.

Notas e Comentários

A CRISE NO SEIO DO P.C.B.

Já antes das revelações do XX Congresso do P.C.U.S. se vinham manifestando sinais de uma crise no movimento comunista, no Brasil, especialmente no seio do P.C.B. A um observador mais acurado não podiam passar inadvertidas certas contradições que se apresentavam, dia a dia mais nítidas, no ideário e na atividade prática daquela organização, por força do caráter dogmático e subjetivista de duas concepções fundamentais sobre a realidade brasileira, o caráter da luta revolucionária e o papel de destacamento de vanguarda de que se julgava investido. O divórcio entre a vida real, entre os verdadeiros processos que ocorrem na sociedade brasileira e o programa da partida vinha obrigando a este, sob pena de perder toda capacidade de ação, a adotar posições políticas e táticas em flagrante contradição com o Programa. Isso se tornou particularmente claro com a crise de 24 de agosto de 1954, quando o P.C.B., pilhado em flagrante dissonância com os grandes acontecimentos em curso, foi obrigado a adotar uma tática que contrariava a linha seguida até então e decorrente do chamado "programa de salvação nacional". Essa contradição só fez acentuar-se ainda mais no período subsequente (campanha eleitoral, luta antigolpe, etc.), quando a direção comunista se viu obrigada a expender complicados raciocínios para enquadrar suas posições e perspectivas nos limites daquele programa, terminando por admitir a possibilidade prática de vir a apoiar com todas as forças a um governo que, dentro de seus esquemas, teria de ser forçosamente o "governo de traição

nacional", "governo de latifundiários e grandes capitalistas" submisso ao imperialismo norte-americano.

Por outro lado, a crescente importância da luta antientreguista e nacionalista e seu poder mobilizador vinham obrigando o P.C.B. a apoiá-la e mesmo a tentar formular e a apoiar soluções construtivas para alguns problemas, como é o caso do petróleo. Na prática, os comunistas passaram a lutar ombro a ombro com aqueles que tachavam de nacional-reformistas e a falar a mesma linguagem que estes, embora, segundo seu esquema estratégico, o golpe principal da revolução devesse ser dirigido precisamente contra o nacional-reformismo.

Não obstante todas essas "flexões táticas", apresentadas formalmente como criações e desenvolvimentos do "programa científico", mas, em verdade, frontalmente contrárias ao seu conteúdo, o P.C.B. não conseguiu se colocar em consonância com a realidade nem eliminar as fontes de sua fraqueza. Eram ajustamentos forçados, mas que jamais poderiam sanar os efeitos de uma política baseada em concepções dogmáticas e antimarxistas e em práticas inadequadas, decorrentes daquelas concepções. Assim, é preciso ajuntar outros elementos da crise que vinha minando o P.C.B.: sua incapacidade de elaborar problemas práticos nacionais e regionais e de dar-lhes solução; a redução contínua de seus efetivos, não obstante o relativo e temporário êxito das campanhas de recrutamento; a tiragem minguaíssima dos jornais que lhe serviam de porta-vozes; sua incapacidade de dirigir politicamente

massas trabalhadoras, mesmo quando lograva liderá-las no terreno das lutas sindicais, etc. Enfim, as idéias do P.C.B., sua subordinação estrita às posições do P.C.U.S., seus métodos de trabalho e de organização mandonistas e sectários, tanto dentro de suas fileiras como no trabalho com as massas, sua impotência no conhecer e elaborar os problemas econômicos, sociais e políticos de interesse das massas, tudo isso fazia com que a organização aparecesse aos olhos de muitos como uma entidade estranha à sociedade e à vida política brasileiras, embora respeitável por sua abnegação e resistência às perseguições policiais.

As teses veiculadas no XX Congresso e, particularmente, as terríveis revelações do informe secreto de Khrushchiov, divulgado em meados de 1956, fizeram com que todas essas questões se colocassem com maior destaque diante dos militantes, que passaram a encarar tais problemas com um novo e mais exigente espírito crítico. A denúncia do chamado "culto à personalidade" provocou o surgimento da consciência mais ou menos generalizada entre os comunistas de que os erros observados na atuação do partido seus fracassos e insucessos e o pouco ou nenhum rendimento dos esforços abnegados de seus membros para corrigir as debilidades da organização tudo isso não ocorria por acaso ou por obra e graça tão-somente das características negativas dos militantes. Muitos começaram a indagar se toda essa avalanche de erros acumulados não teria raízes mais profundas e se não se impunha, a essa altura, um reexame de todas as idéias e práticas correntes no P.C.B.,

inclusive de seu programa e de sua forma de organização.

Neste ponto, precisamente, residiu a causa da primeira e informal divisão no seio dos círculos dirigentes, especialmente dentro do C.C., após a chegada da delegação que assistira aos trabalhos do XX Congresso: alguns militantes e dirigentes acharam que se deveria imprimir um novo curso à vida do P.C.B. e que, para tanto, era necessário reexaminar tudo ou quase tudo com novos olhos, mais críticos, mais atentos à realidade e desanuviados das concepções dogmáticas importadas do P.C.U.S.; outros, pelo contrário, julgaram precipitadas e prejudiciais tais mudanças, que se estava exagerando a extensão dos males, que cabia esperar pelo que diriam e fariam os partidos maiores, especialmente o P.C.U.S., que era preciso pôr-se em guarda, antes de tudo, contra o revisionismo. Tratava-se, segundo êsses elementos, tão-somente de corrigir alguns erros, de acabar com o culto da personalidade e adotar métodos de persuasão no trabalho, sem exteriorizações mandonistas. Quanto ao programa — segundo os mesmos elementos estaria de pé, considerado absolutamente certo “em sua essência”.

A existência dessas duas posições dentro do C.C. não levou a uma divisão caracterizada mas, ao cabo de duas reuniões plenárias, predominou a tendência a um novo curso, expressa, ainda que timidamente, no Projeto de Resolução divulgado em outubro de 1956. No seio da massa dos militantes êste documento despertou a esperança de que “as coisas iriam mudar”; o grosso dos comunistas encarou-o como uma vitória da tendência democratizante que iria, mercê do livre debate através da imprensa, levar à busca de novos rumos para o movimento, mais justos e mais adequados à

realidade brasileira. Aliás, o anseio dos militantes por mudanças foi um dos fatores a influir na própria adoção do Projeto de Resolução e na abertura oficial dos debates, de que é exemplo típico a decisão adotada por conta própria para redação do órgão central no sentido de abrir uma “discussão que estava em tôdas as cabeças”, decisão que levava em conta, por um lado, as vacilações do núcleo dirigente e, por outro, as aspirações dos militantes.

Não se conformaram, entretanto, os elementos partidários da manutenção, no fundamental, do antigo estado de coisas (que chamaremos de conservadores). Estimulados pela carta de Prestes ao C.C., na qual o chefe pecebista procura restringir e limitar os debates, os membros do chamado Presidium do P.C.B. começam a agir, ainda que com prudência e por meios indiretos, no sentido de impedir que tenha validade prática a orientação decorrente do Projeto de Resolução. Dão-se conta de que teriam “ido longe demais” e de que as radicais transformações no movimento comunista mundial entrevistas nos primeiros momentos após a divulgação do relatório de Kruschiov (opiniões de Togliatti, etc.) não se vinham processando, pelo menos no ritmo previsto. Verificaram que muitos partidos, e especialmente a direção do P.C.U.S., interpretavam as mudanças de uma maneira muito mais conservadora do que o fizeram os autores do referido Projeto de Resolução e mesmo promoviam voltas-atrás em relação a posições assumidas ainda ao calor da denúncia de Kruschiov. O documento democratizante do C.C. foi sendo sub-repticiamente enterrado enquanto que, à base da orientação traçada na carta de Prestes, os debates foram sendo freados e deformados. Outras

medidas iam sendo tomadas, aqui e ali, visando conservar o mais possível as posições do “núcleo dirigente” em meio ao “vendaval” desencadeado e tendo em vista isolar e reduzir à impotência os elementos que mais se haviam distinguido na crítica às antigas concepções e práticas.

Essa tendência a anular o novo curso aberto com o Projeto de Resolução se acentuou e se reforçou muito mais ainda com a chegada de elementos dirigentes que se encontravam no estrangeiro, portadores da “estranheza” e da “estupefação” do “irmão maior” (o P.C.U.S.) e das direções conservadoras de outros partidos europeus diante da situação criada no P.C. brasileiro, com a “anarquia e o excessivo liberalismo” dos debates. O Projeto de Resolução passou a ser considerado um documento “menchevique” e criticada a vacilação e a passividade dos dirigentes que consentiram nêle. As próprias manifestações de dirigentes contrárias ao novo curso, como os artigos de Carlos Marighela e João Amazonas, foram apontados como documentos tímidos, defensivos ou gerais, de todo insuficientes para enfrentar a onda de renovação, considerada de fundo revisionista e antipartidário.

O “núcleo dirigente” passou então às medidas administrativas e de hostilidade contra os partidários conseqüentes do Projeto de Resolução e contra os “abridistas” em geral. (Os termos **fechadista** e **abridista** surgiram para denominar aos partidários da abertura dos debates livres e públicos e aos seus adversários, os **fechadistas**.)

A medida em que foi sendo percebida a resistência do “núcleo dirigente” à renovação do partido e seu empenho em restaurar o antigo estado de coisas sob novas roupagens, foram

igualmente crescendo a combatividade e a decisão dos numerosos elementos resolvidos a trilhar um novo caminho. A luta foi-se radicalizando ainda mais e aprofundando-se o fôssô criado entre as duas correntes. Militantes e grupos, aqui e ali, começaram a responder às violações da orientação traçada no Projeto de Resolução com uma ação mais tenaz, decidida e abertamente contrária à atuação do "núcleo dirigente". Começaram a surgir e a se cristalizar os focos de renovação: dentro do P.C., representado por Agildo Barata, às vezes acompanhado de outros; nas redações dos órgãos centrais, nos organismos auxiliares do C.C., especialmente a Comissão de Finanças, no seio do C.R. Rio e de outros C.R. Em São Paulo, dentro da própria direção do C.R. Piratininga surgiu um grupo renovador, encabeçado por Garibaldi e Evaldo, logo acompanhados por quase toda a intelectualidade, e, paulatinamente, pelo grosso dos quadros operários intermediários e de base. No Rio Grande do Sul, um grupo de algumas dezenas pronunciou-se coletivamente contra a volta ao passado. Comitês Regionais, por sua maioria esmagadora, tomaram posições contrárias à da direção central, como ocorreu nos C.R. do Ceará e de Bahia. A maioria maciça dos comunistas militando na U.J.C. passou a resistir ao conservadorismo e insistir na busca de novos rumos.

Todo esse processo de rebelião foi-se agravando mais e mais com a adoção, pelo "núcleo dirigente", de medidas punitivas abertas e providências claramente hostis contra os que se negavam a cessar a luta pela demolição das velhas concepções e pela renovação do partido e de todo o movimento operário e progressista no país, com a campanha em prol da

desmoralização e o isolamento de Agildo e outros elementos destacados; alijamento da maioria da redação do jornal diário por meio de uma "demonstração de força"; destituição de toda a equipe do jornal semanário; intervenção em numerosos organismos e afastamento de seus componentes, como sucedeu com a Secção de Agitação e Propaganda, a Secção do Trabalho de Massas, a Secção Sindical e outros; afastamento e congelamento de dirigentes dos organismos regionais; mudanças de direções, etc. Toda essa atividade punitiva, realizada inclusive por cima das normas estatutárias, culminou com a reunião do C.C. de abril de 1957 e a adoção da chamada **Resolução Sobre a Unidade**, na qual, oficialmente, foi consagrada pela maioria do C.C. a política conservadora seguida pelo "núcleo dirigente" e assestado um golpe definitivo nas pretensões dos que imaginavam, através do livre jôgo de opiniões dentro do partido, modificar os seus rumos. Os debates públicos foram encerrados (já antes inúmeros companheiros não mais podiam participar dos mesmos), os elementos afastados de seus postos colocados diante da alternativa de ou "reconhecer os seus erros", isto é, renunciar às suas opiniões e submeter-se à direção, ou condenar-se à passividade e ao mutismo.

Em consequência das medidas drásticas da direção do P.C.B., o chamado movimento renovador extravasou os limites da organização (muitos elementos se afastaram do P.C.B., rompendo, assim, o nó górdio daquele falso dilema colocado pela **Resolução Sobre a Unidade** adotada pelo C.C.), começou a se coordenar mais sistematicamente tanto em escala local como em escala nacional. Grupos renovadores se ligaram entre si no Rio, em São Paulo, no R.G.

do Sul, na Bahia, no Ceará, em Minas e outros Estados. Numerosos elementos participaram de reuniões consultivas locais e uma reunião consultiva nacional foi organizada em São Paulo, onde foram discutidos largamente as posições políticas dos comunistas, o futuro do movimento socialista, a luta nacionalista no país e as perspectivas de organização da corrente renovadora.

Em consequência dessa atividade coordenadora dos elementos renovadores, aprofundaram-se ainda mais as cisões e defecções no seio do P.C.B. Dêle se afastaram publicamente inúmeros dirigentes comunistas de São Paulo, organismos inteiros como o C.Z. dos transportes coletivos da capital paulista, o C.Z. de Santo André e outros, a maioria do C.R. de Bahia e o C.R. Sul-Baiano, grande número de militantes do Rio Grande do Sul, etc.

Todo esse movimento reveste-se ainda de uma forma difusa, sem limites orgânicos rígidos, carecendo ainda de unidade ideológica e política e englobando elementos de convicções marxistas que se encontram tanto dentro do P.C.B. como fora (ex-pecebistas), inclusive ainda elementos sem partido ou que militam em outros partidos. Une-os a todos a mesma aversão às concepções, à política e aos métodos de trabalho da direção do P.C.B., une-os igualmente certas posições políticas, particularmente em relação à luta nacionalista, já incluídas no artigo **Pela Renovação e o Fortalecimento do Partido**, escrito por A. Barata quando ainda membro do partido, mas que levou em conta as opiniões de numerosos militantes consultados previamente.

No seio da "Corrente Renovadora" como no dos grupos afins que buscam igualmente

novos rumos apresentam-se opiniões e tendências diversas. Os debates em torno dessas diferentes opiniões tendem, naturalmente, a levar a uma definição mais nitida os diversos círculos, agrupá-los e reagrupá-los segundo os critérios que demonstrarem maior consistência na prática. Dêsse processo depende, em grande medida, o futuro do movimento operário e socialista no país.

V. G.

A PLATAFORMA DE HARICH

Inspirado pelo sôpro renovador que veio do XX Congresso do PCUS, o teórico marxista alemão Wolfgang Harich elaborou uma plataforma de oposição, que foi originariamente publicada no jornal londrino "The Observer".

Harich, jovem professor de 33 anos de idade, um dos organizadores das atividades culturais do movimento comunista alemão-oriental, diretor da Revista de Filosofia do Partido, era também catedrático de Filosofia da Universidade Humboldt, de Berlim. Suas teses, em cuja elaboração teve parte ativa o famoso dramaturgo Bertolt Brecht, recentemente falecido, se inspiravam nos ensinamentos chineses, húngaros, iugoslavos e poloneses, tendo recebido a influência também do teórico húngaro George Lukacs.

O governo de Grotewohl-Ulbricht, aplicando os métodos stalinistas de repressão das idéias divergentes, condenou Harich — pela apresentação de suas teses ao Comitê Central do Partido — a 10 anos de trabalhos forçados. Outros elementos que se identificaram com a plataforma oposicionista e a defenderam acham-se igualmente condenados a duras penas de prisão.

Semelhantes métodos, ademais de atentatórios à dignidade humana, prestam um péssimo serviço à causa internacional do socialismo.

CONFERÊNCIA DEMOCRÁTICA E SOCIALISTA

Em recente reunião da Internacional Socialista, em Viena, o secretário latino-americano dessa entidade, Humberto Maiztegui, informou que se realizará em novembro próximo, em Santiago do Chile, a Terceira Conferência do Conselho Consultivo do Secretariado Latino-Americano, para tratar do tema "Imperialismo e Anti-imperialismo na América Latina". Simultaneamente, realizar-se-á a Primeira Conferência de Peritos Econômicos dos Partidos Socialistas da América Latina para tratar do tema: "Como pode o socialismo promover o desenvolvimento econômico latino-americano".

Finalmente, está prevista para 1958 a realização da Primeira Conferência dos Partidos Democráticos e Socialistas da América Latina. Esse conclave tem o seguinte projeto de ordem do dia:

- 1) Integração econômica da América Latina.
- 2) Desenvolvimento democrático na América Latina
- 3) Coordenação da ação dos partidos convocados.

Entre as entidades que deverão ser convidadas a participar dessa Conferência, figuram os seguintes: partidos socialistas da Argentina, Uruguai, Brasil, Chile, Peru, Equador, Panamá; Partido Socialista Popular do Chile e Federação Socialista do Chile; grupos socialistas do México, Federação Socialista de Cuba, Partido Revolucionário Febrerista do Paraguai, Partido da Libertação Nacional de Costa

Rica, o Movimento Nacional Revolucionário da Bolívia e a Ação Democrática da Venezuela.

REUNIÃO DE PARTIDOS COMUNISTAS DA AMÉRICA DO SUL

Os partidos comunistas da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai reuniram-se no mês de julho último e lançaram uma proclamação exortando os povos de seus respectivos países a lutarem unidos:

— *Pela anulação dos pactos bélicos do Atlântico Sul e do Rio de Janeiro e dos acordos antinacionais de Bogotá, de Caracas e do Panamá;*

— *Contra a entrega de bases militares ao imperialismo ianque ou outro e pela retirada de suas tropas das bases já instaladas em Fernando de Noronha e outros países, assim como de suas missões especiais de todo tipo, que pululam em nossas nações;*

— *Pela defesa do petróleo, urânio, eletricidade e demais riquezas nacionais;*

— *Pela defesa das liberdades democráticas e da independência nacional;*

— *Pela redução dos enormes gastos de guerra e a inversão aêsses recursos em obras de progresso e bem-estar social;*

— *Pela cessação das experiências nucleares e pela proibição dessas armas;*

— *Pela redução substancial dos armamentos e por um acordo geral sôbre o desarmamento;*

— *Pelo estreitamento das relações fraternais entre os povos da América Latina e por uma política exterior independente, de relações pacíficas com todos os povos do mundo;*

— *Pelo desenvolvimento de relações diplomáticas, comerciais e culturais com todos os países do mundo e em particular com os países socialistas.*

PROGRESSO COMUNISTA NA INDONÉSIA

Nas eleições de Java, os comunistas indonésios vêm de obter grandes êxitos, colocando-se à frente dos partidos mais influentes. Nas eleições de dezembro de 1955, o P.C. da Indonésia, que conta com um milhão de membros, obteve mais de 6 milhões de votos, numa população global de 80 milhões. Recordar-se que, em 1945, com a derrota dos japoneses (que então ocupavam o país, após haver expulsado os antigos colonizadores, os holandeses), o poder ficou acéfalo. Então, os nacionalistas e comunistas proclamaram a independência da nação e resistiram à guerra de reconquista movida pelos holandeses. De julho de 1947 a janeiro de 1948, o P.C. participou do poder, sendo primeiro-ministro o líder comunista Amir Sjarifudin. Além dele, outros comunistas ocupavam postos no governo, notadamente as pastas da Defesa, da Juventude, da Informação e a das Questões Sociais.

Sob o ataque dos holandeses ao país, conjugado com uma provocação dos reacionários (o chamado "caso Madiun"), o governo comunista foi derrotado e apeado do poder. O secretário geral do Partido, Musso, morreu em combate. Sjarifudin e outros dirigentes comunistas foram presos e fuzilados. 30.000 comunistas aproximadamente foram vítimas desse massacre organizado por Hatta, então vice-presidente da República e primeiro-ministro, em substituição a Sjarifudin.

Com a morte de Musso, ficou praticamente como secretário geral — Tan Ling Djie, que manifestou tendências oportunistas. Substituiu-o nesse posto, em 1951, o atual secretário geral D.N. Aidit, que conta apenas 34 anos de idade.

Em dezembro de 1955, foi eleita a Assembléia Constituinte da Indonésia, com 500 membros, dos quais cerca de 80 comunistas.

CITADO COMO BÍBLIA

O "Correio da Manhã" cita, num tópico, alentado trecho do Manifesto Comunista, em que Marx e Engels ressaltam o papel progressista e mesmo revolucionário da burguesia industrial de então.

Evidentemente, o matutino carioca cita Marx, não em apoio da revolução proletária, mas em favor da "livre empresa", contra o "intervencionismo dirigista", em suma, lança Marx, como já lançara antes o Papa, contra o "estatismo". Assim começa:

"Da Indonésia, através da Síria, até o Brasil, uma onda de nacionalismo econômico e intervencionismo dirigista percorre o mundo".

Adiante pretende esclarecer o que é burguesia e passa a palavra a Marx, não sem malícia, dizendo: "O autor, a quem damos a palavra para êsse fim, é visivelmente impressionado pelo muito que a burguesia tem feito pelo progresso econômico. Não é perfeitamente imparcial. Contudo, vale a pena ouvi-lo, mesmo descontando um ou outro dos elogios que podem parecer desmesurados."

E vêm as citações. Mas o "Correio" esquece que já não estamos no século XIX, caracterizado pelo liberalismo econômico, e sim em pleno século XX, na fase em que a burguesia se transformou em imperialista, quando o livre empreendimento cedeu lugar aos monopólios e quando, ao mesmo tempo, o Estado — não só o socialista, como até o burguês — vem de-

sempenhando importantíssimas e irrecusáveis funções econômicas.

Marx, por isso mesmo que era marxista, não pretendia que seus conceitos se tornassem verdades eternas, se transformassem em dogmas. "Não me cite como Bíblia", implorava êle. Mas é assim precisamente que o "Correio" o cita.

REVENDO O MARXISMO

João Amazonas, dirigente do PCB, num artigo publicado, faz algum tempo, na "Imprensa Popular", sob o título de "As massas, o indivíduo e a história", afirmou:

"Nem sempre os fenômenos se apresentam às massas refletindo corretamente sua essência". Que quer dizer isto? Que na maioria das vezes os fenômenos se apresentam refletindo corretamente a sua essência. Que prova tal afirmação errada de Amazonas?

Que nunca estudou o materialismo dialético, e se leu algum trabalho a respeito, não o assimilou. Como pode alguém contribuir para uma política acertada do Partido, se nem ao menos conhece para aplicar as categorias dialéticas de essência e fenômeno?

Até aqui, as categorias dialéticas de essência e fenômeno eram conceituadas, pelos clássicos do marxismo e seus discípulos, divulgadores, de forma totalmente diferente da seguinte forma, sumária:

Essência e fenômeno estão mutuamente relacionados e representam uma unidade.

"A essência se manifesta. O fenômeno tem essência". (Lenin). Mas "... a essência não se

manifesta imediatamente no fenômeno, há que descobri-la, conhecê-la". (Rosental e Iudin). No problema de essência e fenômeno, o materialismo dialético se diferencia, em princípio, tanto do agnosticismo, que separa a essência do fenômeno e declara a essência incognoscível, como do empirismo vulgar, que identifica a essência com o fenômeno, limitando-se somente à aparência imediata das coisas." (Rosental e Iudin).

"...a essência não se expressa em um fenômeno qualquer, senão na massa de fenômenos; porque a essência é o termo médio desses fenômenos".

"...Toda essência e toda lei, como expressão da essência dos objetos, diferenciam-se dos fenômenos, somente coincide com eles aproximadamente, em termo médio, sem tendência.

"Fácil é compreender o valor enorme que tem para a atividade política prática do Partido do proletariado, chegar a ver a essência dos fenômenos; saber separar e não identificar a essência com o fenômeno; e descobrir detrás do fenômeno o seu verdadeiro conteúdo".

"A essência... é a abreviatura da massa infinita das particularidades da realidade, o reflexo do estável nos objetos, a reatuação do exterior, do aparente, à força imóvel básica do desenvolvimento, à lei pela qual se rege o desenvolvimento". (Rosental — "O Método Dialético Marxista", cap. V (2) págs. 155 a 163).

"Se a forma de manifestação das coisas e sua essência coincidissem imediatamente, a ciência seria supérflua" (Marx).

Seria do mais alto valor para o desenvolvimento da cultura marxista das massas trabalhadoras brasileiras e de todo o mundo que J. Amazonas demonstrasse a sua fabulosa descoberta, que dispensaria a ciência, o seu estudo e desenvolvimento.

C. F.

NACIONALISMO, A SAÍDA

Telegramas de Pôrto Alegre informam que o dirigente renovador Agildo Barata, em visita àquela capital, deu uma entrevista radiofônica na Rádio Guaíba, pronunciou uma conferência na Associação Riograndense de Imprensa e foi entrevistado, dia 20 de agosto, pelo "Correio do Povo" — entrevista que a "Última Hora" de São Paulo transcreveu e da qual damos o seguinte trecho:

"Sobre a forma como pretende o movimento agir politicamente e como fará alianças com outras forças políticas, respondeu o sr. Agildo Barata:

— Arregimentar e organizar o povo num amplo movimento de frente única nacionalista, a meu ver, é a única saída. Outras palavras: trata-se de estruturar, e o mais rapidamente possível, uma Frente Nacionalista, com todos os matizes do movimento nacionalista que existem espalhados em todo o Brasil.

Uma das mais importantes formas de luta dessa "frente" seria eleitoral. Entretanto, em face das exigências da Lei Eleitoral e, principalmente por causa da resolução do Supremo Tribunal Eleitoral, que na prática não registra mais nenhum partido, penso que um dos partidos já existentes deveria abrir suas portas e abrigar em seu seio grupos, alas, correntes e personalidades nacionalistas. Enfim, acho viável um partido tipo "frente". Ou o que seria o mesmo, uma "frente com legenda. Tal partido tipo "frente" estabeleceria uma plataforma nacionalista com as forças que pudesse congregar, e à base da defesa desta plataforma, agrupar-se-iam as forças dispostas a lutarem nas urnas, para levarem aos parlamentos do país candidatos patriotas e nacionalistas. Noutras palavras, um dos Partidos existentes admitiria em suas fileiras as várias organizações nacionalistas e enfrentaria o processo eleitoral desde já, desde as eleições municipais para que pudesse ir arregimentando forças, criando energias, ajuntando experiência para participar vitoriosamente das eleições presidenciais de 1960. Um partido desse tipo poderia, em âmbito local, ampliar ainda mais sua esfera de ação, mediante pequenos acórdos locais com outras legendas de outros partidos e, para as eleições de 1960 o esforço congregador poderia e deveria ser muito maior. Creio na viabilidade desse processo e por ele venho trabalhando".

A teoria da multiplicidade dos mundos

G. A. GURIEV

Um dos sucessores mais eminentes de Copérnico foi Giordano Bruno, a quem Engels coloca na categoria dos "titãs da sabedoria, do espírito e do caráter", de vez que foi ele, indiscutivelmente, o filósofo mais decidido e mais revolucionário de fins do século XVI, e uma das figuras mais notáveis da época do Renascimento.

Giordano Bruno nasceu no ano de 1548, na pequena cidade de Nola, perto de Nápoles. Antes de completar 15 anos de idade, ingressou em um convento de dominicanos, na esperança de obter na vida monástica a paz necessária para enriquecer a mente de conhecimentos. Mas logo teve de constatar, para desencanto ainda maior, "como os censores tratavam de desviá-lo de ocupações superiores e dignas, de impor cadeias a seu espírito e transformá-lo, de homem livre a serviço da virtude, em escravo de miserável e estulta hipocrisia".

Já durante o período de seu noviciado era acusado de falta de religiosidade, porque eliminara de sua cela as imagens de santos e exteriorizara uma série de pensamentos heréticos. Depois disso, converteu-se prontamente em adversário expresso do aristotelismo, aderiu às doutrinas de Nicolau de Cusa (no qual via um espírito afim ao seu, tolhido em seus movimentos apenas pelos hábitos monásticos). Quanto aos filósofos antigos, respeitava somente os atomistas, isto é, os materialistas. Sentiu-se impregnado de ódio à escolástica e à vida monástica, e resolveu empreender a luta contra a velha cosmogonia.

De valor especial, quase decisivo para o desenvolvimento espiritual e o destino da vida de Bruno, aliás contemporâneo de Ticho Brahe, foi o conhecimento que travou, relativamente cedo, parece, com as obras de Copérnico. ("A convincente palavra de Copérnico começou bem cedo a bater às portas de minha alma juvenil", disse ele próprio mais tarde.) Profunda foi sua admiração pela grandeza de alma do velho astrônomo que, sem dar atenção às pilhérias e zombarias dos ignorantes e lutando contra poderosa corrente, mantinha firme sua posição. Bruno não só aceitou sem objeções a teoria de Copérnico, como também, animado de grande coragem, eliminou a última limitação que restava no próprio Copérnico, ou seja, a esfera das estrelas fixas, "essa casca de superfície convexa" do céu estrelado. Diferentemente de Copérnico que via no Sol o centro do Universo, Bruno não reconhecia a existência de centro algum. Afirmava que o

Universo é infinito e está povoado de um número infinito de mundos, carecendo, portanto, de lugares especiais, centros, etc.

Devido à nova teoria do Universo, os conceitos medievais e a cosmogonia eclesiástica se dissiparam, em Bruno, como se fôssem um espectro, um fantasma. Ele não ocultava suas idéias, seus "pensamentos de rebeldia", sendo por isso envolvido em um processo de heresia cuja ata de acusação consistia de 130 artigos. Por essa razão, em 1576, aos 28 anos de idade, Bruno despiu as vestes eclesiásticas e fugiu do convento, abandonando a ordem de que formava parte, para converter-se em propagandista da nova e avançada concepção cosmogônica. Durante 15 anos viveu uma agitada vida de andarilho e percorreu metade da Europa, escrevendo então uma série de livros, em geral dialogados. Na Itália, Suíça, França, Inglaterra, Alemanha e depois, de novo, na Itália, polemizou apaixonada e eloqüentemente com os sábios oficiais (escolásticos, aristotélicos).

Bruno não reconhecia a existência de nenhum motor externo e estranho, que pusesse em movimento os corpos celestes: acreditava que o movimento da Terra e dos demais corpos cósmicos tinha caráter "não forçado" (natural) e que esse movimento, por sua vez, existia em virtude de seu próprio princípio interno. "Se tal motor exterior existisse — escrevia — todos os movimentos no Universo seriam forçados, e isto se acha em contradição com toda a natureza do movimento."

Mas, e isto é o mais importante, Bruno repudiava de modo categórico e resolutivo o conceito da diferença radical entre os corpos terrenos e os celestes, conceito esse que é básico na doutrina aristotélica sobre o Universo. Por exemplo, em seu famoso diálogo **Do Infinito, do Universo e dos Mundos**, um dos representantes das teorias antigas diz:

"A diferença é efetivamente muito grande. Aquêles corpos são divinos, ao passo que estes são tósca e grosseiramente materiais; aquêles não estão sujeitos a nenhuma espécie de dores nem sofrimentos, não são suscetíveis de variações, são indestrutíveis, incólumes, eternos, ao passo que estes são ao contrário. Aquêles se movem ao longo de circunferências perfeitas, ao passo que estes só efetuam movimentos retilíneos."

A tudo isso, o outro interlocutor, por cuja boca falava o próprio Bruno, replicava que não

existia a menor base para fazer tal comparação entre o terrenal e o celeste. Dizia:

"Como posso certificar-me e chegar a saber que os corpos celestes se movem efetivamente ao longo de circunferências em tórno da Terra e que não é a Terra que se move circularmente? Para quem se acha em uma embarcação, parece que é a costa que está correndo e que seu navio está parado... Tudo o que observo em outros corpos, fitando-o da Terra, não será visto, de outros corpos, como se ocorresse na Terra?"

Todo o "sistema do mundo" de Copérnico, todo o sistema solar, não era mais que um grão de areia no espaço universal, e cada uma das estrêlas era um sol em tórno do qual girava lentamente planêtas (ou "terras", como afirmava êle com mais plasticidade), povoados por sêres racionais. Assim, dividia os corpos celestes em duas categorias: aquêles que "emitiam luz própria", ou seja, "sóis", e corpos iluminados, "terras". E acreditava êle que, em realidade, existia um só céu, que carecia de limites e abarcava todos os objetos.

No Universo não podia haver "acima" nem "abaixo", coisa pesada ou leve, a não ser em sentido relativo, e por isso o Universo era único em tôdas as suas partes, estava sujeito a leis uniformes e homogêneas. Devido a isso, Bruno não duvidava de que a vida orgânica alcançasse, também em tôda parte, desenvolvimento em distintos graus e formas, análogamente às terrestres e até superiores. Só um insensato ou um estulto e ignorante — dizia — pode pensar que os poderosos e esplêndidos sistemas mundiais que se encontram no espaço infinito estão privados de sêres vivos e contêm apenas luz, que enviam benêvolamente à Terra. Daí se tirava a conclusão de que era irracional pensar que tudo neste mundo existia sômente em honra e benefício da humanidade terrestre.

Bruno afirmava o caráter infinito do Universo e a multiplicidade dos mundos habitados e habitáveis, e mediante seus ensinamentos lançou por terra, de forma definitiva, a cosmogonia antropocêntrica medieval. Naqueles tempos, a teoria desenvolvida por Bruno parecia incrivelmente audaz e deslumbrante: até um sábio tão eminente como Kepler, da escola de Copérnico, dizia sentir-se aturdido ao ler as obras de Bruno...

A 22 de maio de 1592 Bruno foi prêso traiçoeira e pèrfidamente, e atirado a uma masmorra da Inquisição, na qual suportou 8 anos de martírio. No preâmbulo da acusação contra êle dirigida, encontra-se a teoria da natureza infinita do Universo e da multiplicidade dos mundos, que a Igreja considerava como a maior heresia. Bruno tratava de anular essa acusação ou, pelo menos, refutá-la com o seguinte argumento:

"Em minha opinião, é indigno da sabedoria do poder divino a criação de um só mundo finito, já que, ao lado do mesmo, pode criar outro e um número infinito de outros mundos; e é por isso que afirmo existir uma quantidade infinita de mundos, semelhantes à Terra; junto com Pitágoras, suponho que a Terra é um astro semelhante à Lua, aos planêtas e a outros astros, cujo número é infinito, e que todos êles representam mundos."

Assim, Bruno salientava mais de uma vez que expunha sua teoria na qualidade de filósofo, sem dizer uma só palavra sôbre o que responderia na qualidade de cristão, de acôrdo com o dogma da "dupla verdade" que permitia a coexistência da ciência e da fé, uma ao lado da outra, em todos os casos.

Bruno lutou sôzinho contra a Igreja onipotente. Ao ver a impossibilidade de evitar a pena de morte com seus estratagemas, fêz uma declaração, a que deu caráter e forma de abdição, considerando-a como mera formalidade. Mas o tribunal da Inquisição tinha como fim não só fazê-lo renegar das idéias enunciadas, como apoderar-se de sua consciência: se propunha comprar sua pena e pô-la a serviço de todo o sistema de crenças refutado e repudiado por êle. Bruno não se dobrou, e tôdas as tentativas de refutar sua teoria só faziam reforçar sua fidelidade a suas convicções, só tinham o mérito de levá-lo a fazer a mais tenaz defesa de seus pontos de vista.

Profundamente convencido da razão que lhe assistia, Bruno considerava que "a morte em um século torna o pensador imortal para as futuras gerações durante séculos e séculos". Tinha plena consciência de que a Igreja não lograria jamais deter o progresso do pensamento científico-filosófico, que já se aproximavam os tempos em que, por fim, suas idéias seriam apreciadas em seu justo valor. Encerrado na prisão, escrevia sôbre si mesmo: "Houve algo em mim, contudo, que os séculos vindouros não poderão recusar-me, e nossos descendentes dirão: era-lhe estranho o temor à morte, possuía imensa força de caráter e punha por cima de tôdas as coisas, de todos os prazeres e gozos da vida, a luta pela verdade." E assim, no momento mais decisivo do "julgamento", Bruno anunciou com firmeza a seus algozes que "não podia e não queria abdicar, que não tinha de que abjurar e que nem sequer compreendia a que devesse renunciar".

Logo depois disso, Bruno se viu forçado a escutar, de joelhos, o veredicto anunciando que lhe era retirada a dignidade monástica, excomungado e entregue, depois disso, ao poder das autoridades, com o habitual petitório: "castigá-lo

da maneira mais breve possível e sem derramamento de sangue", isto é, que fôsse queimado vivo na fogueira. Após escutar a sentença, Bruno ergueu-se e, dirigindo-se com altivez aos juizes, proferiu as seguintes palavras: "Parece que pronunciais o veredicto contra mim com muito maior mêdo que aquêlo com que o escuto." Depois disso ainda lhe deram um último prazo para a abjuração, mas sua firmeza era inquebrantável, e declarou apenas isto: "Hei de morrer, como mártir, voluntariamente."

A 17 de fevereiro de 1600, Bruno foi retirado da prisão do Estado de Roma, encadeado e conduzido à fogueira. Puseram-lhe os símbolos exteriores do hereje (o sudário, etc.), e amarraram-lhe a língua para impedir que pronunciasse "palavras lesivas" à Igreja. Diante de imensa multidão que acorreu para presenciar o espetáculo, Bruno foi atado ao poste, em derredor do qual se empilhou grande quantidade de lenha, ateando-se-lhe fogo de todos os lados. Lentamente, em plena consciência, foi-se queimando vivo Giordano Bruno, mas morria de modo firme e valoroso: nem um só gemido escapou de seu peito durante o terrível martírio.

Ao apagar-se a fogueira, depois de consumado o feito, as cinzas de Bruno foram disseminadas ao vento, para que do hereje não restasse o menor traço; seu nome foi entregue ao opróbrio, suas obras se tornaram sumamente raras, e êle próprio ficou longo tempo quase totalmente esquecido. Só Kepler a êle aludia, e unicamente Campanella, em certa oportunidade, o nomeou, e não abertamente, mas designando-o como "o conhecido nolano" (adjetivo derivado do lugar de nascimento de Bruno). Também Galileu cautelosamente silenciava sobre êle, para não atrair sobre si maiores suspeitas.

Com tôda justeza disse o filósofo A. Rill, na conferência que proferiu sobre Bruno:

"À frente de tôdas as heresias de que era acusado acha-se a teoria da multiplicidade dos mundos, e esta circunstância é que foi notada com acêrto pelo monje Schoppius. A multiplicidade dos mundos, e não a rotação da Terra em tôrno do Sol, é simplesmente incompatível com as crenças sustentadas pela Igreja. Por acaso os habitantes dos outros mundos também descendem de Adão? — replicavam, triunfantes, a Galileu. Por acaso Jesus Cristo pôde sofrer a crucificação também por aquêles habitantes? Evidentemente podia-se dizer, desde o comêço, que a causa de Bruno estava perdida, mesmo agora a acusação de semelhante heresia. Não tinha sido êle um apóstata reincidente que fugira da ordem monástica em cujo meio vivia? Havia suficientes fundamentos para condená-lo, ao menos, à reclusão perpétua no cárcere. Mas foram precisamente

seus pontos de vista cosmogônicos que provocaram sua renúncia à Igreja; e foram precisamente êsses pontos de vista que constituíram o obstáculo principal tanto para o próprio Bruno como para seus juizes. O fato de adotá-los destituía de valor, ante os olhos da Inquisição, a abjuração feita por Bruno e lhe impedia de realizar a espécie de abjuração que lhe exigia o Tribunal do Santo Ofício. Dessa maneira, Bruno realmente subiu à fogueira como vítima de suas convicções científicas, como mártir da causa da nova concepção cosmogônica."

Daí se depreende que a teoria de Copérnico não figurava, de modo claro, no processo de Bruno. Êle era acusado da teoria da "multiplicidade dos mundos", daquilo que estava ausente da obra de Copérnico. Mas, a partir de então, para a Igreja Católica ficava claro que era sumamente difícil reduzir a doutrina de Copérnico a uma categoria puramente matemática, dir-se-ia pragmática, que servia à Astronomia em seus problemas de ordem prática. Viu que a teoria de Copérnico, tomada a sério, era extremamente perigosa para a Igreja; destruía todo o edificio da cosmogonia geocêntrica (e simultaneamente antropocêntrica) e levava, contra a vontade, a idéia herética da multiplicidade dos mundos. Pode-se afirmar, por isso, que o processo de Bruno continha em germe, o de Galileu; que Bruno morreu pela mesma verdade pela qual posteriormente Galileu sofreu. Não por acaso, na condenação de Bruno, teve atuação visivelmente tendenciosa o mesmo cardeal Roberto Bellarmín (em caráter de consultor da Congregação do Santo Ofício), o qual mais tarde iria assumir o papel principal no primeiro processo contra Galileu, que terminou com a proibição da teoria de Copérnico.

Bruno foi o primeiro filósofo da Astronomia, aquêlo que se colocou abertamente como adversário conseqüente da cosmogonia geocêntrica; e suas idéias "sobre o Universo e os mundos", não obstante ter sido condenadas pela Igreja, não puderam cair no esquecimento absoluto. Profundamente convencido da exatidão da teoria de Copérnico, acreditava que essa doutrina revolucionária representava, mesmo para o seu tempo, uma verdade completamente provada e demonstrada. Contudo, conforme se evidenciou, essas idéias de Bruno eram algo antecipadas. Para a confirmação e consolidação definitiva dessa teoria contribuíram com suas investigações Kepler e Galileu, que trabalharam simultaneamente pouco depois da execução de Bruno. Tôda a atividade de Kepler se reduziu à fundamentação científica do novo sistema cósmico, enquanto que as investigações de Galileu conduziram à demonstração palpável desse sistema.

MARX, ENGELS, LÊNIN, STÁLIN E OUTROS

IMPERIALISMO

Compilação de CALVINO FILHO

O TOMO IV CONTÉM:

Índice dos tomos I a III	5 a 6
Prefácio	7 a 10
PAUPERIZAÇÃO CRESCENTE DAS MASSAS TRABALHA-	
DORAS	11 a 196
Generalidades	11
Superpopulação relativa	41
Pauperização absoluta e relativa	99
Nos Estados Unidos	136
Na Inglaterra	177
Nos países coloniais e semi-coloniais	182
AGRAVAMENTO DA LUTA DE CLASSES	197 a 262
O operário britânico	228
O operário inglês e a exploração colonial	238
POSFÁCIO	263 a 280
ANEXOS	281 a 284

Preço deste volume — Cr\$ 100,00

Pedidos, acompanhados do cheque, vale postal ou registrado com valor para

NOVOS TEMPOS

Caixa Postal 2.477 — Rio de Janeiro, D. F.

ou na redação: Av. Rio Branco, 185 — Grupo 509

ÚLTIMAS EDIÇÕES DE "CONQUISTA"

LUIZ EDMUNDO

O RIO DE JANEIRO NO TEMPO DOS VICE-REIS, 4. ^a edição, 3 vols.	210,00
A CÔRTE DE D. JOÃO NO RIO DE JANEIRO, 2. ^a edição, 3 vols.	210,00
O RIO DE JANEIRO DO MEU TEMPO, 2. ^a edição, 5 vols.	350,00
RECORDAÇÕES DO RIO ANTIGO, 2. ^a edição	70,00
(Todos os volumes profusamente ilustrados)	

MINISTRO EDUARDO ESPÍNOLA

A FAMÍLIA NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO, enc.	350,00
DOS CONTRATOS NOMINADOS NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO, 2. ^a edição, enc.	350,00
POSSE, PROPRIEDADE, CONDOMÍNIO, DIREITOS AUTORAIS, enc.	350,00

B. CALHEIROS BOMFIM

JURISPRUDÊNCIA DO CONTRATO DE TRABALHO	200,00
JURISPRUDÊNCIA DO PROCESSO TRABALHISTA	250,00
DICIONÁRIO DE DECISÕES TRABALHISTAS (1956)	200,00

J. C. DE MELO E SOUSA

FOLCLORE DA MATEMÁTICA	100,00
MEU ANEL DE SETE PEDRAS (folclore)	80,00

IVETE CAMARGOS

DIREITO ADMINISTRATIVO (para concursos)	60,00
DIREITO CONSTITUCIONAL (para concursos)	60,00
DIREITO CIVIL (para concursos)	50,00
DIREITO PENAL (para concursos)	30,00
ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO (com toda a legislação posterior)	60,00

VALMIRO RODRIGUES VIDAL

CURIOSIDADES, 2. ^o vol., 2. ^a edição	70,00
CURIOSIDADES, 4. ^o vol.	60,00
CURIOSIDADES, 5. ^o vol.	70,00
CURIOSIDADES, 6. ^o vol.	70,50
EXTRANUMERÁRIOS (toda a legislação sobre o assunto)	80,00

ALVARO MOREIRA DA SILVA

DO MONTEPIO E PENSÕES DOS MILITARES (toda a legislação sobre o assunto)	150,00
---	--------

OTTO ALCIDES OHLWEILER

A ENERGIA ATÔMICA NA PAZ E NA GUERRA	50,00
--	-------

ABGUAR BASTOS

SOMANLU, O VIAJANTE DA ESTRÊ-LA (novela)	100,00
--	--------

MALBA TAHAN

A SOMBRA DO ARCO-ÍRIS, 3 vols.	150,00
O HOMEM QUE CALCULAVA	70,00
MINHA VIDA QUERIDA	50,00
MAKTUB (estava escrito!)	50,00
CÉU DE ALLAH	50,00
MIL HISTÓRIAS SEM FIM, 1. ^o vol.	50,00
MIL HISTÓRIAS SEM FIM, 2. ^o vol.	50,00
LENDAS DO CÉU E DA TERRA	50,00
LENDAS DO POVO DE DEUS	50,00
LENDAS DO DESERTO	50,00

JURACI SILVEIRA

LER E BRINCAR (Cartilha), 7. ^a edição	25,00
--	-------

HELOÍSA RAPOSO LAGE

A CARTILHA QUE EU QUERIA (Histórias e Cantigas), 10. ^a edição	25,00
--	-------

NAZIR CARDOSO

LEITURA INTERMEDIÁRIA	20,00
ENSINO SUPLETIVO — Preliminar ...	35,00
ENSINO SUPLETIVO — Básico, 1. ^o ano	50,00

MARIA HELENA, EPONINA e ELLEN PORTILHO

TRECHOS PARA DITADOS (5. ^a Série e Admissão. Principais dificuldades ortográficas)	26,00
---	-------

IRENE DE ALBUQUERQUE

JOGOS E RECREAÇÕES MATEMÁTICAS, 2. ^a edição	80,00
--	-------

CÉLIA CÔRTEZ ABDON

PRIMEIROS PASSOS NA LINGUAGEM, 2. ^a edição	60,00
---	-------

LUCY SERRANO VEREZA

LINGUAGEM PARA A QUARTA SÉRIE	60,00
-------------------------------------	-------

AD. FERRÈRE

EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA ABANDONADA	25,00
---------------------------------------	-------

JOAQUIM DE SALES

DICIONÁRIO DE ELEMENTOS GREGOS	35,00
--------------------------------------	-------

A. TENÓRIO D'ALBUQUERQUE

A ARTE DE ESCREVER	50,00
ANÁLISE LÉXICA E SINTÁTICA	40,00
CORREÇÃO DE FRASES	40,00
DICIONÁRIO DE LINGUAGEM, 2. ^a ed.	60,00
GEOGRAFIA DO BRASIL	60,00

Atende-se pelo Reembolso Postal para todo o Brasil. Pedidos a

CONQUISTA

AVENIDA 28 DE SETEMBRO, 174 — RIO DE JANEIRO